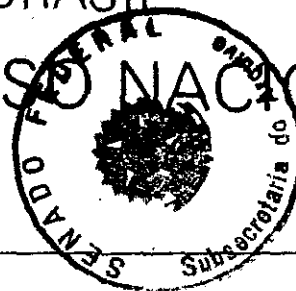




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXXIV — Nº 115

QUINTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, Luiz Viana, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1979

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.686, de 26 de junho de 1979, que "altera alíquotas do IPI incidente sobre os produtos que especifica e dá outras providências".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.686, de 26 de junho de 1979, que "altera alíquotas do IPI incidente sobre os produtos que especifica e dá outras providências".

Senado Federal, 6 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 159ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 276/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que revoga o art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

1.2.2 — Requerimento

— Nº 340/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do documento oferecido às autoridades do País pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

1.2.3 — Aviso do Sr. Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

— AV. (11) nº 419/79, solicitando a antecipação de sua visita ao Senado Federal para o dia 25-9-79, às 14 horas e 30 minutos, pelo motivo que menciona.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Referente ao aviso anteriormente lido.

— Recebimento do Aviso nº 209/SP, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado cópias das atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que discrimina.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR AGENOR MARIA — Problemática da política tributária imposta ao País a partir de 1964.

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Proposta de emenda à Constituição que encaminhará à Mesa, dispondo sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Wagner Estelita Campos.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa à homenagem prestada a Wagner Estelita Campos.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/76 (nº 448/75, na Casa de origem), que institui o Plano Nacional de Moradia — PLAMO, para as populações com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos regionais, e determina outras providências. **Aprovado**, nos termos do substitutivo da Comissão de Legislação Social, com subemendas. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 41/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 329/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Presidente da República, João Baptista de Figueiredo, no Clube Monte Libano e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no dia 13 de setembro de 1979. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 331/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o **desarquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 81/78, de sua autoria, que introduz alteração no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 335/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o **desarquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 87/78, de sua autoria, que dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de produção de energia elétrica, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 32/77 (nº 1.302/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 3º, do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 60/78 (nº 2.100/76, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra d do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 47/79, de autoria da Comissão Diretora, que acrescenta parágrafo ao art. 383, da Resolução nº 58, de 1972 (Regulamento Administrativo do Senado Federal). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Considerações sobre a extroversão da economia brasileira.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Defesa da preservação do monopólio estatal do petróleo, na oportunidade do 4º aniversário da lei que autorizou à PETROBRAS a realizar contratos de riscos com empresas estrangeiras para a pesquisa e exploração de petróleo no País.

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder — Reparos a tópicos do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — III Seminário de Café do Norte do Estado do Espírito Santo, a realizar-se nos dias 20 e 21 do corrente no Município de Colatina.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Observações sobre as "blitz" de trânsito realizadas pela Polícia Militar do Distrito Federal.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Editorial do *Jornal do Brasil*, intitulado *Partidos de Proveta*.

SENADOR JAISON BARRETO — Solicitando ao Ministério da Agricultura a reconsideração de despacho dado no processo em que a Empresa Brasileira de Inseminação Artificial S.A. — EMBRAIA, solicita autorização para o recebimento de doação de sêmen bovino de procedência alemã.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Apelo às autoridades que especifica, em favor da instalação de serviços telefônicos na cidade de Itaporanga D'Ajuda—SE.

SENADOR FRANCO MONTORO — Proposição apresentada por S. Exª em nome da Delegação Brasileira na reunião do Parlamento Latino-Americano com o Parlamento Europeu, fixando linhas que possam caracterizar qualquer regime democrático.

SENADOR CUNHA LIMA — Agravamento da crise social que se verifica no Município de Campina Grande—PB, face a procrastinação, pelo Governo Federal, de providências para regularização dos problemas que afetam a Fábrica de Fogões Wallig Nordeste S.A. Indústria e Comércio.

1.5 — COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 1979.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 160ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

De agradecimento de comunicação:

— Nº 181/79 (nº 329/79, na origem), referente aos Decretos Legislativos nºs 50 e 51, de 1979.

2.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 468/79, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82/77 (nº 2.497/76, na Casa de origem), que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 19-9-79)

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 27/78 (nº 141/78, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1977. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 16/79 (nº 15/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar — GEPLACEA. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Evelásio Vieira, pronunciado na sessão de 18-9-79.

4 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 151ª Sessão, realizada em 11-9-79.

5 — ATAS DAS COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 152ª SESSÃO
REALIZADA EM 12-9-79

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 13-9-79, na página 4401, 2ª coluna, no item 1.2.5,

Onde se lê:

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Requerimento do Ofício nº S-23/79 ...

Leia-se:

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S-23/79 ...

Na página 4402, 1ª coluna, no item 1.3 — ORDEM DO DIA, na primeira matéria da pauta, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1976,

Onde se lê:

Votação adiada, para a sessão do dia 19 do corrente, nos termos do Requerimento nº 328/78, ...

Leia-se:

Votação adiada, para a sessão do dia 19 do corrente, nos termos do Requerimento nº 328/79, ...

Na mesma página, 2ª coluna, após o item 2.2.2,

Onde se lê:

2.2.3 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 271/79, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, que dá nova redação ao *caput* do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências.

— Do Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Regionais, encaminhando a relação dos membros daquele Órgão técnico que visitará o Projeto Jari e a SUFRAMA.

Leia-se:

2.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 271/79, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, que dá nova redação ao *caput* do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências

2.2.4 — Comunicação

— Do Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Regionais, encaminhando a relação dos membros daquele Órgão técnico que visitará o Projeto Jari e a SUFRAMA.

ATA DA 159ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NILO COELHO E GABRIEL HERMES

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Tancredino Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barbosa — Gastão Müller — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 1979

Revoga o art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogado o art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação.

O texto, que o Projeto visa a revogar, é mais um resquício da falsa inferioridade da mulher casada, em grande parte já excluída da legislação civil desde 1962 (Lei nº 4.121).

Trinta e oito anos transcorridos do texto que se pretende erradicar da legislação penal são bastantes para demonstrar a impossibilidade de continuar vigoroando.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1979. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Título III — da Ação Penal

Art. 35. A mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele.

Parágrafo único. Se o marido recusar o consentimento, o juiz poderá supri-lo.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 340, DE 1979

Por sua importância para o conhecimento e a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos da atual conjuntura nacional, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Documento oferecido às autoridades do País pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Documento, preparado com o propósito de cooperar para uma paz social fundado na justiça, contém as seguintes partes:

1 — Apresentação;

2 — O desenvolvimento brasileiro;

3 — Consequências da política econômica;

4 — O que se espera de uma nova política;

5 — Conclusão.

“Não é nossa intenção dar lições, dizem os Bispos do Brasil, mas apenas despertar a consciência de todos os homens de boa vontade para algumas das mais graves exigências de uma política social. Partimos da consciência de que toda injustiça social tem uma dimensão ética”. Com esse fundamento, propõem algumas linhas fundamentais para um modelo de desenvolvimento que corresponda às necessidades reais do povo brasileiro.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1979. — Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

AV. (11) Nº 419

Em 18 de setembro de 1979

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência, para referir-me ao meu Aviso (11) nº 401, de 11 do corrente, através do qual manifestei minha concordância com que ficasse estabelecido o dia 26 próximo para meu comparecimento a essa Casa Legislativa.

Ocorre, entretanto, que motivos de força maior obrigam-me a retornar ao assunto, com vistas a solicitar a Vossa Excelência o especial obséquio de antecipar a data de minha visita, ao Senado Federal, para o dia 25-9-79, às 14 h e 30 min.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência a expressão do meu mais alto apreço e consideração. — João Camilo Penna.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência, concordando com a solicitação, antecipa, para o dia 25 do corrente, às 14 h 30 min, o comparecimento do Sr. Ministro João Camilo Penna ao plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Através do Aviso nº 209/SP, de 13 de setembro do corrente ano, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado cópias das atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que discrimina.

O expediente recebido foi encaminhado, com ofício, à Comissão de Finanças, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Agenor Maria, primeiro orador inscrito.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por várias vezes eu tenho, desta tribuna, alertado o Governo para as causas maiores das distorções sociais e econômicas do País.

Volto à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, para tecer considerações a respeito da problemática da filosofia tributária imposta à Nação a partir de 1967. Até 1966 a União arrecadava o equivalente a 60% dos tributos nacionais. A partir de 1967 com a implantação de uma nova filosofia tributária, a União passou a arrecadar o equivalente a 80%, deixando os Municípios e os Estados numa situação de hipertrofia, numa situação de desespero extraordinário.

A Nação, hoje, arrecada o equivalente a duas vezes o seu desenvolvimento econômico, ao passo que os Estados e Municípios sequer arrecadam o equivalente ao desenvolvimento da economia daquelas regiões. Dadas essas circunstâncias, alguns Estados, como Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, enfim, a maioria dos Estados produtores de matéria-prima, não têm como pagar suficientemente bem os seus funcionários.

Já disse desta tribuna que a polícia do Rio Grande do Norte é mal paga; porque o Estado, na realidade, não tem uma arrecadação que corresponda à necessidade de pagar bem a sua polícia.

O Judiciário do meu Estado ganha mal; para que a Casa tenha uma idéia: o soldado da polícia do meu Estado ganha o equivalente a Cr\$ 1.125,00 por mês e o Coronel em final de carreira, ganha o equivalente a Cr\$ 11.240,00.

Em realidade, o Rio Grande do Norte é um Estado produtor de matéria-prima, em alguns meses arrecada mais tributo do que exporta. Daí a necessidade premente de uma modificação na filosofia tributária, para que exista uma sintonia na arrecadação, de um modo geral, dos Estados, dos Municípios, e da União.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 1976, o Rio Grande do Norte exportou algodão fibroso à razão de Cr\$ 50,00 o quilo de pluma, ficando o equivalente a 12% para o Estado produtor dessa matéria-prima, a qual representava, digamos, Cr\$ 6,00. Importou em 1967, a linha esterlina, fabricada dessa matéria-prima, ao custo de Cr\$ 1.000,00 o quilo, deixando no Estado produtor do Sudeste, o equivalente a Cr\$ 120,00. Consequentemente, está provado que os Estados produtores de matéria-prima importam mais tributos do que exportam.

Este é um dos motivos que me traz à tribuna, na tarde de hoje, para alertar o Governo da necessidade imperiosa de ser modificada a filosofia tributária.

O outro assunto que eu quero, na tarde de hoje, trazer ao conhecimento da Casa, alertando o Governo, é o problema do frete rodoviário, ferroviário e marítimo.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer, nobre Senador Benedito Ferreira; ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Nobre Senador, V. Exª já passa para outro tema e eu não gostaria de deixar despercebido o enfoque de V. Exª sobre a necessidade urgente, premente mesmo, de uma reformulação tributária. Eu interviria no discurso de V. Exª lembrando-lhe que o nosso atual Ministro do Planejamento, comparecendo na Comissão de Agricultura, presidida muito bem por V. Exª, S. Exª o Sr. Ministro, interpelado por nós, naquela oportunidade, admitiu que seria o ICM um tributo com características próprias a um estado unitário e nunca a um estado federativo. E eu creio que V. Exª faz bem em voltar ao tema — esse é o nosso papel como parlamentar — sobretudo agora que o ilustre Ministro Delfim Netto está com uma possibilidade mais ampla de influir na área tributária, porque S. Exª, instado pela nossa palavra, pela palavra de homens como V. Exª, poderá rever essa posição, quando nada, restabelecer o critério de 1967, quando o fundo de participação corrigia, efetivamente, as distorções que advieram e que se multiplicaram no curso dos anos, em consequência desse tributo inadequado a uma Nação federativa como a nossa. Louvo V. Exª por reiterar o assunto, vez que julgo da maior oportunidade de despertar no Ministro Delfim Netto essa lembrança, para que ele, uma vez concordando conosco, possa agora, como pode, aconselhar os ministros da área fazendária e o próprio Presidente da República a rever esse posicionamento. Parabéns a V. Exª

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Senador Benedito Ferreira, fico muito grato pelo aparte de V. Exª, porque, na realidade, as distorções entre a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios, são flagrantes. Nós temos permanentemente em Brasília, no mínimo, trezentos representantes de Municípios e Estados, a cada mês, implorando, de pires na mão, a caridade do Governo Federal, porque a arrecadação desses Estados e Municípios caíram flagrantemente. E ficam, esses representantes do povo, do Poder Executivo, Municipal e Estadual, Secretários de Estado, numa verdadeira ponte-aérea entre os seus municípios e Brasília, pedindo o socorro financeiro do Governo, para complementar obras de infra-estrutura, obras sociais, de alta necessidade para os seus municípios. E eu não entendo porque continuar com uma política tributária malfazeja e altamente prejudicial à comunidade nacional, porque o que é ruim para município a ou b torna-se ruim para toda a Nação.

Muito obrigado a V. Exª pelo seu aparte que não só vem enobrecer o meu discurso, mas vai abrir mais caminhos no campo do diálogo para que a gente possa chegar a um denominador comum a respeito da causa.

O problema do tributo, antes de entrar no problema do frete marítimo, rodoviário e ferroviário, é de alta significação também no que toca ao produtor rural. O industrial, quando paga o tributo, goza de um crédito fiscal. Aquele crédito fiscal lhe dá oportunidade na venda de subprodutos ou derivados de manufatura. O comerciante, quando compra um produto e paga o tributo, goza de um crédito fiscal. Ao vender a mercadoria, aquele crédito fiscal que ele gozou vai lhe dar oportunidade de pagar menos tributo.

O agricultor, de um modo geral, não goza de crédito fiscal algum, e paga o tributo quando compra e quando vende. Não goza de crédito fiscal algum. Então eu pergunto: por que essa distorção, por que um industrial tem o direito de gozar do crédito fiscal, um comerciante tem direito de gozar do crédito fiscal, e o agricultor, o produtor rural, não têm direito algum?

E um assunto que precisa ser tratado desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com convicção, com patriotismo, com devotamento, para se chegar a um denominador comum.

Se queremos, realmente, fixar o homem à terra não tem porque permanecer uma lei arbitrária que só tem concorrido para esvaziar o campo, em detrimento das cidades. As cidades no Brasil não estão crescendo, não estão progredindo; elas estão inchando, as cidades incham. E por quê? Porque a migração intensiva leva à cidade milhões de criaturas, e não há poder público, municipal, estadual, ou mesmo federal, que possa manter uma rede de saneamento, rede escolar, rede hospitalar, porque sempre está superado, porque as correntes migratórias são muito maiores. Daí a necessidade de se fazer alguma coisa para evitar a continuação de tamanha aberração.

Agora, vem o problema dos salários. Os salários serão corrigidos a cada 6 meses, tendo em vista o problema da inflação. Como é que o Governo vai saber, naqueles 6 meses, quanto foi a inflação? Como ele vai saber?

Há poucos dias passados, eu disse aqui que uma lata de óleo de soja, em Brasília, custa Cr\$ 24,60; em Natal, custa Cr\$ 42,40; no interior do meu Estado, no Rio Grande do Norte, custa Cr\$ 50,00. Como é que o Governo vai fazer este levantamento de preços, para chegar a uma conclusão de quanto foi a alta, de quanto foi a inflação? A inflação psicológica é muito maior que a inflação econômica.

O comerciante desonesto ou que não está acreditando em nada mais, por conta da instabilidade política, econômica, por conta, enfim, de tanto desvarios, está vivendo uma fase, infelizmente, de "salve-se quem puder".

Isto concorre, por incrível que pareça, para a irresponsabilidade que grassa em todos os segmentos da sociedade brasileira. Porque é um "salve-se quem puder" mesmo. Ninguém sabe como vem o dia de amanhã. O Governo, um dia, adota uma medida; no dia seguinte, já adota outra.

Eu li, ontem, que o Governo vai voltar o crédito para 15 prestações. O crediário que tinha baixado para 8 ou 10 prestações, vai, novamente, voltar para 15 prestações.

Parece que o Governo também não sabe o que faz; ele não tem uma diretriz, um objetivo, um caminho, e isto cria esta situação que aí está.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o problema é de uma gravidade ímpar, por conta disto. Aqui mesmo no Senado, nós que somos políticos não sabemos se haverá mais partidos, se vão extinguir os atuais partidos, ou o que vão fazer.

Isso traz insegurança, isto gera instabilidade de ordem política, e se há instabilidade de ordem política há, naturalmente, instabilidade de ordem econômica e muito mais de ordem social.

Estes não são os caminhos que buscamos; nós precisamos da segurança da política administrativa, da segurança dos partidos para, através dela, podermos pensar a médio e a longo prazo.

Agora vem os problemas dos fretes.

Eu vi, esta semana, numa viagem que fiz em companhia do Ministro da Marinha, no porto do Rio Grande, uma barcaça que transporta o equivalente a 3 mil toneladas, ou seja, o equivalente à carga de 300 caminhões médios.

Ora, se uma barcaça com seis tripulantes, uma só máquina, transporta a carga de 300 caminhões, por que não enfatizarmos o transporte marítimo, por que não enfatizarmos o transporte fluvial, por que não nos voltarmos para o transporte de cabotagem? Porque, no caso do rodoviarismo, o pneu não é nosso. Pelo pneu fabricado no Brasil, pagamos *royalty*; pelo caminhão fabricado no Brasil, pagamos *royalty*; pelas estradas que construímos, e temos de conservar, estamos pagando dinheiro e juros altos.

O oceano está aí, as estradas estão feitas pela Natureza. Os rios estão aí, navegáveis muitos deles, e outros com possibilidades de sê-lo. Por que então não nos voltarmos para esse tipo de transporte? E por que não esse transporte, que é nosso, em que não pagamos *royalty* e que, por este motivo, vai baratear a utilidade na mão do consumidor?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, um garrafão de vinho, importado do Rio Grande do Sul para o Rio Grande do Norte, vai de caminhão. Frete rodoviário. Pois bem, valor do frete é maior do que o valor da utilidade. Mas meu Deus, por que de caminhão, se temos o oceano, se temos uma costa magnífica, se podemos fabricar o navio, aqui, nosso!

Se a estrada está feita, vamos acabar com o rodoviarismo, com essa enfatização em torno de um transporte que, independentemente de não ser nosso, nos está custando os olhos da cara!

E, ainda por cima, há o problema do petróleo. Esta barcaça que transporta as 3 mil toneladas, portanto, o equivalente à carga de 300 caminhões, consome o correspondente a 100 caminhões, sem falar dos pneus, dos royalties.

Este é o objetivo, esta é a finalidade que precisa ser discutida e analisada, a fim de o Governo tomar uma iniciativa a de adotar uma política voltada para esta realidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, num País continental, como o nosso, o caminhão deveria ficar no interior, fazendo pequenas entregas, a curtos espaços. A precedência devia ser para o navio, o trem e, depois, o caminhão, sim, e em curtas distâncias.

Esse aspecto precisa ser analisado e discutido e ao mesmo tempo enfatizado, repito, para que o Governo se volte para esta realidade.

Ou tomaremos a iniciativa de buscar solução brasileira para o problema brasileiro, ou vamos marchando, a cada dia que passa, para uma situação irreversível.

O terceiro assunto que me traz à tribuna é a propaganda massificante da televisão, propaganda subliminar, que bitola a nossa gente. Por incrível que pareça, ela é muito pior do que o tóxico, porque muda a personalidade das pessoas.

Na minha região, hoje — repito —, é muito difícil encontrar uma menina-moça que queira ser doméstica. Ninguém quer mais trabalhar na cozinha, porque, por incrível que pareça, a menina-moça se envergonha de ser doméstica, ela se envergonha de tomar conta de uma cozinha.

Mas, meu Deus, que educação é esta que a pessoa tem vergonha de trabalhar, que educação é esta que a pessoa tem pejo de trabalhar! E o que vem acontecendo no meu Nordeste! A menina-moça tem vergonha de ser doméstica, mas, por necessidade, prevarica e se prostitui. Por necessidade, e não por inclinação.

E, portanto, uma propaganda subliminar que está corrompendo a nossa juventude. Precisa haver um freio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à propaganda massificante da televisão que realmente degrada os nossos jovens, a nossa sociedade.

São assuntos de uma seriedade extraordinária e, assim, não podem ficar à margem de um exame em profundidade, por parte do Senado Federal; o outro aspecto é o da família.

Mais uma vez, volto a tratar do assunto.

Há uma desagregação da família brasileira, da família pobre, da família sem recurso, da família assalariada, de baixa renda, de poder aquisitivo baixo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o dono de uma casa só tem força moral para ditar as regras do lar, para mandar na família, se tiver condições de manter sua casa. Na proporção em que o dono da casa pode manter a casa, ele é o guia, ele é o orientador da família. Na proporção em que o dono da casa não tem poder aquisitivo para responder pelas obrigações elementares da casa — o aluguel, a prestação, a alimentação —, começa a perder a autoridade moral dentro de sua casa. E isto é muito grave! Porque uma casa sem dono é um corpo sem cabeça; é grave, porque aquele homem que trabalha e não pode manter o seu lar perde o amor ao trabalho. E o que está acontecendo no Brasil? O assalariado de baixa renda, perdendo o amor pelo trabalho — porque o que ganha é pouco e não oferece condições de ele gostar do seu labor —, perde, também, a autoridade moral dentro da própria casa, porque a autoridade moral se mede pelo dinheiro que se tem no bolso.

E um caso que precisa ser tratado com carinho, com patriotismo, pois, queiram ou não queiram, é a família, é a religião o respaldo maior de nossa sociedade.

Se há desagregação da família por conta da baixa renda do dono da casa, aquela família pobre é transformada numa família miserável, e a miséria é a porta aberta à prostituição.

Tenho dito desta tribuna: a miséria é a porta aberta à prostituição. Milhões de pivetes do Rio e São Paulo órfãos de pais vivos, criados na sarjeta, sim, criados na sarjeta, matam à plena luz do dia, no Rio e São Paulo, porque eles não são normais. E por que eles não são normais? — Porque a sociedade que aí está deixou que fossem criados na sarjeta, órfãos de pais vivos, ao Deus dará.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é necessário, é importante, é oportuno, que evitemos os lúmpens que crescem assustadoramente no Rio e São Paulo, pela vaidade, pelo egoísmo de uma sociedade que se materializa cada dia e mais distante fica de Deus, e mais distante fica dos elementares princípios daqueles que têm deveres para com a sociedade, que são os governos. Os governos precisam impor-se pela honestidade de princípios, pela austeridade, pelo bom exemplo, o que, infelizmente, não está ocorrendo em nossa Pátria.

Não há um bom exemplo, não há austeridade, não há nem o patriotismo, nem o propósito de evitar a corrupção que cresce e a prostituição que medra nos quadrantes da Pátria.

Tenho por várias vezes desta tribuna procurado despertar a atenção do Governo para estes problemas que considero de alta gravidade. Sim, porque tenho dito: quero lutar contra qualquer tipo de criatura, mas não quero lutar contra pessoas que perderam o pudor; quero lutar contra qualquer tipo de criatura, mas não quero lutar contra as pessoas que perderam a fé e a esperança. As pessoas que não acreditam em mais nada são pessoas capazes de tudo. As pessoas que não têm família, as pessoas que não têm fé, são pessoas vencidas.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está aumentando, neste País, o número daqueles que não têm mais fé, daqueles que não têm mais família. Por quê? Por conta de um modelo econômico que não procura dar àqueles mais pobres que trabalham o direito de eles, trabalhando, poderem viver às suas custas.

Não há coisa mais digna do que a pobreza honrada, não há coisa mais virtuosa do que o trabalho que dignifica, que prospera e que induz a tudo. Mas, não há coisa mais triste, mais indigna, mais vil do que um trabalho que maltrate e não corresponde às necessidades elementares daqueles que, trabalhando, precisam ter o elementar direito de dizer: "sou pobre, sim, mas vivo à minha custa."

Isto é importante, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, de uma profundidade extraordinária, porque trabalhar realmente é duro. Acordar de madrugada, pegar 2 ou 3 transportes, é difícil. Mas a honestidade, a dignidade de propósitos faz com que aquele cidadão trabalhe para obter o elementar direito de dizer: "está certo, sou pobre, mas vivo às minhas custas." Mas, meu Deus, quem é que pode dizer neste País que, com o salário mínimo, vive às próprias custas?

O salário no meu Estado é de um mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros. São poucos os que ganham esse salário, porque a polícia não ganha. A polícia do meu Estado, que é encarregada de promover a ordem e a segurança, não ganha esse salário. Então, é de se perguntar: se o salário não dá às pessoas pobres o direito de, como pobre, viver às custas do seu labor, então ele perde o interesse pelo trabalho. Perdendo o interesse pelo trabalho, o que é que o homem, a seguir, vai perder? Vai perder o sentimento de pudor, que é um sentimento que ninguém pode perder, pois, perdendo-o, não o acha mais. O cidadão, perdendo a saúde, pode recobrá-la; perdendo o emprego, pode arranjar outro; mas, se ele perder a vergonha, ele não a acha mais. Não se acha vergonha para vender; não se acha vergonha para vender, em parte alguma. É um sentimento de dentro para fora, não é de fora para dentro.

Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo encarecidamente ao Governo que analise o problema. Primeiro, como ele vai reajustar os salários? Sim, como ele vai reajustar os salários, tendo em vista o problema dos preços? Eu, repito, em Brasília, o óleo está a vinte e quatro cruzeiros; em Natal, a quarenta e dois; no interior, a cinquenta. Como se vai reajustar os preços, tendo em vista a alta, a inflação? Em segundo, vem o problema do frete. O Governo precisa voltar-se para o frete de cabotagem; dizem que não exportam, porque no porto roubam a mercadoria. Mas, meu Deus, será que os ladrões de porto fazem com que se deixe de transportar por navio? Não. E preciso moralizar os portos. É necessário enfatizar o transporte de cabotagem, porque a Nação precisa disso.

Outro aspecto é o problema da tributação. O Governo precisa mudar a filosofia tributária que assassina, a cada dia, a Nação. Precisa modificar a filosofia tributária, pois não tem como se entender, eu repito, que o industrial goze de um crédito fiscal, que o comerciante goze de um crédito fiscal e que o agricultor pague o tributo na venda e na compra e não goze de um crédito fiscal.

Aqui fica, mais uma vez, o meu alerta e o meu desejo imenso de que o Governo acorde para essa realidade. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O problema institucional em nosso País, se constitui num grave problema político, principalmente pela falta de legitimidade daqueles que mandam no País e a falta de legitimidade na legislação que serve de arcabouço jurídico para a vida nacional. Falta legitimidade na Carta outorgada e, evidentemente, em decorrência disso, falta legitimidade aos governos, falta legitimidade aos que mandam e, muitas vezes, desmandam neste País.

Logo depois do Movimento Revolucionário de 1964, o primeiro Ato Institucional proclamou o princípio de garantia e manutenção da Constituição de 46; proclamou o princípio democrático para o qual, segundo se anunciou, veio o Movimento Revolucionário de 64. Mas, o que vimos, Sr. Presidente, foi infidelidade atrás de infidelidade a esse princípio proclamado no decorrer dos anos que sucederam 1964. Basta lembrar a Constituição — se é que pode ser chamada Constituição — de 67, vinda de um poder constituído — constituinte e constituído, como dizem os doutrinistas — que possibilitou o pesadelo de 69, quando um Vice-Presidente da República, legítimo, foi impedido de assumir a Presidência da República e houve um verdadeiro golpe, no sentido de que quem realmente deteve o mando, naquela altura, foram os Ministros Militares, que impuseram a emenda de 1969, uma repetição agravada da Constituição de 1967.

Em verdade, Sr. Presidente, apesar dos anúncios constantes de abertura, nós ainda vivemos num regime subordinado à tutela do chamado sistema que manda no Brasil. O MDB, partido que tem respaldo na opinião popular, consagrado na opinião da maioria deste povo através dos anos, teve em época oportuna, em 1977, a sensibilidade de colocar no seu programa a luta em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte. Porque é necessário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o povo, através de uma delegação expressa, eleja deputados e senadores que realizem uma Constituição de fato, uma Constituição real, uma Constituição verdadeira, promulguem essa Constituição verdadeira com delegação expressa do povo brasileiro.

Há poucos dias, um ilustre Professor cearense, Professor Paulo Bonavides, numa conferência que fez na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, expendeu opiniões realmente muito importantes a respeito da necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Ele fez uma análise a respeito da ilegitimidade que graça em nosso País, e, com sabedoria, com sensibilidade, a determinada altura, aquele ilustre Professor cearense disse na Câmara dos Deputados:

“Os que hoje sustentam a tese da inconveniência de convocar-se o poder constituinte originário para pôr termo à crise de ilegitimidade do sistema institucional, não percebem, em verdade, que tal posição favorece a tese autocrática, mina o prestígio de um conceito nobre, o conceito de constituição, debilita a soberania nacional e solapa os fundamentos da redemocratização”. Logo após, disse o ilustre Professor:

“Fiel ao princípio democrático, aos ensinamentos da tradição constitucional, estampamos nos Preâmbulos das três Constituições republicanas uma lição de legitimidade. O poder constituinte originário esteve sempre presente em todas elas. Gravou-se no pórtico da Lei Magna com estas solenes expressões: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte” (1891) ou em Assembléia Nacional Constituinte, (1934 e 1946) decretamos e promulgamos a seguinte Constituição”.

Depois de mais considerações, continuou, naquela palestra, o ilustre Professor cearense.

“Dois erros fundamentais fizeram, até agora, o desencontro das posições sustentadas por Oposição e Governo, cujo confronto dialético é contínuo perfeitamente superável: de uma parte, o erro oposicionista — que postula a assembléia constituinte imediata, uma tese que até hoje inassimilável, mas amanhã perfeitamente exequível; doutra, o erro governista de não acolher, ao menos, a promessa de uma convocação daquele órgão da soberania popular, sem o qual a crise política das instituições não encontrará jamais o seu fim, conforme assinalamos.”

Faz diversos comentários, depois, Sr. Presidente, para concluir que o ideal seria modificações nesta Constituição, nesta Carta outorgada, que hoje gera o condicionamento jurídico da Nação, para, nas próximas eleições, nós termos a possibilidade de eleger uma Assembléia Nacional Constituinte que, à maneira que ocorreu em 1946, discutirá, votará e promulgará uma nova constituição que depois se transformará no Congresso Nacional Ordinário, Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Com esta idéia, Sr. Presidente, nós estamos encaminhando à Mesa, hoje, uma proposta de emenda constitucional, com o número de assinaturas de Deputados Federais e de Senadores de acordo com os mandamentos legais.

Pretendemos, dentro do espírito do Movimento Democrático Brasileiro e dentro do espírito da reivindicação nacional, uma Constituição votada por delegados do povo. E estamos apresentando à consideração do Congresso Nacional uma emenda constitucional, que convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, que é a aspiração, o desejo, a necessidade desta Nação, para

1982, durante as eleições já previstas, Constituinte com eleições diretas previstas nesta emenda, para os Governos de Estado, com a extinção da Lei Falcão, prevista também, e com facilidade para a institucionalização de novos partidos políticos. A seguir, faremos uma demonstração de quais são os objetivos desta Emenda Constitucional.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Ouço o nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Quero congratular-me com a iniciativa de V. Ex^a e fazer, também, algumas declarações acerca da palestra do Professor Bonavides, quanto ao problema de estipulação de prazo, de uma data prefixada para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Nós achamos muito mais importante que isto as medidas que devem anteceder a esta convocação, porque ninguém está aqui a desejar uma Assembléia Nacional Constituinte que seja apenas um formalismo, para legitimar tudo o que aí está implantado autoritariamente. A Assembléia Nacional Constituinte precisaria ser a tentativa democrática da construção de um novo pacto social por todos os segmentos do pensamento político da Nação brasileira. Eu quero congratular-me com V. Ex^a, por ter incluído no seu projeto de convocação de uma constituinte também a extinção de todos os resquícios arbitrários que ainda existem em nossas instituições, e que não são poucos, são muitos, e que estão aí ainda a exercer um poder coercitivo tão grande, capaz de forçar até mesmo o encaminhamento de uma reformulação partidária cheia de casuismo e artificialismos. Obrigado a V. Ex^a

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte do nobre Senador Henrique Santillo, e gostaria de dizer o seguinte: nós sabemos que dentro do MDB existe parcela ponderável de companheiros que acreditam na necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte de imediato.

A palestra deste mestre cearense deu a todos nós a informação de que o Professor acredita na necessidade de modificações diversas na Constituição, para depois nós podermos convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Devemos retirar os resquícios autoritaristas desta Constituição, desta Carta outorgada.

Evidente, acredito que este meu projeto, esta nossa proposta deva merecer a atenção dos Congressistas dos dois partidos. Talvez, ela ainda não seja aquilo que significa o ideal, mas acredito que, na discussão dessa matéria, poderemos achar um caminho para viabilizar a proposta do MDB.

Nós temos a proposta da Constituinte em nosso programa, depois de uma memorável convenção que aprovou essa proposta e, entretanto, de acordo, inclusive, com esse Professor que eu citei, nós ainda não viabilizamos essa proposta, não encontramos um caminho para indicar materialmente, formalmente, como nós poderemos fazer a convocação ou conseguir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, esta minha emenda pretende terminar com a Lei Falcão, pretende facilitar a criação de novos partidos, pretende a eleição direta para governadores, em 1982, e pretende, o que é mais importante, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para 1982.

Outras medidas talvez devam ser tomadas, no sentido de melhorar a Carta outorgada existente. Mas, eu deixo este meu trabalho como uma tentativa de contribuição para que o Congresso possa analisar a proposta da Constituinte e chegar a um termo que esteja de acordo com a ambição do povo brasileiro.

Quero terminar, Sr. Presidente, não sem antes tentar, dada à falta de tempo, explicar rapidamente os termos da nossa proposta.

Ela pretende a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita em 15 de novembro de 1982.

“§ 1º Votada a nova Constituição, a Assembléia Constituinte dará por terminada a sua missão, separando-se a Câmara dos Deputados e Senado Federal, que passarão ao exercício da função legislativa, da mesma forma como ocorreu em 1946.

§ 2º São preservados os mandatos dos Senadores eleitos pelo voto popular direto e secreto, que poderão participar dos trabalhos da Assembléia Constituinte. Todavia, só poderão votar se receberem mandato expresso do corpo eleitoral para tal fim, manifestado nas eleições de 15 de novembro de 1982, na forma das instruções que forem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.”

E' uma espécie de plebiscito no qual o povo dirá se os Senadores eleitos por eleições diretas, em 1978, poderão votar também a Constituição. Pela

emenda, os mandatos dos Senadores eleitos pelo voto indireto terminarão com a instalação da Assembléia Constituinte, quando serão substituídos pelos eleitos em 15 de novembro de 1982.

Ficam preservados, pela nossa emenda, os atuais mandatos do Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, dias atrás, num programa de televisão, talvez fazendo alusão à campanha constituinte com Getúlio, em 1946, perguntaram-me: "Então é Constituinte com Figueiredo?" E eu respondi: "Constituinte, apesar de Figueiredo."

Também, Sr. Presidente, prevemos, como já havia dito, a eleição de Governadores e Vice-Governadores, através do sufrágio universal, voto direto e secreto pelo prazo de 4 anos.

Espero um dia de maiores possibilidades de liberdade e democracia para o nosso País, porque disse o ilustre Líder da ARENA que "apesar de você, amanhã será um outro dia". E nós esperamos que seja um dia de maior significado para a Nação, com a colaboração de todos nós, inclusive da ARENA e do seu eminente e ilustre Líder.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Isso é uma aspiração nacional. Agora, nada disso; apenas comentei para a Bancada um verso de uma canção de Chico Buarque de Holanda.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Muito bem lembrado, aliás.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Aconteceu que V. Exª estava falando e ligou os dois fatos, mas eles não são ligados.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Mas, acredito que o sentido evidentemente é o mesmo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Se me quer forçar aceitar a condição, então é o mesmo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Exª

Sr. Presidente, para terminar, nós queremos uma modificação na atual Carta outorgada, pela qual os itens II e III do art. 152 serão mudados. O item II esclarece que para a composição de novos partidos políticos será necessário o apoio expresso, em votos, de 5% do eleitorado que votar; quer dizer, atualmente, a Constituição diz que haverá necessidade do apoio expresso de 5% do eleitorado que votou na eleição anterior. Nós facilitamos, com esta emenda, a criação de novos partidos, sem haver a necessidade daquelas assinaturas de milhões ou milhares de pessoas, o que impossibilitou, inclusive, a criação do PDR, do ex-Vice-Presidente Pedro Aleixo. Por esta emenda, serão constituídos os novos partidos e eles terão condições de validade se, na eleição subsequente, obtiverem 5% dos votos do eleitorado distribuídos, pelo menos, em nove Estados, com o mínimo de 3% em cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) Faz soar a campanha.)

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Sr. Presidente, perdoe-me V. Exª por me estender tanto.

Finalmente, queremos, com essa emenda, o retorno para o que era antes da Lei Falcão, para que os partidos tenham condições de ir ao rádio e à televisão, num regime de franca liberdade, debater com o povo brasileiro a respeito deste assunto fundamental. Desta maneira a Constituinte de 1982 será realizada com a mais absoluta liberdade, traduzindo na votação de uma Constituição que realmente expressa aquilo que pensa e o que sente o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza, para uma rápida comunicação.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União perdeu o seu decano e Goiás, um de seus mais ilustres filhos, o Ministro Wagner Estelita Campos.

Wagner Estelita Campos foi um homem que, ainda muito jovem, iniciou uma carreira, na vida pública, assaz brilhante. Eis que aos 21 anos ele era Secretário de Segurança do Estado de Goiás, tinha o que, na época, se chamava na função o encargo da Chefia de Polícia. Depois, o extinto ilustre prestou concurso para o DASP e se tornou uma das mais notáveis figuras, chegando a ser o seu Diretor-Geral; desempenhou, por dois mandatos consecutivos, a função de representante do povo goiano na Câmara dos Deputados, onde presidiu, com brilho, a antiga Comissão de Orçamento que, na época, quando o Parlamento brasileiro tinha, efetivamente, uma influência notável na elaboração do orçamento, Wagner Estelita Campos ali pontificava e pôde, como Presidente, durante anos e anos seguidos na Comissão de Orçamen-

to, atender às reivindicações das mais justas e importantes, quer para a vida de Goiás, quer para todos os demais Estados da Federação.

Feito Ministro do Tribunal de Contas da União, ali S. Exª gozava não apenas de enorme prestígio mas, sobretudo, do respeito dos seus pares e da opinião pública do País.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — V. Exª permite um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — No momento em que V. Exª tributa uma justa homenagem a Wagner Estelita Campos, quero acrescentar, ao lado do elogio deste excepcional homem público, o testemunho de quem foi seu contemporâneo na Comissão de Finanças, na Câmara dos Deputados, onde ele destacou-se de uma forma excepcional, chegando — como disse V. Exª — à Presidência daquele órgão. Era, talvez, um dos Deputados mais considerados e respeitado pela seriedade com que desempenhava o seu mandato e pelo alto grau de capacidade e de especialização em matéria financeira. Ultimamente, no Tribunal de Contas, desempenhava ele, com a mesma proficiência, missão relevante. Tivemos oportunidade de ir, pessoalmente, levar-lhe o preito, a nossa homenagem por ocasião de seus funerais. E nesta ocasião, em que V. Exª menciona a figura deste grande brasileiro, quero deixar, junto com as palavras de V. Exª, também uma palavra de saudade a este homem público, de real destaque na vida pública brasileira.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado, eminente Senador Lenoir Vargas. Eu não acompanhei a atuação de Wagner Estelita Campos quando S. Exª pontificava na Câmara dos Deputados, mas os depoimentos que a respeito de sua atuação ouvi, através de pessoas das mais abalizadas, não deixou nenhuma dúvida em meu espírito que Wagner Estelita Campos cumpriu o mandato de Deputado Federal por duas vezes não apenas com proficiência, mas dando à sua atuação parlamentar o brilho, o equilíbrio próprio das grandes figuras. Era, sem dúvida alguma, uma figura exemplar e de Wagner Estelita Campos.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Ouço o nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) — Nobre Senador Lázaro Barboza, não devemos também faltar nesta hora em que V. Exª, refletindo sem dúvida o pensamento do Plenário, quando traz a sua saudade a Wagner Estelita, o qual com tanto brilho representou o Estado de Goiás na Câmara dos Deputados. Fomos colegas seu também e presenciávamos aquele homem sério, sempre dignificando todas as tarefas que lhe foram outorgadas. E ainda há pouco recebíamos do Líder Lomanto Júnior a incumbência de dizer a V. Exª que a maioria se faz presente, de forma total e absoluta, com o pranto da saudade, nesta hora em que V. Exª homenageia, com toda justiça aquele que, com denodo, com honra e dignidade, representou os altos interesses de Goiás naquela Casa, dizendo melhor, os melhores interesses do Brasil.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado, nobre Senador Henrique de La Rocque.

Os Srs. Franco Montoro (MDB — SP) e Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Sr. Presidente, peço a V. Exª permissão para, embora infringindo o Regimento, tendo em vista a relevância da comunicação que faço, permita-me ouvir os apartes com que pretendem me honrar os eminentes Senadores Franco Montoro e Nelson Carneiro. Ouço, pela ordem, o nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Como antigo colega do Deputado Wagner Estelita, cumprio um dever de justiça incorporando ao discurso de V. Exª, de homenagem a esse grande brasileiro, o meu testemunho do notável trabalho que Wagner Estelita realizou no Congresso Nacional. Ele era um homem que cumpria rigorosamente a sua tarefa, principalmente na Presidência da Comissão de Finanças. Comandava os trabalhos daquela comissão com elevado espírito público, e se impôs ao respeito de todos por essa sua atitude firme e desassombrada na defesa do direito público. No Tribunal de Contas foi a mesma linha que prevaleceu na sua atuação. V. Exª rende a homenagem ao homem que honra, não apenas ao Estado de Goiás, mas a todo o Brasil, como homem público que pode ser apontado como modelo para os seus concidadãos.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado, eminente Senador Franco Montoro, V. Exª faz coro conosco no pesar que manifestamos pela morte de um grande brasileiro, de um homem que soube honrar e dignificar os cargos exercidos quer como antigo Secretário de Segurança Pública, quer como Diretor-Geral do DASP, quer como Professor Universitário, quer no Congresso Nacional, onde teve enorme relevância.

Ouç o nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Poderia eu dizer, como os Senadores Franco Montoro e Lenoir Vargas, que tive a honra de ser colega de representação do Deputado Wagner Estelita, depois Ministro do Tribunal de Contas da União. Mas queria me referir apenas que, ainda no ano passado, S. Exª compareceu a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os problemas do idoso e deu um substancial depoimento do qual recolhi os elementos para apresentar uma emenda constitucional, citando, aliás, a autoria, a qual, se aprovada, irá fazer justiça a todo funcionário público aposentado, neste País. A iniciativa foi de S. Exª, os termos são de S. Exª e eu apresentei uma emenda constitucional neste sentido. Espero que, ao ser aprovada essa emenda algum dia, se recorde a memória, a presença e a colaboração de Wagner Estelita Campos.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado, eminente Senador Nelson Carneiro.

Efetivamente, Wagner Estelita Campos era um homem de uma cultura enciclopédica. Mas foi especialmente no setor da política defensiva do problema do funcionalismo que Wagner Estelita Campos atingiu a alturas estelares.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Ouço o eminente Líder Jarbas Passarinho, porque, então, Sr. Presidente, essa homenagem que eu imaginava ser apenas do Estado de Goiás, que tenho a honra de representar nesta Casa, se transforma assim como uma homenagem do Senado.

Ouç o eminente Líder do Governo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Lázaro Barboza, acolher o meu aparte, que eu dou na dupla condição de representante do Pará e de Líder da Maioria desta Casa. Quero que o meu aparte seja articulado precisamente com as palavras finais de V. Exª, quando aceitava o aparte do Senador Nelson Carneiro. S. Exª referiu-se à cultura polimorfa de um enciclopedista, como era Wagner Estelita Campos. E eu gostaria de dar um testemunho muito pessoal. Quando deixei a minha última comissão, na Academia Militar de Agulhas Negras, sendo eu Capitão, verifiquei que nós preparávamos, na verdade, excelentes oficiais, excelentes aspirantes-a-oficiais de todas as armas, menos talvez num aspecto, o aspecto do comando de pessoas, a liderança que deveria ser exercida, uma vez que éramos preparados todos apenas para sermos atentos aos ditames dos Regulamentos que orientam a vida militar. Dediquei-me a ler alguma coisa a esse respeito e a produzir idéias próprias, encontrando nessa ocasião, um único livro no Brasil que tratava de liderança e chefia, o qual se transformou num livro clássico da literatura de pessoal no Brasil e que é, exatamente, do Ministro Wagner Estelita Campos. É evidente que haveria concepções distanciadas entre nós dois, em relação a certos aspectos da liderança militar e da liderança civil. Produzi 200 e tantas páginas, depois, cheguei à conclusão de que tudo que havia escrito me obrigava a fazer uma revisão original porque me faltava uma base de psicologia para que tratasse com precisão da matéria, como ele tratava. E chegando ao Senado da República, um amigo comum, o jornalista Falcão, me proporcionou o contato com o Ministro Wagner Estelita Campos, a quem entreguei os originais do meu pretendo livro. S. Exª leu e, passado algum tempo, fez questão de vir a mim para dizer do entusiasmo com que lia o que chamava de réplica da área militar do que ele doutrinara na área civil, em matéria de liderança e chefia. Muitas vezes me cobrou de público se eu afinal chegara a produzir ou publicar o livro. Mas enquanto Ministro, talvez não fosse muito ético eu me fazer editado, depois de Ministro parece que me fica um pouco mais difícil. De maneira que, nesta ocasião em que estamos aqui rememorando a figura deste homem eminente, desse grande brasileiro, eu ousei pedir a V. Exª que incorporasse em seu discurso esse testemunho, que é um testemunho que eu envolvo no mais alto respeito pela memória desse grande vulto brasileiro que faleceu tão recentemente.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado eminente Líder, Senador Jarbas Passarinho, pelo seu aparte que realçou ainda mais a figura notável de homem público e de brasileiro que foi Wagner Estelita Campos.

Ouç o eminente Senador Humberto Lucena, da Paraíba, e, em seguida, ouvirei o meu nobre colega de representação, Henrique Santillo, para depois concluir meu discurso.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Como antigo companheiro de Wagner Estelita, na Câmara dos Deputados, desejo associar-me também à homenagem que V. Exª presta, nesta hora, a sua memória. Sem dúvida alguma, o seu pronunciamento teria que sofrer essas intervenções de Senadores de todos os Estados, pois Wagner Estelita é realmente, um nome nacional. Foi ele, uma das melhores, mais eficientes e competentes figuras que conheci no Parlamento brasileiro. Trabalhando diuturnamente, com o máximo de senso de responsabilidade, à frente da Presidência da Comissão de Orçamento, na época em que o Poder Legislativo dava uma contribuição mais efetiva à elaboração da nossa Lei de Meios, S. Exª agigantou-se no conceito de todos os que o conheciam no convívio diário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Eminente Senador Humberto Lucena, muito grato pelo seu aparte.

Efetivamente, Wagner Estelita Campos tinha, além de um talento extraordinário, de uma cultura fantástica, de um amor enorme ao trabalho, S. Exª tinha o condão de fazer as coisas bem feitas, e deixou, como o próprio Senador testemunha, uma lição de amor ao trabalho, de amor aos estudos e de amor ao Brasil.

Ouç o nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Trata V. Exª, ilustre Senador Lázaro Barboza, com rara mestria e com mais raro ainda poder de síntese, em rápidas palavras, a vida de um eminente goiano, homem público deste País, que, se realmente dissecada, poderia dar origem a uma nova enciclopédia. As homenagens, estive sempre certo, não seriam apenas de Goiás mas de todo o País, como tem sido, nesta tarde, no Senado. Quero apenas fazer minhas, também, as suas brilhantes palavras em homenagem ao Sr. Wagner Estelita Campos.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — O que me honra muito, eminente companheiro de representação, nobre Senador Henrique Santillo.

Sr. Presidente, eu pretendi encerrar essas considerações da forma mais breve possível, mas veja V. Exª que Wagner Estelita Campos foi figura de tamanha importância na vida do País que todos os Srs. Senadores pretendem participar desta homenagem de pesar que prestamos ao ilustre extinto. Eu não poderia encerrá-la, sem antes ouvir o eminente Senador Dirceu Cardoso, do Espírito Santo.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador Lázaro Barboza, associe-me pesaroso às homenagens que V. Exª presta ao ilustre Ministro Wagner Estelita Campos, uma das culminâncias do pensamento cívico e político do Estado que V. Exª tão dignamente representa nesta Casa.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Estou vindo da sessão de homenagem do Tribunal de Contas da União, realizada em memória de S. Exª. Ouvi os discursos do ilustre Ministro Luiz Octávio Gallotti, do Procurador Ivan Lins e do Presidente Ewald Pinheiro. Todos enaltecendo o traço de incorruptibilidade, de prestígio, de grandeza, de inteligência e de cultura desse ilustre filho do Estado de V. Exª. Como ex-colega de Wagner Estelita Campos na Câmara dos Deputados, quando ele presidiu a poderosa Comissão de Orçamento, sou testemunha da maneira, do espírito público com que ele dirigia aquela sessão, inacessível, inabordável. Portanto, eu me associo a esta homenagem. E, amanhã, vou também prestar a minha homenagem de emoção, de saudade e de reconhecimento à figura ilustre de Wagner Estelita Campos; vou requerer a transcrição, para os nossos Anais, dos magníficos discursos proferidos pelo Ministro Luiz Octávio Gallotti, pelo Procurador Ivan Lins e pelo Presidente Ewald Pinheiro, há poucos instantes na sessão de homenagens do Tribunal de Contas da União. Aquelas palavras não passaram no meu coração porque guardo uma emoção forte do Plenário do Tribunal de Contas prestando homenagens tão sinceras, tão empolgantes à memória daquele ilustre goiano que encheu o Tribunal, encheu a Fundação Getúlio Vargas, e por onde ele passou, com o raso da sua inteligência e o brilho da sua cultura.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — Muito obrigado, eminente Senador Dirceu Cardoso.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, Wagner Estelita Campos, por onde passou, deixou a luminosidade do seu talento, dos seus exemplos cívicos, do seu

amor ao Brasil. E tenho certeza de que Wagner Estelita Campos, do plano superior onde se encontra, em comunhão com Supremo Arquiteto do Universo, estará contente nesta hora, em verificar que até mesmo a rigidez do Regimento Interno do Senado foi quebrada, para que o Senado de forma unânime se associasse ao modesto representante de Goiás, na manifestação de pesar e de saudade dos goianos pelo passamento do grande brasileiro.

Eram as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Mesa associa-se às manifestações de pesar ao invulgar homem público que foi o Ministro Wagner Estelita Campos.

Conheci-o de perto, com ele convivi no velho Palácio Tiradentes. Era um homem de invulgar competência, que tinha horror a duas coisas: à improvisação e à incompetência. E por isso mesmo ele mudou o rumo da elaboração orçamentária deste País. Até Wagner Estelita Campos, a elaboração do orçamento era uma obra cartorária; de Wagner Estelita Campos até os nossos dias, em que tem sido aprimorada, a elaboração do orçamento passou a ser uma obra técnica, uma obra séria, uma obra de dedicação à coisa pública. O País deve este trabalho à pertinácia e ao estudo de Wagner Estelita Campos.

O Senado fez muito bem em tributar-lhe esta homenagem coletiva na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está findo o período destinado ao Expediente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundô Parente — Gabriel Hermes — José Sarney — Alberto Silva — Jessé Freire — Marcos Freire — Arnon de Mello — Gilvan Rocha — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1976 (nº 448/75, na Casa de origem), que institui o Plano Nacional de Moradia — PLAMO, para as populações com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos regionais, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 417 a 420, de 1979, das Comissões:

— de Economia, favorável;

— de Legislação Social; favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que oferece, com voto, em separado, dos Senadores Lázaro Barboza, Henrique de La Rocque e Domício Gondim;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e do substitutivo da Comissão de Legislação Social;

— de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social com duas subemendas que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do dia 12 do corrente, tendo a votação adiada a requerimento do Sr. Senador Murilo Badaró.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, sem prejuízo das subemendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo fica prejudicado o projeto.

É o seguinte o substitutivo aprovado

EMENDA Nº 1 — CLS

(Substitutivo)

Institui o Plano Nacional de Moradia — PLAMO —, destinado a atender às necessidades de moradia das pessoas de renda mensal regular até 5 (cinco) salários mínimos, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Banco Nacional da Habitação autorizado a instituir o Plano Nacional de Moradia — PLAMO —, mediante a adoção do regime

transitório de aluguel, como forma de atender às necessidades das famílias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário de referência no País, sem condições para a aquisição imediata de uma habitação completa.

Art. 2º O PLAMO será executado, em todo o Território Nacional, com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, dentro das normas previstas na presente lei.

Art. 3º Serão executores do PLAMO os Agentes Financeiros do Banco Nacional da Habitação — BNH, as Companhias Hipotecárias, ou outras entidades a critério do BNH.

Art. 4º Mediante inscrição prévia dos interessados, os executores do PLAMO atenderão aos candidatos que comprovarem renda individual mensal de até 5 (cinco) salários de referência regionais, assinando com os mesmos contratos de locação da unidade habitacional.

Art. 5º O contrato referido no artigo anterior incluirá prazo de locação não superior a 36 (trinta e seis) meses, assegurada ao locatário ocupante a opção de compra do imóvel, ao final do contrato de locação e nas condições nele estabelecidas.

Parágrafo único. O aluguel não poderá ser fixado em valor maior do que o da prestação do financiamento da venda do imóvel, nas condições do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nem superior a soma dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, prêmio de seguro e taxas do mesmo financiamento, calculados, sobre o valor estabelecido para o imóvel, em 50% (cinquenta por cento) da unidade padrão de capital do Banco Nacional da Habitação, no contrato de locação com opção de compra e venda.

Art. 6º O Poder Executivo baixará o Regulamento desta lei dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à votação, em globo, das subemendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de ser redigido o vencido para o turno suplementar.

São as seguintes as subemendas aprovadas

SUBEMENDA Nº 1-CF

Ao art. 3º

Suprima-se, no art. 3º do Substitutivo (Emenda nº 1-CLS), a expressão: "...as Companhias Hipotecárias"

SUBEMENDA Nº 2-CF

Ao art. 5º

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º O contrato referido no artigo anterior incluirá prazo de locação não superior a 36 (trinta e seis) meses, assegurado ao locatário ocupante a opção de compra do imóvel ao final do contrato de locação e nas condições nele estabelecidas.

§ 1º O valor do aluguel não poderá ser superior ao da amortização mensal que incidiria sobre o imóvel se este fosse financiado, para aquisição, pelo Sistema Financeiro de Habitação, nem superior a 20% (vinte por cento) do maior salário de referência vigente no País, sendo que, nesta última hipótese, os juros serão calculados à taxa de até 6% (seis por cento) ao ano pelo Sistema Francês (Tabela Price).

§ 2º O valor do imóvel de objeto de aquisição pelo inquilino ocupante, bem como o montante pago como aluguéis, serão corrigidos monetariamente por plano de reajuste que atenda à índole social da transação, sendo que as quantias pagas como aluguel serão deduzidas do preço final de venda."

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão

Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de Direitos Humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. **Orestes Quêrcia** (MDB — SP) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Vai-se proceder à verificação solicitada. Suspenderei a sessão por alguns minutos, a fim de aguardar a chegada ao plenário dos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 3 minutos, sendo reaberta às 16 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está reaberta a sessão. Vai-se proceder à verificação requerida, que será feita pelo processo de votação eletrônica. Os Srs. Líderes votarão em primeiro lugar, votando em seguida os Srs. Senadores. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Humberto Lucena — Cunha Lima — Dirceu Cardoso — Evelásio Vieira — Franco Montoro — Gilvan Rocha — Henrique Santillo — Jaison Barreto — Lázaro Barboza — Orestes Quêrcia — Dinarte Mariz.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Henrique de La Roque — Lenoir Vargas — Lomanto Júnior — Luiz Cavalcante — Luiz Viana — Moacyr Dalla.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Votaram Sim, 11 Srs. Senadores; Não, 7 Srs. Senadores. Não houve *quorum*.

A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão, juntamente com os itens 3 a 5 da pauta, que estão em fase de votação.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 329, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo, no Clube Monte Líbano e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no dia 13 de setembro de 1979.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 331, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1978, de sua autoria, que introduz alteração no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1978, de sua autoria, que dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de produção de energia elétrica, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passaremos, pois ao item 6.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1977 (nº 1.302/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 3º do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio, tendo

PARECERES, sob nºs 464 e 465, de 1979, das Comissões:

— de **Legislação Social**, contrário; e

— de **Finanças**, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão, em virtude da falta de *quorum* para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1978 (nº 2.100/76, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra d do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, tendo

PARECERES, sob nºs 505 a 507, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, no mérito;

— de **Economia**, contrário; e

— de **Finanças**, contrário.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão, ficando a votação adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1979, de autoria da Comissão Diretora, que acrescenta parágrafo ao art. 383, da Resolução nº 58, de 1972 (Regulamento Administrativo do Senado Federal), tendo

PARECER, sob nº 474, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, ficando sua votação adiada para a próxima sessão, em razão da falta de *quorum*, em plenário, para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No próximo dia 9 de outubro a Nação assistirá, estupefata, à comemoração do quarto aniversário de uma das mais maquiavélicas conspirações já urdidas pelo capital internacional contra a soberania de um povo.

Trata-se do quarto aniversário da decisão do ex-Presidente Ernesto Geisel de quebrar o monopólio estatal do petróleo, através dos contratos de risco como forma de concessão de pesquisa e lavra pelas multinacionais.

Este acontecimento deverá mobilizar as forças mais conscientes e responsáveis da Nação para a denúncia pública desse crime de responsabilidade até hoje impune, porque perpetrado no silêncio da sociedade civil pelo conjunto de posturas excepcionais que tinham, nas ameaças de insegurança do Ato Institucional nº 5, sua mais acabada expressão fascista.

Antes de entrarmos, porém, nos traços de quase ficção científica que caracterizam essa conspiração, com os fatos que aos poucos emergem à luz, no débil tremeluzir das aberturas democráticas, meditemos um pouco nos dados mais imediatos, que parecem ter levado o povo brasileiro, a sufocar sua combatividade e aceitar, perplexo e resignado, a consumação desse crime.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Eu lamento interromper o discurso de V. Exª logo no início, mas é exatamente para, antes da análise, que eu sei que será serena e profunda, como costuma ser os pronunciamentos de V. Exª, em nome de um estado produtor de petróleo, um estado que se vê sacrificado em sua economia, pela distorção da política brasileira de petróleo, dizer que V. Exª não está só na defesa da PETROBRÁS, na defesa do monopólio, e remeter logo, ao raciocínio dessa Casa, inserido no discurso de V. Exª, antes mesmo da análise a seguinte questão: A que veio o contrato de risco? Será que foi por deficiência técnica da PETROBRÁS que S. Exª o Senhor Presidente Ernesto Geisel inventou este crime de lesa pátria? Hoje, nós acabamos de ler nos jornais a China Comunista convidando o Brasil, através de técnicos da PETROBRÁS, para perfurar petróleo. Então, não foi por desqualificação

técnica. Será que foi por falta de capitais? Ora, é a nossa empresa estatal que orgulhosamente se diz, em matéria paga nos jornais, que é uma das mais poderosas empresas de petróleo do mundo. Portanto, veja V. Ex^a, que o crime que V. Ex^a vai analisar a seguir, afetou, sem desculpa alguma, a economia de pequenos estados, produtores, mas principalmente, o orgulho nacional.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Tem razão V. Ex^a. Não se deveu nem à desqualificação técnica, nem à ausência de capitais. O objetivo, bastante obscuro, começa aos poucos a ser analisado pela nação, e é bem outro.

O anúncio feito pelo Presidente Geisel, no dia 9 de outubro de 1975, de que o Governo brasileiro optara pela realização dos contratos de risco como forma de atender à crescente demanda interna dos derivados de petróleo e conter a sangria do balanço de pagamentos foi um gesto frio e estudado, que objetivava provocar na população — e nos seus estratos mais conscientes — a sensação de impotência e perplexidade que realmente causou.

Como encenação, foi o clímax de uma peça que revelou todos os seus dots teatrais, fechando com broche de ouro a culminância de uma carreira "lenta, gradual e segura".

Não se iluda quem julgue que a experiência histórica de uma luta que comoveu, há 30 anos, a quase totalidade do povo brasileiro, possa ter fim tão melancólico. Estamos, apenas, no entreato, porque a experiência social jamais se perde.

A campanha nacionalista, que culminou a uma criação da PETROBRÁS, através da Lei nº 2.004, foi o grande momento de encontro da sociedade brasileira com a sua identidade e sua destinação porque uniu, de forma quase espontânea, os estratos civis com os estratos militares, num movimento de autoconsciência que empolgou a Oposição e o Governo, unificando os sentimentos dos estudantes e dos trabalhadores, dos profissionais liberais e dos artistas com a comunidade científica e com a intelectualidade.

Cassando mandatos, exilando líderes políticos, perseguindo intelectuais e artistas, sufocando a liberdade de imprensa, através da censura, ou fazendo desaparecer pessoas nos subterrâneos da tortura, os beneficiários do movimento de 64 não tiveram outro escopo que desfazer um pacto social que se plasmava entre o povo e suas lideranças, pois só assim seria possível distribuir entre a tecnoburocracia advéncia os proventos do Poder, subornando consciências para negociatas escusas como a da Light, do Acordo Atômico, da entrega do território brasileiro aos grandes projetos agropecuários como a Jari, o desmatamento da Amazônia e o fim do monopólio estatal do petróleo, pela descaracterização da PETROBRÁS.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com muito prazer, ilustre Senador Murilo Badaró.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Eu estava me aproximando do microfone para apartear-lo naquilo que se refere ao problema do monopólio estatal do petróleo, que V. Ex^a julga atingido com os contratos de risco estabelecidos por uma decisão presidencial, ao tempo do Governo Geisel. Infelizmente, V. Ex^a, em seguida, passou a fazer uma série de ataques os mais pesados ao Governo, a homens do Governo, e de maneira um pouco vaga e imprecisa, o que dificulta a colocação do problema com a seriedade indispensável, uma vez que as discussões sobre os contratos de risco não podem ser levadas em clima de passionalismo ou de radicalismo político. V. Ex^a, por exemplo, se pesquisar os Anais da Câmara dos Deputados, de 1952, irá encontrar, ao lado de outros pronunciamentos dos mais lúcidos sobre a situação do País em geral e sobre a situação financeira, pronunciamentos do então Deputado Israel Pinheiro, prevendo a este tempo a atual crise de combustível e defendendo, há 17 anos atrás, os contratos de risco para a exploração do petróleo. Foi uma decisão tomada e apesar de decorridos quatro anos de sua efetivação, ainda não foi possível vencer essa dificuldade insuperável, que nos afasta da possibilidade de sermos auto-suficientes em matéria de petróleo. Quero acentuar que em nenhum momento o Presidente Geisel poderá ser atingido pelos dardos e as farpas contidas no seu discurso. Sua Excelência atuou no episódio com a convicção absoluta de que praticava um ato do maior interesse para o País.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — V. Ex^a ouvirá a minha resposta, nobre Senador Murilo Badaró. Na verdade, os contratos de risco não se dissociam do enfoque global do estado autoritário, nos últimos 15 anos. Aliás, beneficiou-se do estado autoritário para quebrar o monopólio estatal do petróleo. O contrário não seria possível. Estivéssemos nós num regime efetivamente democrático, em que todos os segmentos da sociedade pudessem ser monopolizados na defesa de nossas riquezas, sobretudo nesse se-

tor, contra as investidas violentas do capital estrangeiro, estou certo que os contratos de risco não seriam assinados; não seriam aprovados, inclusive.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Senador Henrique Santillo, quero acreditar...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Além disso — V. Ex^a vai-me permitir continuar respondendo ao seu aparte, o que faço com bastante honra e felicidade — refiro-me a certos aspectos que pretendem demonstrar a responsabilidade do ex-Presidente Ernesto Geisel na quebra do monopólio estatal, no Brasil, não apenas quando Presidente da República, mas também por iniciativas tomadas quando Presidente da PETROBRÁS.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concedo o aparte a V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É preciso que se lembre, para a história, que o Presidente Geisel, quando assumiu a responsabilidade da quebra do monopólio estatal, o fez num ato eminentemente pessoal, aliás como era do seu estilo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Senador Gilvan Rocha, permite-me uma intervenção?

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Eu estou apartando, não sou o orador!

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Eu terei o máximo prazer em dialogar com V. Ex^a, Senador Murilo Badaró.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É preciso que se lembre, perante a história, que esta Casa ouviu seu Vice-Líder, na ocasião exercendo a liderança do Governo, no mesmo dia em que foram assinados os contratos de risco, garantir que isso não era verdade. Foi uma decisão, então, pessoal, que nada tem a ver com os interesses do País, mesmo porque a nação não foi ouvida, nem através da sua representação, que era e é o Congresso Nacional. É preciso logo que se fixe esta observação. Segundo, é preciso que se lembre, quando a História, que é imparcial, for julgar o período do Governo do Presidente Geisel, o mais catastrófico período para a economia brasileira em todos os tempos, é preciso que se lembre disso, que Sua Excelência iniciou o noviciado da sua incompetência na PETROBRÁS.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Eu gostaria que V. Ex^a me permitisse ler dois parágrafos que estão relacionados ao aparte do ilustre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Sim, mais é um contra-aparte.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pois não, tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — De certa maneira tem razão de ser, porque o Senador Gilvan Rocha, ao comparecer ao debate, poderá nos ajudar a esclarecer o assunto. Eu gostaria de perguntar a S. Ex^a: Onde o contrato de risco quebra o monopólio estatal do petróleo?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Diz a Constituição do País que todas as atividades econômicas relacionadas com a produção, prospecção, lavra, etc., estão incluídas no monopólio estatal. Portanto, se se concede a uma empresa privada, sobretudo estrangeira, a prospecção e a lavra do petróleo, está quebrando o monopólio estatal.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — De forma nenhuma. Esta é uma filigrana de raciocínio. Até porque, a rigor, a soberania do País que, de certa maneira, pode ser esteriotipada na figura do próprio monopólio estatal do petróleo, em nenhum momento, ela sofre qualquer arranhão e a própria empresa estatal, ao permitir contratos de risco com empresas do mundo internacional e, hoje, já abrindo os contratos às empresas nacionais, que já estão adquirindo tecnologia para isso, em nenhum momento rompe com as linhas básicas do monopólio, porque continua com ela a produção, o refino, a distribuição, tudo mais referente ao petróleo do País. Apenas, em um determinado instante da produção, ela adjudica faculdades que não possui, por razões de deficiências tecnológicas, se for o caso, a empresas que estão submetidas a contratos severíssimos, submetidas às leis do País e, portanto, impossibilitadas de paraticar qualquer lesão aos direitos fundamentais da empresa e, por via de consequência, da própria Nação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — V. Ex^a vai me permitir continuar, porque justamente responderá ao seu aparte a próxima lauda.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — E, se V. Ex^a me permite?

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — É apenas o seguinte: não quero aqui estar opondo embargos às afirmações do Senador Gilvan Rocha, mas S. Ex^a comete um grande exagero e uma demasia notória ao taxar o Governo do Presidente Geisel de incompetente. Sua Excelência passa à História como um dos Governos mais fecundos...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Percebe-se!

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — ...onde terá, certamente, cometido erros, como todos os governos cometem, mas em nenhum momento se pode vislumbrar, na ação do antigo Presidente da República, o menor deslize quanto à probidade, quanto à exação e quanto ao seu indesmentido desejo de servir ao País, dentro das melhores tradições de civismo, de correção, de probidade e de amor à Pátria.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Estamos envidando esforços para que o atual Presidente Figueiredo não passe à História também, ilustre Senador Murilo Badaró, com a mesma fecundidade que caracterizou o Governo Geisel, altamente pernicioso à Nação.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Na opinião de V. Ex^a

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a desculpe a interrupção constante, mas significa o interesse que o discurso de V. Ex^a desperta na Casa.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Da mesma forma digo eu.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Duas retificações necessárias: primeiro não se falou em probidade do Presidente.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG) — Eu acrescentei a probidade.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Evidente, e os Anais registraram, então não tem por onde defender a probidade do Presidente Geisel, que não foi levada em conta aqui. O que foi levada em conta, esta sim, a incompetência sesquipedal de sua Excelência e da equipe. V. Ex^a ouviu-me acabar de ler dados internacionais que nos envergonham. O povo nas ruas, está aí a concentração de renda, estão aí todos os efeitos de um Governo que foi um verdadeiro terremoto neste País. Mas, outro esclarecimento, que se faz necessário, é o seguinte: a tímida desculpa de que não houve arranhão na quebra do monopólio se perde na própria defesa que se faz dessa tese. O Líder da Maioria fala aqui que continua a distribuição do petróleo etc., mas esquece de dois itens que estão, lá no meio da lei que criou a PETROBRAS, que dizem, sem subterfúgios, sem arrodeios, que a prospecção e lavra são exclusivas da Nação. Isso é claríssimo e, tanto é que não precisaria para uma simples troca comercial que o Presidente da República, do alto de suas pirâmides, ocupasse uma rede nacional de televisão para anunciar uma transação menor puramente comercial. O que Sua Excelência anunciou, e tinha consciência disso, foi a quebra do monopólio estatal, e nem o desejo de agradar a Sua Excelência pode tirar essa mancha da História.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Eu gostaria de continuar, eminente Senador, e lhe concederia, posteriormente, o aparte, com muito prazer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — A ida do Senhor Presidente da República à televisão foi por respeito à opinião pública em um assunto de notório interesse.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — No dia 9 de outubro de 1975, toda a encenação visava a fazer parecer que este pacto estava quebrado e que qualquer reação se tornaria inútil. Tal não foi assim, embora a tática conseguisse paralisar o protesto da Nação por quase quatro anos.

Não há dúvida de que houve e de que continua havendo uma consciência resistente aos contratos de risco, que ainda não se expressou com toda a pujança que tem, por falta de uma direção que harmonizasse o protesto numa orquestração. Os fatos o comprovam.

Em Brasília, apesar de toda a vigilância das leis de exceção, os muros e paredes da Ceilândia, do Guará, de Gama e de Taguatinga amanheceram picados com a expressão: "O petróleo é nosso", segundo artigo de Teodomiro Braga e Fátima Murad para o jornal *Movimento*.

Da reunião ministerial que se decidiu pelos contratos de risco veio à tona que Severo Gomes, da Indústria e Comércio, e Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores teriam se pronunciado contra a medida. Mas num diálogo com jornalistas, Severo Gomes, com a descrição que o caracteriza, insinuava que a divergência era muito maior. Na ARENA, o grupo "renovador", então liderado por Teotônio Vilela, aprovava um manifesto de repúdio aos contratos de risco, com 25 assinaturas. Tarcísio Delgado, Deputado do grupo "neo-autêntico", gastou a tarde do dia seguinte tentando convencer o líder Laerte Vieira da necessidade de organizar uma reação. Da Tribuna, o Deputado José Costa, de Alagoas, defendeu o monopólio estatal. Sob a iniciativa de Lysâneas Maciel, os Deputados Marcos Tito, Odacir Klein, Marcelo Gato, Jarbas Vasconcelos, Walter Silva, Airton Soares e João Cunha assinaram um manifesto que recebeu, mais tarde, 28 assinaturas. O clima de repressão do AI-5 era tal que diversos Deputados posteriormente pediram a retirada de suas assinaturas.

Em curto prazo, Lysâneas, Marcos Tito e Marcelo Gato iriam pagar essa audácia com a perda do mandato, pois o Governo queria sufocar qualquer resistência, aproveitando-se dos menores pretextos. Em entrevista a *O Globo*, Hélio Beltrão e Rômulo de Almeida opinaram contra os contratos de risco. Matos Pimenta, *militante histórico da campanha pelo petróleo, tentou lançar um manifesto à Nação, apenas publicado no Jornal do Brasil, como matéria paga, mas o restante da grande imprensa se recusou a publicá-lo, ainda que, como matéria paga, segundo artigo assinado pelo jornalista Teodomiro Braga e Fátima Murad, no livro "Petróleo, Contratos de Risco e Dependência".* O Senador Virgílio Tavora, revoltado com a mudança de orientação do Governo, que garantia não haver qualquer perigo de consumir-se a assinatura dos contratos de risco, ameaçou renunciar à vice-liderança de seu Partido no Congresso. Na *Gazeta Mercantil*, o jurista Pontes de Miranda declarava que os contratos de risco não poderiam ser assinados sem uma "grosseira falsificação das leis do País". O Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo emitiu nota de protesto, enquanto Euzébio Rocha, autor do substitutivo de criação da PETROBRAS, lançou manifesto mimeografado em São Paulo em defesa do monopólio estatal.

Combinadamente com esse esforço espontâneo de organização da defesa da PETROBRAS, inúmeras medidas repressivas foram tomadas pelo sistema autoritário para impedir que tais protestos chegassem aos quartéis e sensibilizassem as Forças Armadas: Célio Borja, na Presidência da sessão, mandou prender um fotógrafo do *Jornal de Brasília*, que insistia em cobrir a reunião; os jornais *Movimento*, *Opinião*, *Pasquim*, *Crítica*, *Ex* e *Tribuna de Imprensa* receberam ordens severas do Ministro da Justiça para fazerem o mais absoluto silêncio sobre a questão do petróleo, segundo o mesmo artigo de Fátima Murad e Teodomiro Braga.

O grande temor do sistema autoritário era reviver o ambiente nacionalista da década de 50, cuja confluência mais importante tinha sido a participação das Forças Armadas, sob a liderança do General Horta Barbosa e a intelectualidade do Clube Militar. Esta tendência nacionalista continuava viva, pois já se expressara no Governo Médici, como grupo de pressão a favor do estabelecimento do Mar de 200 Milhas e na criação da Central de Medicamentos. Em outras oportunidades, apesar da vigilância e repressão interna dos diversos governos militares, expressara-se também nas discussões sobre a integração da Amazônia e viria à tona durante a campanha sucessória, com a dissidência de inúmeros oficiais à imposição do "pacote de abril".

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Essa consciência militar nacionalista, V. Ex^a aplicou o verbo no passado, ela continua cada vez mais viva.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Se V. Ex^a tivesse um pouquinho de paciência veria que estou aqui declarando que continua viva essa consciência nacionalista; estou conclamando-as conosco, civis, na luta da PETROBRAS e do monopólio estatal do petróleo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Eu sempre ouço V. Ex^a com o maior encantamento, e V. Ex^a não há de admitir que nós, aqui, estejamos em posição contrária à de V. Ex^a

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — *Acredito que não.*

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Não. Estamos inteiramente favoráveis ao monopólio estatal do petróleo, o que nós discordamos é dos ataques que V. Ex^a faz contra o Governo do Presidente Geisel, inserindo até alguns conceitos altamente desprimorosos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Em absoluto. Pelo contrário, estou registrando fatos ocorridos na ocasião.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Ainda mais quando temos a certeza de que não houve a menor lesão ao princípio do monopólio estatal do petróleo, com os contratos de risco. Mas, ouvimos sempre V. Ex^a com grande encantamento.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Não estou, realmente, fazendo nenhum conceito desprimoroso a quem quer que seja, estou relatando fatos ocorridos, publicados pela imprensa, na ocasião.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Não. V. Ex^a fez aí acusações gravíssimas, e é contra elas que nos insurgimos, porque a favor do monopólio estatal há a unanimidade da Casa.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Em absoluto. Estou dizendo é que as pressões, até mesmo das forças militares, continuam acesas, tanto que no Governo Médici, no Governo Médici mesmo, autoritarismo absolutista, elas se fizeram no sentido do Mar de 200 Milhas, da criação da Central de Medicamentos — duas conquistas.

A esse respeito, é significativo meditar sobre o trabalho de Fausto Cupertino, sob o título "Os contratos de risco e a PETROBRÁS", editado pela Civilização Brasileira, em 1976, às páginas 6 e 7:

"A descoberta de Garoupa aumentou o interesse das empresas estrangeiras. No final de 1974, o mais importantes jornal dos Estados Unidos, *The New York Times*, afirmava que as empresas norte-americanas acompanhavam atentamente as pesquisas em nossa plataforma continental, para elas uma alternativa bem mais atraente que o Mar do Norte, por causa de seus custos de produção muito mais baixos.

"De qualquer forma, porém, foi estabelecida uma espécie de trégua que só seria rompida em maio do ano passado (1975) quando o Ministro Shigeaki Ueki tomou a iniciativa de reabrir a questão, sendo logo apoiado por seu colega da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Em poucos dias o debate foi, porém, novamente encerrado pelo próprio Ueki, ficando a questão "em banho-maria" por mais alguns meses.

"Por essa época, um documento de origem militar, mas desta vez não apócrifo...

— Não apócrifo como os anteriores, porque outros documentos se fizeram, foram emitidos —

"... e sim distribuído como separata da "Revista Marítima Brasileira" pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha, parecia representar a última pá de cal nos contratos de risco, ainda que fosse apenas um artigo assinado pelo Vice-Almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas, chefe da Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha. Em relação ao petróleo, dizia o artigo:

"Durante as últimas décadas, navios de pesquisa de alguns países percorreram todos os mares, sob a alegação de trabalharem para a ciência pura, realizando pesquisas para o bem da humanidade, mas, na realidade, investigando e procurando descobrir áreas onde, posteriormente, equipes técnicas, financiadas pelos mesmos capitais que "filantropicamente" subvencionavam aquelas pesquisas científicas, apareciam para colher os dividendos do capital empregado. E, como resultado final, em cada caso houve, geralmente, o enriquecimento maior de grupos financiadores e a extinção de uma espécie animal ou de um recurso mineral, em alguma área marítima fronteira a países que talvez nunca venham a saber o que tiveram em suas águas, ou sob elas, por dádiva da natureza. (...) Nos interesses econômicos e estratégicos envolvidos por essas atividades de pesquisa, prospecção e extração, nesta incluída a pesca, reside a causa de todas as divergências, disputas, incoerências, hipocrisias, pressões econômicas e militares, que levaram o problema da dimensão do mar territorial a se transformar em um dos assuntos mais polêmicos deste século.

"No momento, a exploração de petróleo é a causa mais imediata para que os países desenvolvidos e com avançada tecnologia dis-

ponham de recursos financeiros para investir em pesquisa, prospecção e exploração, ou que acobertem grupos nacionais ou multinacionais que possuam tais recursos, usem de todos os argumentos, lícitos ou ilícitos, para pressionarem por uma solução que mantenha a dimensão dos mares territoriais em umas poucas milhas, que nada significam, como defesa das riquezas das águas que banham países ribeirinhos, ou como segurança para os mesmos, mas que garantem a defesa dos interesses daqueles países." (...) *É, portanto, necessário resistir* (...) contra qualquer proposta de redução da soberania integral e contra a solerte investida que vem tentando abalar o monopólio estatal da PETROBRÁS (...) ...periodicamente ocorrem investidas que tentam destruir esta única segurança de que nunca o Brasil será um país explorado pelo petróleo, em vez de ser um país explorador de petróleo. (...) As propostas de cooperação do capital estrangeiro são sempre tentadoras... (...) A aceleração das etapas que nos separam da auto-suficiência pode e deve ser obtida sem a menor interferência sobre o monopólio da PETROBRÁS.

"E, para finalizar a argumentação contra a participação estrangeira sob a forma de capital de risco — finaliza o Vice-Almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas — basta relembrar a situação dos países que há muito aceitaram essa cooperação estrangeira, por intermédio de contratos que enriqueceram governos, mas que não os alçaram à condição de desenvolvidos. Quase todos, no momento, estão estatizando a exploração do petróleo, o que desmente as excelências dos esquemas que se antepõem ao seu monopólio estatal, como existente no Brasil."

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — O assunto que V. Ex^a traz a debate é efetivamente um dos mais importantes e todos nós temos na lembrança o que aconteceu no passado, a luta enorme de patricios nossos, patriotas, que lutaram pela política nacionalista do petróleo. Quero crer que aquelas aspirações do passado estão presentes até hoje. Mas, cabe uma observação no pronunciamento de V. Ex^a: a rigor, esses contratos tiveram o nome errado, ao invés de ser contratos de risco eles deveriam ser denominados contratos de prestação de serviços, porque a legislação brasileira permite, que as empresas estatais façam contrato de prestação de serviços. A justificativa básica da prestação de serviços, com empresas internacionais, na prospecção de petróleo, baseou-se nas dificuldades imensas que a PETROBRÁS tinha de recursos financeiros, humanos e tecnológicos.

E o evidente avanço da tecnologia na prospecção de petróleo e das dificuldades, exatamente, da PETROBRÁS queimar etapas, ao adquirir essa competência tecnológica e, ao mesmo tempo, aportes financeiros e de recursos humanos, levou o Presidente Geisel à convicção de que, através de prestação de serviços, poderíamos trazer toda essa experiência internacional na descoberta do nosso petróleo, em benefício da economia nacional. O que está acontecendo, até o presente, é que essas empresas, já com alguns anos — e são mais de 20 empresas internacionais — ainda não tiveram sucesso; a despeito de toda a espionagem, a despeito de todas essas incursões na nossa costa, essas empresas ainda não tiveram sucesso. Outro ponto também a considerar é que a PETROBRÁS, através da BRASPETRO, fez contratos de exploração de petróleo com alguns países e entre esses estão os mais nacionalistas que conhecemos, como o Iraque, a Líbia, para citar esses dois — e que estamos lá com outro nome — não é contrato de risco, mas outro nome — ...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Por ocasião da gestão Geisel, na PETROBRÁS.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — ... e que estamos, aliás, com uma perspectiva de se transformar num excelente negócio para o nosso País, pois o sucesso já alcançado no Iraque dá uma vantagem enorme, porque os investimentos da PETROBRÁS vão ser largamente compensados, pela participação no recebimento do petróleo, que virá do Iraque com desconto de preço que vai, realmente, cobrir com larga vantagem os investimentos. Isso tudo leva a demonstrar que, na realidade, não houve, assim, uma política daninha, uma política de lesa-pátria, mas uma tentativa de encontrar solução para um problema gravíssimo que é, exatamente, o problema energético. Esse era o esclarecimento que queria aduzir ao seu discurso.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — V. Ex^a alude à ausência de recursos financeiros, de recursos humanos, de recursos tecnológicos à

PETROBRÁS e, por conseguinte, ao País para que ela pudesse prospectar e lavar o petróleo no solo e na plataforma marítima.

Quanto a recursos financeiros V. Ex^a mesmo me deu a resposta. O País está investindo recursos através da BRASPETRO em outros países, descurando-se, propositadamente, de perfurar o solo brasileiro e a plataforma continental.

Quanto ao problema de recursos humanos e tecnológicos, suas palavras não coincidem, lamentavelmente com as palavras da diretoria técnica da própria PETROBRÁS que, agora, há poucos dias, na Câmara dos Deputados, através de seu Diretor-Técnico, diz que a PETROBRÁS está apta a perfurar a plataforma brasileira, com recursos humanos e tecnológicos. Portanto, veja V. Ex^a que os objetivos devem, realmente, ter sido outros, e não o de tentar resolver o problema de importação de petróleo.

Aqui mais à frente, vou ler palavras textuais do ex-Presidente Geisel e ex-Presidente da PETROBRÁS, abordando esse mesmo assunto, com muita lucidez, do ponto de vista dele, com muita clareza do ponto de vista dele.

Por que, então falhou ou atrasou-se a mobilização popular em defesa da PETROBRÁS, durante estes quatro anos? Um dos fatores que o explicam é a natureza institucional dos últimos 15 anos, certamente, que teve, como demonstramos, o objetivo de separar o povo de suas lideranças mais autênticas, para impedir a implantação de um novo pacto social. Mas isto só não bastaria para levar a conspiração ao nível de sucesso que realmente alcançou. Houve uma preparação "lenta, gradual e segura", bem ao gosto da frieza calculista de todos os movimentos do ex-Presidente Geisel, que se expressou em todas as frases, nuances e contrações faciais apresentadas no discurso de 9 de outubro, que deu o primeiro passo para a entrega da PETROBRÁS aos *trusts* internacionais.

O Presidente gastou um terço de seu discurso analisando a crise internacional do Ocidente como se o Brasil procurasse uma nova forma de comportamento político, que implicaria no abandono do modelo dependente, quando diz:

"Na verdade, não se trata, ao que parece, de simples crise, aguda embora, de reajustamento econômico em larga escala. Enfrentamos verdadeira mudança estrutural de toda a economia mundial."

Mais adiante, ainda na introdução de discurso, diz:

"Por isso, o Governo tem promovido reuniões, procedido aos necessários debates e aqui estou para dar conta disso a todos os brasileiros. Minha linguagem será bem franca, para que os brasileiros saibam o que o Governo vai fazer. Na capacidade de nosso povo para a realização de esforços sempre confiei."

Tudo parecia fazer crer a mudança fundamental no conjunto, a partir do crescimento da discussão interna nos quadros do regime, cujas medidas precisariam da ampliação de uma discussão com a sociedade civil para fazer "uma verdadeira mudança estrutural", pela compreensão de que a crise no Ocidente não era econômica, mas política.

Entre medidas espalhadas pelo segundo terço do discurso, Geisel amparou-se na sua experiência como ex-dirigente da PETROBRÁS, à qual procurou valorizar ao máximo, em mais de uma lauda de extensos elogios. Ao mesmo tempo, acenava para o campo e para os industriais brasileiros. As frases são estas:

"Parece ter chegado o momento de pensar em promover a autossuficiência do Brasil na produção de trigo. (...) estamos formalizando a orientação de apoio decidido à produção interna de equipamentos. (...) O Governo decidiu aprovar um programa nacional do álcool... com estímulos financeiros à produção de cana e à montagem de destilarias anexas ou autônomas. (...) No campo financeiro, os bancos oficiais deverão expandir suas linhas de crédito a juros favorecidos. (...) A Agência Especial de Financiamento (FINAME), será dotada de recursos adicionais, até 10 bilhões de cruzeiros, através de linhas de crédito especiais a empresas... para conter as importações e proteger a indústria nacional."

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Evidente que isso não se referia a um mero "contratinho" de prestação de serviço, é mais do que evidente.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Lógico. O ambiente todo estava sendo preparado.

E finalizou com uma profissão de fé nacionalista, dirigindo-se "a todos que, com boa fé e convicção, no Governo, na empresa, na imprensa e no Legislativo se têm pronunciado contra a realização dos contratos de risco", aos quais prestava suas "sinceras homenagens".

O discurso teve o resultado que desejavam: conseguiu conter, a um tempo, a intelectualidade, setores avançados do próprio Governo, os técnicos da PETROBRÁS, os setores nacionalistas das Forças Armadas, a intelectualidade e a própria Oposição.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Permita-me um argumento: a economia é dinâmica, não é estática, é evolutiva e as medidas, preconizadas num determinado tempo, sofrem alterações e se adaptam à conjuntura. V. Ex^a, nessas suas últimas palavras, relacionou uma meia dúzia de grandes projetos do Governo Geisel e esses projetos estão produzindo frutos. A nossa situação hoje seria muito mais difícil se essas medidas não tivessem sido tomadas, a exemplificar com o PROÁLCOOL, o Programa Nacional do Alcool, que hoje já permite ao Brasil, ainda neste ano, atingir a quase três bilhões de litros. Hoje, o Presidente da República, às três e meia, anunciou um revigoramento deste programa. É uma continuidade administrativa. Agora, aquela sua contra-argumentação, quando eu falei de recursos técnicos, humanos e financeiros, é uma questão de escala. A PETROBRÁS teve condições, através de manipulações financeiras, de ir buscar novos negócios no exterior, como aquele exemplo do Iraque. Ao mesmo tempo, isso não lhe permitia dar uma solução global ao problema interno, daí a justificativa dos contratos de prestação de serviço, denominados prestação de riscos. Com esse esclarecimento, acredito que V. Ex^a, e quem ler o seu discurso, a matéria realmente analisada num clima não passional, vai verificar que houve uma atitude coerente de continuidade e, sobretudo, de interesse de dar solução ao gravíssimo problema nacional.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Diz V. Ex^a que a economia é dinâmica.

Tem sido dinâmica na interpretação de alguns atos do Governo sobretudo destinados a desnacionalizar a economia brasileira. É uma pena que não se entenda a economia tão dinâmica quando se trata principalmente de redistribuir as riquezas nacionais.

Diz V. Ex^a que a PETROBRÁS não tinha, como um todo, condições de resolver os problemas internos e que os contratos de risco possibilitariam a transferência de tecnologia para o País. Lamentavelmente, decorridos quase cinco anos, isso não está ocorrendo. Todas as entidades e as associações dos geólogos são unânimes hoje em acusar e a denunciar o descumprimento de uma legislação especial que existe para isso. Essas empresas estrangeiras signatárias do contrato de risco com o Governo brasileiro não estão cumprindo essa legislação no sentido de transferir para técnicos nacionais a sua tecnologia. Não estão contratando geólogos brasileiros nem engenheiros brasileiros, todos estão vindo do exterior.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com todo o prazer.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Devo registrar, no discurso primoroso que V. Ex^a faz para a História e para os Anais desta Casa, um testemunho ocular, e volto a insistir, de um representante de um Estado produtor de petróleo: foi o clima de desolação que cercou os técnicos da PETROBRÁS, no meu Estado, quando tomaram conhecimento da decisão histórica, unipessoal do Presidente Geisel.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Estão desolados até hoje.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Ora, a desculpa de que os contratos de risco tratam-se apenas de meros contratos de prestação de serviço é uma agressão ao fato histórico. O fato histórico foi tão significativo que o Presidente da República — como bem lembrou V. Ex^a abriu esta nova orientação à nova estrutura da economia mundial. Evidentemente que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não era necessário, e S. Ex^a não estaria inclusive fazendo jus ao seu cargo de primeiro mandatário da Nação, ocupar uma cadeira de televisão para anunciar um contrato de prestação de serviços, que é um contrato feito por qualquer chefe de serviço. V. Ex^a faz, com acuidade, uma análise que é rigorosamente histórica. Apenas uma complementação para que V. Ex^a saiba que não fala sozinho, quando se refere aos outros planos do Presidente Geisel: o próprio representante do Governo reconhece que houve um revigoramento do programa do álcool, o que é um eufemismo, para dizer que o programa do álcool do Presidente Geisel, como aliás todo programa dele, foi um retumbante fracasso na História do Brasil.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Repito: o discurso teve o resultado que desejavam: conseguiu conter, a um tempo, a intelectualidade dos setores avançados do Governo, os técnicos da PETROBRÁS, os setores nacionalistas das Forças Armadas e a própria Oposição, que não teve

meios de continuar organizando a resistência a mais este crime contra a economia brasileira.

Como se veria mais tarde, não havia qualquer sinceridade nas promessas do discurso, mas completa frieza, pois segundo declarações à imprensa, por Humberto Barreto, contrariando determinação do Presidente, Geisel teria pedido a todos os Ministros que não mais comentassem o assunto. A informação é ainda de Fátima Murad e Teodomiro Braga, no artigo já citado. Geisel queria pegar a Nação desprevenida, e o conseguiu!

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concedo o aparte com o maior prazer.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Em primeiro lugar, meus parabéns pelo excelente discurso. Apenas complementando o ponto de vista do nobre Senador Milton Cabral, de que o processo econômico é dinâmico; e óbvio que é dinâmico! Mas o que se cobra do Presidente da República, para distingui-lo entre o homem público comum e o estadista, é ter visão para acompanhar esse dinamismo. E decididamente, o ex-Presidente, como aliás é norma nos Presidentes da Revolução, se caracterizou por essa falta de visão ao longe. E todas as manifestações do ex-Presidente, os equívocos e as omissões o caracterizam, evidentemente, como um homem sem grandeza e sem horizontes. Daí a crise energética do País, que não pode encontrar ressalvas, por exemplo, no plano do álcool, como disse muito bem o nobre Senador Gilvan Rocha, que é o exemplo da demonstração de fracasso antecipado. Porque agora se conseguem resultados pequenos, quando esse plano, se já iniciado na época da crise maior, em 1973 ou 1974, não deixaria o País na situação em que está.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Veja V. Exª que vou repetir palavras do ex-Presidente Geisel, muito a propósito do seu oportunístico aparte. Mas, continuo, Sr. Presidente:

Foram necessários mais de dois anos de meditação à intelectualidade para perceber que Geisel havia sido um mau administrador da PETROBRÁS é um convicto inimigo de qualquer forma de administração estatal. Só mais tarde vieram à tona suas opiniões sobre a livre-empresa e as multinacionais, que comprovaram que sua gestão à frente da PETROBRÁS foi uma "lenta, gradual e segura" sabotagem do monopólio energético. Embora o Ministério das Minas e Energia, assim como toda a legislação petrolífera e a própria postura constitucional do artigo 169 desse como "objetivo primordial da política brasileira a descoberta de reservas através da intensificação e aperfeiçoamento dos trabalhos de pesquisa e lavra", Geisel imprimiu à empresa uma visão empresarial de estilo capitalista, voltada para o lucro, diminuindo as atividades de pesquisa e dispersando recursos materiais e humanos na exploração em outros países, aumentando a vulnerabilidade da empresa e do Brasil no momento mesmo em que a crise de preço do petróleo estava sendo gestada. Ele tinha, para com a empresa e o País, veleidades imperialistas, como declarou ao deixar a direção da empresa para assumir o governo do País.

Em 1974, portanto, já após a crise do petróleo, palavras textuais do ex-Presidente Geisel, despedindo-se da Presidência da PETROBRÁS:

"A PETROBRÁS deve conduzir-se segundo os moldes da empresa privada, principalmente os de suas congêneres, proporcionando lucros que remunerem o capital dos acionistas. A auto-suficiência na produção nacional de petróleo não é a missão básica da PETROBRÁS, porque pode exigir custos demasiadamente onerosos."

Embora insistentemente advertido pela imprensa alternativa e pelas inúmeras vozes da Oposição e do Governo durante a gestão de Médici, Geisel repetidamente defendeu essa visão triunfalista da empresa, cujos lucros aumentavam astronômicamente. Falando a uma Comissão Mista do Congresso, em 1970, então Presidente da PETROBRÁS, ele afirmou:

"O Brasil é um país que quer vender, que quer exportar. Consequentemente, também tem que importar e, realmente, importa uma série de produtos, entre os quais o óleo. Não considero um grande drama nacional se o Brasil não for auto-suficiente, não for uma grande potência petrolífera."

Vê-se, pois, que o que o General Hugo Abreu viria, mais tarde, a chamar de "gang do Planalto", nada mais era que a "gang da PETROBRÁS" que se preparava para assaltar o Planalto. A montagem do esquema já envolvia o nefasto personagem Shigeaki Ueki que, depois de ser contador e advogado de diversas empresas, inclusive multinacionais, "acabou por se tornar vice-presidente da BAKOL, indústria de plásticos com ramificações no setor pe-

troquímico, na qual tinham interesse também Paulo Egydio e o marechal Ademar de Queiroz. Quando Egydio foi nomeado ministro da Indústria e Comércio, no Governo Castelo Branco, convidou Ueki para assessorá-lo em Brasília, onde Geisel, então chefe da Casa Militar da Presidência, o ficou conhecendo. Ao ser nomeado presidente da PETROBRÁS, em 1969, Geisel convidou Ueki para o cargo de diretor de comercialização da empresa, "conforme artigo de Bernardo Kucinski, na imprensa alternativa e na obra da editora Brasiliense, sobre "Contratos de Risco e Dependência".

Não sabemos em que medida o relacionamento entre Geisel e Ueki traz a hegemonia de qualquer das partes. O fato de Geisel ter sido mais tarde ingenuamente envolvido por arrivistas como Heitor Aquino e Humberto Barreto, em decorrência de sua cínica vaidade, faz-nos crer que Shigeaki Ueki tenha sido a eminência parda de toda a maquinação, eis que sempre pareceu o mais convicto e mais ostensivo defensor dos contratos de risco, da formação da BRASPETRO e da assinatura de inúmeros contratos com prestadoras de serviços, à margem da PETROBRÁS, como empreiteiras, para minimizar os custos e maximizar os lucros da empresa. De qualquer forma, entretanto, Geisel é responsável pelos desvios do monopólio, detentor que foi, durante todo o relacionamento, do poder de barganha e da decisão política, tendo levado Ueki para a PETROBRÁS, para o Ministério das Minas e Energia e, ao sair do governo, fechado questão pela entrega da Presidência da Empresa a Ueki, apesar de todo o protesto dos funcionários da PETROBRÁS.

A manutenção de Shigeaki Ueki à frente da Presidência da PETROBRÁS levará os contratos de risco a um aprofundamento de compromisso com as multinacionais, que transformará a empresa, em curto prazo, em simples órgão oficial de celebração de contratos, fornecedora de mão-de-obra especializada e órgão técnico das multinacionais. Nesse caso, a marcha "gradualista, lenta e segura" prosseguiria sem a audiência do Congresso e da sociedade civil, como aconteceu no primeiro ato da quebra do monopólio, sem a participação das Forças Armadas, apesar de tratar-se de assunto estratégico fundamental, não apenas para a segurança do País, mas também para o bem-estar de seu povo.

Dessa tática faz parte a euforia do Governador Salim Maluf na tentativa de obter concessões a grupos privados para procurar petróleo em São Paulo, que agora se orquestra com a reunião da FIESP, realizada ontem, para discutir o monopólio da energia.

Caso não haja uma enérgica reação de todos os setores conscientes da nacionalidade, inclusive do Presidente Figueiredo, o monopólio estatal do petróleo, fundamento da própria identidade nacional, estará em breve sepultado pelo esforço conjunto de famigerados entreguistas, dos quais a História cobrará, em breve, uma explicação. A galeria dos traidores da Pátria já tem seus pilares em impenitentes e convictos colaboracionistas históricos, no passado e no presente, alguns dos quais ainda podem salvar-se pela dubiedade de sua posição, como é o caso do Presidente Figueiredo, que não gostaríamos de ver engrossando os anais do repúdio da História, pela sensibilidade a uma tecnoburocracia oportunista, que programa o desenvolvimento para si mesma, a pretexto de assessorar.

É preciso, porém, que rejeitemos a falácia artificialmente encenada pelo imperialismo e seus agentes internos, de que estejamos vivendo sob o signo da crise de energia.

A crise de energia não existe em qualquer parte do mundo, e menos ainda no Brasil. Nossa capacidade hidrelétrica, na verdade, ainda nem foi arranhada. Não o sabemos em termos de porcentagem — e isto não interessa — quando sabemos que as duas maiores cidades da Amazônia — Belém e Manaus ainda funcionam com geradores a diesel, quando existe um plano do Ministério do Interior para a construção de mais de 200 mini-usinas, com capacidade em torno de 200 mil kva. Nossos rios são inteiramente virgens de ocupação, tanto para a pesca como para a produção de energia, assim como são virgens e até insuspeitadas as reservas em energia solar, eólica e da biomassa. Temos enormes quantidades de material radiativo para a hipótese extrema de termos de apelar para o átomo. Possuímos a maior reserva florestal do planeta, para a opção carboquímica. E possuímos sobretudo o petróleo, que segundo dados da PETROBRÁS, ainda não está conhecido em 10% de suas potencialidades.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Exª permite um aparte, nobre Senador?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer, ilustre Senador.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — No momento em que V. Exª começa a encerrar o seu magnífico discurso, testemunhado apenas por seus

companheiros e pela História, e com a ausência comprometedor do Partido do Governo, o nobre colega volta a realçar a grande mentira contemporânea da crise de energia brasileira. A grande mentira, porque V. Ex^a, como homem estudioso que é, sabe que a nossa crise é de combustível líquido e somente de combustível líquido, crise incapaz, por si só, de explicar o desnível, a miséria, a fome, a desnutrição, a mortalidade infantil no Nordeste, por exemplo. V. Ex^a, que está encerrando uma das mais brilhantes análises que já ouvi em minha passagem nesta Casa, fica sabendo que não só seus companheiros, como também os Estados interessados na produção de petróleo e o País acompanharão as suas palavras como um grande alento nesta luta que não terminou, porque a honra nacional, essa não acaba.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Incluo, com muito prazer, ilustre Senador Gilvan Rocha, seu aparte no meu discurso desta tarde.

O que há é uma crise mundial do sistema imperialista como um todo, em função do empirismo selvagem de seu desenvolvimento, combinado com uma crise não de petróleo, mas do preço do petróleo, quando os países tradicionalmente dependentes estão invertendo a relação de dependência mundial, em função dos movimentos de libertação nacional e da opção terceiro-mundista e de não-alinhamento, que se expressa dentro de nossas fronteiras pela falência do modelo capitalista dependente, todo ele induzido dos compromissos internacionais com esse mesmo imperialismo.

É certo que, com a ação predatória do projeto de civilização ocidental, o petróleo desaparecerá em alguns anos, por ser riqueza não renovável. Mas essa perspectiva está afastada pelo acréscimo de alguns anos de vida útil, com a intensificação das pesquisas em todo o Mundo, que estão revelando fontes insuspeitadas de petróleo em inúmeros pontos inexplorados do Planeta.

A esse respeito, do trabalho de Fausto Cupertino, da Editora Civilização Brasileira, já citado, destacamos, às fls. 110 e 111:

"As diferentes estimativas oficiais ou particulares sobre as reservas mundiais de petróleo ainda não determinadas variam muito, servindo de base para as previsões mais disparatadas. Mesmo nos Estados Unidos, onde as reservas "virgens" deveriam ser melhor conhecidas, os otimistas falam em reservas ainda não descobertas de quatrocentos bilhões de barris, ao passo que os pessimistas só admitem pouco mais de uma centena de bilhões."

"As reservas conhecidas são estimadas atualmente entre quinhentos e seiscentos bilhões de barris em todo o Mundo. (...) As avaliações das reservas do Oriente Médio são constantemente revistas, havendo indicações oficiais de que só na Arábia Saudita, Irã e Iraque já teria sido acrescentado um total de quatrocentos bilhões de barris. Os dados preliminares sobre o Alasca, Mar do Norte e China indicam, na pior das hipóteses, reservas de mais de cem bilhões de barris. (...) Por outro lado, a elevação dos preços levou ao aperfeiçoamento das técnicas de recuperação de poços em produção, tornou econômico o aproveitamento de jazidas até então não exploradas, porque o petróleo seria muito caro. É o que acontece com as reservas do Alasca, do Mar do Norte e, mesmo, de nossa plataforma continental."

Quando esse autor escreveu essas palavras, colocadas entre aspas, não havia ocorrido ainda a descoberta das reservas de petróleo mexicanas, que se fizeram logo após a data da publicação dessa obra.

Se o fim das reservas petrolíferas estava previsto para trinta anos, ao preço de menos de um dólar por barril, e com o aumento anual de mais de 10% da demanda, com a economia advinda pela pesquisa das formas alternativas de energia, a contenção do consumo pelo alto preço e o aumento da pesquisa, que pelo menos dobrou e continuará aumentando a descoberta de jazidas potenciais, a extinção da civilização do petróleo poderá, no mínimo, ser expandida por 60 ou 80 anos, tempo mais que suficiente para a implantação de um novo projeto de civilização.

Por isto, não há qualquer motivo de pânico, que só interessa àqueles que querem, com sofreguidão, entregar o País a seus padrões internacionais, como forma de continuar desfrutando os benefícios do delicioso usufruto do poder.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nobre Senador Henrique Santillo, lembro a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Por ser o petróleo a mola da sustentação do atual tipo de desenvolvimento ainda por muitos anos, deve o Brasil, em perfeita sintonia com todos os países que emergem da dependência colonial, aumentar o controle estatal

sobre essa riqueza, ao invés de abrir as portas à voracidade das multinacionais. Ao contrário de assinar contratos de risco, o que é necessário é expropriar a rede de distribuição de gasolina e demais derivados automotivos, não apenas para apropriar-se de 70% dos ganhos, que ficam com as distribuidoras particulares, como para preparar-se para a eficiente distribuição do álcool carburante, sem que as multinacionais façam dessa riqueza nascente uma nova forma de hegemonia sobre as decisões até mesmo políticas do País.

Ao contrário, o que está acontecendo é a manutenção de medidas privilegiadoras dessas empresas multinacionais, cujo favorecimento governamental lhes tem permitido o esmagamento das pequenas empresas nacionais dedicadas à distribuição de óleo, gasolina e lubrificantes, restando, no momento, duas pequenas empresas apenas — a Hudson Distribuidora e a São Paulo S.A. A Shell, a Atlantic, a Esso, a Texaco e a Ipiranga, subsidiárias do Grupo Gulf, controlam mais de 70% da distribuição de derivados de petróleo. E, o que é pior: a PETROBRÁS lhes dá 30 dias de prazo para o pagamento dos carregamentos em suas refinarias, e essas empresas multinacionais promovem sua distribuição aos postos de todo o País, com pagamento à vista ou contracheque visado. Trabalham permanente com somas fabulosas de recursos financeiros da própria PETROBRÁS, e, por conseguinte, do povo, aplicando-as no *open market* e no *overnight*.

Nestes últimos dias, a imprensa nacional tem veiculado insistentes notícias de que o Ministério das Minas e Energia pretenderia entregar também às multinacionais a distribuição do carvão. Continua insistindo ainda o Ministro César Cals, mesmo após a manifestação contrária do ilustre Vice-Presidente Aureliano Chaves, Presidente da Comissão Nacional de Energia.

Chamamos, por isto, os sindicatos de trabalhadores a inscreverem em suas campanhas reivindicatórias, como tem feito em termos sindicais na ordem — a necessidade política da defesa do monopólio estatal do petróleo. Chamamos igualmente os estudantes, que ora se reorganizam nacionalmente, a fazer do petróleo uma arma política contra o arbítrio, lutando pelo retorno da PETROBRÁS a seus objetivos de prospecção e lavra, comercialização e distribuição, como forma de arrancar o País de seu subdesenvolvimento. Chamamos ainda o clero progressista e os intelectuais e artistas para se dedicarem à análise e à produção literária e teatral, até mesmo a serviço da promoção do monopólio das formas de energia, assim como chamamos os cientistas da SBPC e os juristas da CAB a combinarem a defesa da democracia com a necessidade da independência econômica, para garantir a institucionalização democrática sem oportunidade para novos golpes contra a liberdade. Que essas correntes promovam conferências, debates e reuniões, discutam o problema democraticamente em defesa da PETROBRÁS.

Sem dúvida alguma, campanha solerte está-se fazendo e vem-se fazendo contra a PETROBRÁS, e, por extensão, contra o monopólio estatal do petróleo para atingir objetivos escusos que não são do interesse desta Nação. E chamamos especialmente — me permitam — os militares das três Armas a reviverem a epopéia nacionalista da década de 50, com a realização de debates em todos os sentidos para que o País aumente sua soberania e possa promover planos de desenvolvimento dos programas de saúde, alimentação, educação, transporte, residência condigna, sapatos e alimentos para este sofrido povo brasileiro.

Como já dizia o Vice-Almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas, há pouco tempo, em artigo assinado na *Revista Marinha Brasileira*, "é necessário resistir contra qualquer proposta de redução da soberania integral e contra a solerte investida que vem tentando abater o monopólio estatal da PETROBRÁS."

Para isto, faz-se necessário — e me permitam, Srs. Senadores, que coloque aqui algumas sugestões para serem discutidas, ao alvitre do próprio Governo:

1. Afastar da Presidência da PETROBRÁS o Sr. Shigeaki Ueki;
2. Nomeando para seu lugar alguém de reputação ilibada, nacionalista, escolhido pelo consenso até mesmo do próprio funcionalismo da PETROBRÁS, um elemento dos seus próprios quadros ou do CNP;
3. Denunciar e romper os contratos de risco, sem qualquer indenização, por que são nulos de plano, frontalmente inconstitucionais, além de terem sido decididos sem a audiência do Congresso e do CNP.
4. Tomar medidas para a pronta desapropriação da rede de distribuição em mãos das multinacionais;

E, aqui, eu faço um parêntese. Os postos de gasolina — como já se disse aqui — não são financiados por essas empresas. Na verdade o que elas mantêm é apenas um regime de *comodato*, com o fornecimento de bombas de gasolina e tanques de derivados de petróleo. E para que os Srs. tenham uma idé-

ia, um tanque de gasolina e uma bomba, ambos, custam, hoje, cerca de 35 mil cruzeiros, quando na verdade os brasileiros, donos desses postos, proprietários, responsáveis pela distribuição em si de toda a gasolina a este País imenso, um continente, um grande continente, investem ali recursos enormes, recursos seus, recursos próprios, e ficam submetidos, através de uma portaria do próprio CNP, a Portaria nº 7/75, a se obrigarem a receber esse fornecimento apenas da companhia com a qual mantém esse comodato. Quando, na verdade, era preciso que se tivesse uma legislação desobrigando-os disto proporcionando-se, através dos órgãos de crédito oficial, até mesmo financiamento para essas bombas e tanques, para que eles pudessem, num regime de liberdade, adquirir o produto derivado do petróleo, da companhia que mais lhe conviesse, porque isso é que tem sido justamente o grande motivo de esmagamento das empresas brasileiras, das pequenas empresas brasileiras, das minúsculas empresas brasileiras, esmagadas pela grande rede das multinacionais. E mais, se a PETROBRÁS tem cerca de 30% da distribuição dos derivados de petróleo, isso também, na verdade, constitui-se numa hipocrisia; não espelha a verdade como um todo, porque as multinacionais destinaram à PETROBRÁS, sobretudo, o fornecimento aos órgãos oficiais que atrasam os seus pagamentos e não convém a essas empresas multinacionais que recebem da própria PETROBRÁS 30 dias de prazo para pagar o diesel e a gasolina.

5. Encerrar as atividades internacionais da BRASPETRO, aplicando seus recursos materiais e humanos na pesquisa de petróleo na plataforma submarina;

6. Apurar, com rigor, responsabilidades aos inúmeros atos de sabotagens cometidos contra a PETROBRÁS, entre os quais os acidentes com a sonda Zephyr II no poço APS-10 (nas costas do Amapá), com a âncora que destruiu a sonda submarina em Garoupa, com o misterioso naufrágio de duas sondas encomendadas à Inglaterra no Mar do Norte e o recente acidente com o sino de mergulho que vitimou dois técnicos.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que queria deixar registradas nesta tarde, na certeza de que, acima dos partidos políticos estaremos todos, extratos todos da sociedade, civis e militares unidos na defesa desse setor da economia brasileira que soube resistir até agora às investidas da voracidade das multinacionais, que é o setor da energia, mas que agora começa a se abrir um flanco pelo qual os interesses da Pátria poderão, novamente, ser evadidos. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Líder da Maioria. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Infelizmente, não pude assistir a todo o discurso do nobre Senador Henrique Santillo, senão, talvez, a sua parte final. E, na parte final, S. Ex^a convocou a todos, menos a nós. É verdade que sou, de algum modo, convocado como militar da reserva para a grande campanha nacional a que S. Ex^a se referiu. Mas o Governo, a Maioria, tem talvez alguma coisa a dizer a esse respeito. Tirante o azedume com que S. Ex^a se refere. . .

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Se V. Ex^a me permite. Eu convoquei a todos nós, acima dos interesses partidários.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu fiz a ressalva de que não ouvi o discurso todo de V. Ex^a. Mas na parte em que V. Ex^a fazia a convocatória, eu ouvi V. Ex^a convocar os sindicatos, ouvi V. Ex^a convocar o clero progressista, e ouvi V. Ex^a convocar os militares. . .

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — E o Congresso Nacional.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Então foi na parte em que eu tive uma síncope de atenção e não notei que V. Ex^a convocou o Congresso Nacional com um todo. Mas eu gostaria de saber onde está o delenda PETROBRÁS a que V. Ex^a se refere, e ia dizendo, tirante naturalmente o azedume de V. Ex^a em relação ao atual Presidente da PETROBRÁS e algumas declarações que não me pareciam justificadas nem justas, dizer-se que a PETROBRÁS precisa voltar-se para aquilo que era o essencial e que ela se desviou. A PETROBRÁS nunca se desviou de sua finalidade fundamental e essa finalidade fundamental era encontrar óleo no continente brasileiro até quando a tecnologia moderna proporcionou a oportunidade de se pesquisar óleo em plataforma, em lâminas de água superiores a cem metros de profundidade. Quem analisar, inclusive, as habituais críticas que um dos meus companheiros de Bancada faz aqui nesta Casa, em relação a PETROBRÁS, en-

contrará sempre uma mesma tônica; a crítica de que a PETROBRÁS deixou, se não deixou, diminuiu a sua pesquisa na área brasileira, porque o que se compara é o número de poços perfurados. Ora, em verdade, o continente brasileiro tem sido altamente decepcionante para as pesquisas que temos feito.

Há dias eu dizia e repetia que se costuma, no Brasil, arranjar os bodes expiatórios para os nossos fracassos. Atribuiu-se, durante muito tempo, à sabotagem norte-americana, porque o Sr. Walter Link era o presidente da DEPEX — Departamento de Exploração — o objetivo de sabotar os interesses brasileiros. Durante 6 anos ele dirigiu a exploração, durante 6 anos a Amazônia esteve, sempre, proporcionando expectativas admiráveis de petróleo e não conseguiu concretizá-las, mas a bacia de Tucano, que se associou à bacia do Recôncavo, era uma das indicações do Sr. Walter Link, ao tempo de Chefe do Departamento de Exploração.

Ele citava, nos documentos então existentes na PETROBRÁS — no período de minha vida que muito me fascinou ter servido à companhia — a tendência para se encontrar maior indício de óleo à proporção que nos aproximávamos do litoral. Àquela altura não se furava senão em águas baixas, de pequenas profundidades e não turbulentas, calmas e de pequena profundidade. Agora não; a tecnologia permite furar no Mar do Norte, permite furar na embocadura do Amazonas, nas proximidades do Amapá, na costa do Amapá, como S. Ex^a se referiu atribuindo sabotagem a um defeito que se considera, dentro da PETROBRÁS, com os técnicos da companhia, que têm alta qualificação, como perfeitamente natural em perfuração.

Então, dizer que a PETROBRÁS se desviou das suas finalidades não me parece justificável, ao contrário, a PETROBRÁS poderá até ter diminuído o número de poços, mas aumentou nos lugares devidos, que era exatamente na plataforma continental.

Nós tivemos um resultado brilhante, porque ele não pode ser mais brilhante na medida em que não temos grandes acumulações de óleo até aqui provados. Mas tivemos brilhantes, por que? Porque em poucos anos, em número menor de anos do que as multinacionais o fizeram no Mar do Norte, nós descobrimos petróleo na plataforma continental.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Ex^a me permite?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Com muito prazer.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Para dizer a V. Ex^a, apenas, que eu não centrei o meu discurso nesta linha. Eu estou com V. Ex^a. Acho que isto faz parte de uma campanha solerte contra a PETROBRÁS. Estou aqui defendendo esta tese. Na verdade ela tem perfurado, e poderá perfurar muito mais.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Por isso que eu, talvez, não devesse tentar dar resposta a V. Ex^a, por ter ouvido apenas a parte final de seu discurso, mas vi que no final, V. Ex^a falava de uma campanha solerte contra ela, e eu também quero dizer a V. Ex^a que, na qualidade de militar da reserva e de congressista, eu adiro à convocatória de V. Ex^a, e também V. Ex^a não há de me impedir, que eu faça, na qualidade de Líder do Governo, porque estamos interessados em defender a PETROBRÁS, e estamos interessados em que ela obtenha resultados.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Veja como V. Ex^a tem inteira razão: é o problema de discutir sem ter tido oportunidade, que seria uma grande honra para mim, de ter ouvido o discurso por inteiro. Estou aqui, inclusive, analisando a presença de setores do Governo resistindo ao contrato de risco, eu tenho certeza que V. Ex^a estava entre esses setores.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu ouvi V. Ex^a fazer um elogio como um oásis, no meio dos ataques de V. Ex^a ao Vice-Presidente da República. Realmente eu ouvi. Mas não me queixo de ter pedido a palavra para comentar e discutir com V. Ex^a, mesmo que fosse a parte final porque, veja que a oportunidade de debatermos vai esclarecendo até onde chegava a divergência de V. Ex^a conosco. Na defesa da PETROBRÁS essa divergência não haverá. Quando V. Ex^a, entretanto, diz que — ou eu pretendo ter ouvido essa expressão — o Governo presta conta aos seus padrões internacionais está usando uma frase azeda que, se foi utilizada, com ela não poderei concordar.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Na verdade, não me referi ao Governo como um todo, referi-me àqueles que, dentro da estrutura do poder, estão aí fazendo jogo do capital internacional.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Teríamos que saber quem era, porque se temos alguém no Governo fazendo o jogo de multinacionais...

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Dei o nome de um deles. Estou solicitando que ele seja demitido da Presidência da PETROBRÁS.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Então V. Ex^a acha que o Presidente da PETROBRÁS é um cavalo de Tróia?

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Mais ou menos isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Então, daí é um conceito de valor. Naturalmente V. Ex^a, com a responsabilidade que tem, obriga-se, diante da Casa e de todos nós, a trazer fatos concretos que comprovem que o Sr. Shigeaki Ueki, dentro da PETROBRÁS, está trabalhando em favor das multinacionais, contrariamente aos interesses nacionais. Ele tem na PETROBRÁS o número de meses que o Governo tem, se isso tiver uma comprovação neste momento, ele teve antes muito mais tempo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Muito mais tempo. Graças ao passado, aos antecedentes dele na PETROBRÁS e no Ministério de Minas e Energia que se conclui por isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Qual o fato concreto que V. Ex^a nos trouxe no seu discurso? Permita-me, por não tê-lo ouvido, pedir segunda época.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Perfeitamente. Entre eles o de ter sido e continuar sendo o maior defensor do contrato de risco; de estar ampliando os objetivos desse contrato e abrangendo toda a área do Território Nacional para esse contrato, quer do solo brasileiro, quer da plataforma. Digo mais a V. Ex^a, aí calcado até mesmo em depoimentos de todas as entidades de geólogos do País, que estão acusando o descumprimento de uma legislação que existe obrigando a contratação de técnicos brasileiros por essas empresas estrangeiras que trabalham no Brasil. O que não está sendo cumprido desde o início. E sem dúvida alguma, o Ministério das Minas e Energia é o responsável por se fazer cumprir essa legislação, pelo menos denunciando e pressionando as empresas, já que poder político para isto ele teria, e o Sr. Shigeaki Ueki, quando Ministro nunca fez isto. Por outro lado, sem sombra de dúvida, toda manipulação que fez, nos últimos anos, foi no sentido de desmoralizar a PETROBRÁS, pela má gestão, pela má condução dos trabalhos da PETROBRÁS, dando à opinião pública uma imagem distorcida da empresa, isto para se estender ao conceito de monopólio estatal, sem dúvida. Veja V. Ex^a, que é um nacionalista há muito mais tempo que eu, me perdoe, mas ainda sou um pouco mais jovem, não vai nisso nenhuma vantagem, pelo contrário, uma grande desvantagem ...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — É uma lembrança, nobre Senador, que não se traz a uma discussão. (Risos)

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — ... uma grande desvantagem, mas V. Ex^a é nacionalista, grande nacionalista, há muito mais tempo do que eu, por isso há de concordar comigo. A situação agora já se transferiu, propositalmente, da PETROBRÁS, uma empresa estatal, para o conceito de monopólio estatal do petróleo, graças a atos cometidos pela Diretoria da própria empresa e pelo Ministério das Minas e Energia, do Governo Geisel.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Estou ouvindo V. Ex^a até certo ponto fascinado, porque quando lhe peço dados e V. Ex^a se estende num aparte, verifico que no fundo V. Ex^a caminhou outra vez para conceitos de valor, mas não conceitos de realidade.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Com muita alegria. Mas não tenho a impressão de que se queira impedir que eu ao menos comente o aparte do Senador Henrique Santillo. Mas imediatamente após, darei, com muita alegria, o aparte a V. Ex^a ...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — E com muita alegria eu o receberei.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Apenas para fazer um comentário rápido sobre o aparte do Senador Henrique Santillo.

Ao longo da exposição de V. Ex^a, como aparte, qual o fato concreto que ressaltou? A acusação de que ele, Shigeaki Ueki, é um mau gestor, talvez estaria, até intencionalmente, gerindo mal a empresa para desacreditá-la. São todos conceitos de valor. Conceitos de realidade: O único conceito de realidade que apareceu aí é que ele foi um dos principais defensores dos contratos de risco, contra os quais eu, aqui nesta Casa, ergui minha voz, inclusive na qualidade de Vice-Líder. E avisado pelo Líder da Casa que era iminente a aceitação pelo Governo, e disse a ele, por isso mesmo é que vou fazer meu discurso, para deixar minha posição clara. Não modifiquei meu ponto de vista, e di-

zia ao meu nobre colega Luiz Cavalcante — que considero um dos caracteres mais admiráveis da Casa — dizia-lhe que discordava totalmente do ponto de vista de S. Ex^a E o tempo desgraçadamente parece que provou a meu favor. Porque um dos argumentos do Senador Luiz Cavalcante é que o contrato de risco é um imperativo para que imediatamente tivéssemos uma diminuição na sangria da nossa balança de pagamentos com a conta de petróleo, e a conta de petróleo diminuiria na medida em que os contratos de risco inicialmente trariam aqui uma tecnologia mais sofisticada e mais eficiente, capaz de produzir petróleo, o que seria a economia de compra. Ora, mostrava àquela altura que há uma regra empírica em petróleo, e sendo empírica ela resiste a qualquer tipo de crítica. Quando há petróleo no subsolo, quando se inicia uma pesquisa, até chegar-se à pré-produção gastam-se de quatro a seis anos. De maneira que quatro a seis anos seria o mínimo para se chegar à pré-produção, mais dois anos para a produção; como temos o caso de Garoupa, nós teremos de seis a oito anos para que os contratos de risco, se na verdade fossem convenientes, comessem a produzir resultados. Já estamos com vários anos com os contratos de risco funcionando e até agora as multinacionais não provaram deter tecnologia superior à nossa.

Quanto a isto, então, é um ponto de vista que eu sustento: o único conceito de realidade é o contrato de risco. Nós vimos o Presidente da República, então, com a voz embargada, na hora em que falou pela televisão à Nação brasileira, aceitar afinal o contrato de risco, premido seguramente pelas circunstâncias dramáticas do que está aí acontecendo, do que se mostrou positivo, que é uma sangria de sete e meio bilhões de dólares para pagar uma conta de petróleo quase igual em quantidade ao que se comprava em 1973. Em 1973, apartávamos 40 a 50% do café produzido e pagávamos toda conta do petróleo. Hoje nós colocamos numa balança todo café, toda a soja, todo o minério de ferro e ainda não pagamos a conta do petróleo. De maneira que, possivelmente, S. Ex^a premido por outras áreas do Governo, com a idéia de que quanto mais pesquisadores, melhor, ele cedeu nesse campo, e admitiu os contratos de risco.

Isto não me parece, entretanto, que tenha até agora afetado a PETROBRÁS. Ao contrário, quiseram os que a desejam desmoralizada, isto sim, quando apareceu o primeiro furo da British Petroleum, que deu sinais de petróleo na Bacia de Campos, imediatamente pretendeu-se lavar um incêndio para consumir nesse indêndio a reputação da PETROBRÁS, dizendo que no primeiro furo de uma das Sete Irmãs provava-se a existência de petróleo, o que a PETROBRÁS, há vinte anos, não havia conseguido. Essa é a campanha a que se refere o Senador Santillo, com muita razão.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Voltarei à tese, mas quero ouvir o nobre colega por Sergipe, Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Veja como lastimamos que V. Ex^a seja um conviva tardio da nossa tertúlia, hoje à tarde. Aliás, fazemos justiça porque V. Ex^a não tem o dom da ubiqüidade e certamente estaria ocupado na espinhosíssima Liderança do Governo. Mas a ausência de V. Ex^a, é denotada pela sua palavra, porque estamos falando exatamente sobre a mesma coisa, com as mesmas idéias, estamos então absolutamente de acordo com o Líder da Maioria, primeiro, quanto à nossa pobreza geológica ortodoxa; provavelmente com a nova tecnologia, é possível que a nossa geologia aponte novas coisas, mas até agora nós todos brasileiros sabemos da nossa pobreza geológica; a segunda coisa em que estamos absolutamente de acordo é excelência técnica da juventude da PETROBRÁS que fez essa empresa, que perfurou, por exemplo, do meu Estado. Mas não foi isso que estava em tese, Senador Jarbas Passarinho. O magnífico discurso do colega Henrique Santillo versou, primeiro, sobre contratos de risco, apontando aqueles contratos como a primeira porta que se abria contra o até então sólido edifício do monopólio estatal. E vem V. Ex^a confirmar, porque enquanto alguns dos colegas de V. Ex^a dizia que aquilo é um mero contrato de serviço, V. Ex^a lembra a voz embargada do Presidente da República que certamente não embargaria sua voz para anunciar meros contratos de serviços. Então vê V. Ex^a que estamos absolutamente de acordo, mas existe um ponto de discordância.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Existe mais de um.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — A primeira discordância é sobre o conceito que V. Ex^a falou, conceito de valor sobre o Sr. Shigeaki Ueki. Sou uma das vítimas indiretas da tempestuosa passagem de S. Ex^a pelo Ministério das Minas e Energia, pois sou de um Estado onde o potássio, descoberto há quase uma geração, agora é que está começando a ser explorado, numa lentidão enervante, por falta de uma decisão, na época, do Sr. Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia. Segundo lugar: não é estranhável que haja apenas

um conceito de valor, porque talvez, pela primeira vez, na história deste País, nestes últimos quinze anos, houve quase que uma rebelião — e V. Exª e a história são testemunhos — na PETROBRÁS, quando foi anunciado o nome do Sr. Shigeaki Ueki. É público e notório que foi o Presidente Geisel quem sustentou a sua nomeação, acima da resistência, o que é histórico. Então, não é uma conjetura, não é um conceito de valor; é um fato.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — V. Exª sabe mais do que eu. Estou sabendo que V. Exª sabe mais do que eu.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É um fato. Também parece que V. Exª está irmanado com esta Bancada, pois está fazendo um apelo para que esta campanha que existe seja localizada e que, evidentemente, não é da Oposição. A Oposição está aqui, representada, mas falando por unanimidade em favor da PETROBRÁS. É uma campanha de desmoralização da companhia, que hoje é tão evidente que a própria companhia fez uma campanha publicitária nos melhores órgãos de comunicação deste País. Portanto, repito, é pena que não tenhamos tido a honra de tê-lo, aqui, no início dos debates, porque já teríamos chegado a uma conclusão conjunta, como certamente chegaríamos.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das lembranças que levarei para as minhas memórias do Parlamento será, certamente, a presença ilustre do representante de Sergipe, o Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — S. Exª geralmente usa palavras revestidas de uma extraordinária sutileza, onde as cutiladas são feitas com os punhos rendados dos velhos espadachins de florete do passado. E não nos enganemos com os punhos; precisamos ver exatamente onde está a agressividade do florete.

S. Exª sublinhou a espinhosa missão do Líder da Maioria e é evidente que eu até agradeceria a S. Exª pelo reconhecimento dessas dificuldades, uma vez que elas são pertinentes a todos os governos. Não há Líder de Maioria, que não seja dele cobrada a solução imediata e dele exigida a imediata concretização, também, de todas as aspirações nacionais. Em nome do Governo, temos que responder a isso.

Mas S. Exª me comove quando reclama a minha presença, elegantemente, aqui no plenário e sabe que eu estava, nesse instante, não apenas atendendo aos meus deveres pessoais no gabinete, como também a uma Comissão Mista que discute a reformulação de política salarial e que a Oposição pretende transformar — como fez no caso da anistia — de uma grande medida do Governo em alguma coisa altamente criticável. É sempre uma técnica, também, que a Oposição utiliza nesta Casa.

E eu, que vou aprendendo aos poucos porque é espinhosa a missão da Maioria — e é exatamente espinhosa na medida em que atos dessa natureza são vendidos para a opinião pública como sendo exatamente o reverso do que eles pretendem — tenho que dividir-me. Mas não há, entre mim e o Senador Henrique Santillo, apenas pontos de discordância; não há, também, apenas pontos de união. A colocação fundamental de S. Exª é mais alta, é bem mais alta. Ele partiu de um ponto de vista de uma concepção estrutural de natureza econômica e de definição política. S. Exª fez a crítica do capitalismo, fez incursões na velha acusação ao imperialismo dominante, deu-nos como uma economia dominada e, portanto, colonizada pelo mundo imperialista.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Mas, emergente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — ... E dentro desse quadro é que situou a sua tese.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Emergente para escapar, se a nossa luta tiver sucesso, — a minha, a sua e de todos nós — desse mesmo colonialismo, como tantas outras nações do Terceiro Mundo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu, apenas, não me sinto tão colonizado como V. Exª, embora as minhas concepções não discitem de um princípio de que tinha muita razão o Sr. John Foster Dulles, quando declarou que não há países amigos, mas há interesses comuns. Quanto a isso, eu não tenho dúvidas. Apenas, é evidente que eu não perfilharia a linguagem de V. Exª, quando fala em padrões, em nossos padrões internacionais, quando nos deu o reboque de um sistema dessa natureza, e eu que me tornei partidário do monopólio do petróleo por estudo, e não por emoções epidérmicas, e que não tive razões para mudar de ponto de vista, compreendo bem o tipo de acusações que as pessoas se expõem, quando defendem, como defendemos no passado e estamos defendendo no presente, o monopólio do petróleo para a PETROBRÁS.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Esteja certo V. Exª, de que é esmagadora a maioria dos brasileiros que defendem e defendem na mesma situação de V. Exª, não epidermicamente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Creio que sim; é uma aspiração nacional, embora hoje eu tenha um pouco de dúvida a respeito do que já se conseguiu fazer contra o monopólio, da imagem que já se vendeu, não só contra a PETROBRÁS, mas contra o monopólio em geral, quanto à sua incapacidade de, em 20 anos, ter produzido petróleo.

Essas acusações, sim, me parecem graves — e V. Exª diz que não partem da Oposição; aliás, quem disse foi o nobre Senador por Sergipe. É claro que não partem da Oposição, mas S. Exª não inclui na Oposição os jornais que normalmente o Líder de V. Exª lê, nesta Casa, para nos agredir. E muitos jornais, editoriais, que são aqui lidos com tanta ênfase, pela Oposição, são os que atacam profundamente a PETROBRÁS, hoje, e dão-na como inteiramente falida, e dão-nos, a nós, talvez o qualificativo que o Dr. Assis Chateaubriand dava no passado, de tupiniquins, como se nós fôssemos realmente incapazes de defender com argumentos, arrazoadamente, as teses que defendemos, mas apenas emocionalmente, como tupiniquins; não! Continuamos defendendo e por isso acho que o pouco que ouvi — e lastimo que tenha sido pouco — do discurso do Senador não mostra que o monopólio esteja atingido.

Em primeiro lugar, os contratos de risco para mim, hoje, estão sendo a minha vingança.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Exª me permite?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Pois não. Eu gostaria de dizer a V. Exª que, quando eu começo a encadear o meu raciocínio, eu não posso prosseguir.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Veja bem V. Exª como é muito importante que todos nós formemos, com bastante inteligência e imparcialidade, nossas concepções sobre determinados assuntos, que não são apenas nossos, mas de toda a Nação. É importante que isso seja discutido. Fiz umas colocações aqui e evidentemente procurei correlacioná-las com uma realidade global, com a realidade do todo que aí se encontra. Mas, evidentemente, o discurso todo se centrou neste aspecto: é que nos últimos anos, sobretudo, uma campanha está se fazendo contra a PETROBRÁS, mas não para atingir a empresa em si, e sim, por extensão, o monopólio estatal do petróleo. Com isto concorda V. Exª?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Concordo e mostro a V. Exª, para desde logo me precatar contra as sutilezas dos apartes sergipanos, que não é o Governo que está fazendo.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Então vamos localizar o erro.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Quando S. Exª diz que não é a Oposição, digo também que não é o Governo que está fazendo.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Então vamos localizar este gênero neutro.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concordo que não é o Governo como um todo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Assim não posso desfrutar o prazer de ouvir um de cada vez. Embora Deus me tenha dado dois ouvidos, não ouço pelos dois independentemente. Tenho que ouvir cada um de per si.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Também posso afirmar a V. Exª que a minha concepção, evidentemente, não é a última verdade; nós estamos aqui para discutir e no meu espírito existem muitas dúvidas. Acredito que também no espírito de V. Exª, de uma pessoa altamente inteligente, existem dúvidas também.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Devo-lhe prestar este tributo, desde já. Estamos aqui convivendo há quatro anos. Devo-lhe prestar o tributo de, qualquer que seja a minha divergência em relação a V. Exª, admitir que V. Exª só defende aquilo em que acredita sinceramente.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Agradeço a V. Exª a sua opinião é muito importante para mim, que estou iniciando aqui: não estou há quatro anos, apenas há alguns meses.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Veja que eu me trai, pretendendo que V. Exª estivesse aqui há quatro anos. Veja como estamos ávidos da sua vinda.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Ex.^a é muito condescendente. É uma característica de V. Ex.^a Mas, V. Ex.^a mesmo disse que o Governo do ex-Presidente Geisel foi pressionado e teve que ceder a pressões de alguns setores do Governo; pois são esses setores do Governo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Quem negar isso nega os segredos do Polichinelo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Pois são esses setores do Governo. Veja bem V. Ex.^a que não estou acusando o Governo como um todo. Reconheço que, mesmo na estrutura do estado autoritário, cujo predomínio, até bem pouco, foi absoluto, até bem pouco...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Concorde.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Mesmo na estrutura do estado autoritário, havia e sempre houve alguns setores realmente nacionalistas, participando da estrutura de poder, tenho que concordar com isso. Mas, na verdade, alguns setores, não. Tanto que são os setores que possivelmente tenham pressionado o ex-Presidente Geisel e S. Ex.^a deve ter cedido a isso. No início houve — V. Ex.^a tem que concordar...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Mas veja V. Ex.^a que, no Governo, por exemplo, do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a mesma coisa se deu. Havia conflitos entre nacionalistas e pessoas que deram entrevistas de que não eram nacionalistas.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Sim. Veja bem a minha análise, Ex.^a. Não se trata apenas do período autoritário ou de democracia formal burguesa no País, não.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Muito bem.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Na verdade, é a História do País. Reportei-me aqui à Lei nº 2.004; iniciei com ela, com aquele movimento de que V. Ex.^a fez parte. Mas a verdade é o seguinte: quando o ex-Presidente Geisel resolveu assinar o contrato de risco, e veio para a televisão com a voz embargada, como disse V. Ex.^a, houve, na estrutura do próprio Governo, uma reação de setores nacionalistas que obrigaram a se fazerem esses contratos com determinadas limitações. A partir daí, a campanha contra a PETROBRAS aumentou.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Perfeitamente.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Aumentou, extraordinariamente, por que Ex.^a? Para se chegar a uma situação como agora, de ampliar as cláusulas, deixar de haver limitações a esses contratos. É o que está ocorrendo. Hoje, veiculam notícias, comentários, nos meios científicos e técnicos relacionados com o problema energético, de que a coisa deverá ser lenta e gradual, para que não provoque impactos, transformando a PETROBRAS, aos poucos, apenas no órgão supervisorador de todos esses contratos que alguém chamou aqui de prestação de serviços de prospecção e lavra do petróleo e fornecedora de mão-de-obra especializada, porque, há poucos dias, esteve, na Câmara dos Deputados, o Diretor Técnico da PETROBRAS para nos afirmar o que disse V. Ex.^a, aqui, agora: "A PETROBRAS não fica nada devendo, em termos de tecnologia, a qualquer uma das sete irmãs".

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Entendo. Veja, então, estamos chegando ao que eu desejo. Vamos ao fato concreto. V. Ex.^a afirma um fato concreto: o conceito de realidade. Disse que, agora, as cláusulas estão sendo modificadas, para alargar a penetração, na PETROBRAS, e a destruição automática e progressiva do monopólio. Sobre isto, darei resposta a V. Ex.^a e não leviana. Darei a resposta a V. Ex.^a baseado nas informações oficiais do Governo, a quem eu vou me dirigir. Devo informar a V. Ex.^a que, há menos de um mês, recebia no meu gabinete o Dr. Shigeaki Ueki, e ele vinha exatamente me mostrar a sua preocupação com esta campanha que se fazia contra uma empresa. Sabia os meus pontos de vista, conhece-os de longo tempo e vinha pedir que eu me associasse ao trabalho que a empresa está realizando, para mostrar que ela não é um imenso fracasso nacional que se pretende provar, que se insinua, através de editoriais, que se insinua através, até, de notícias, que são piores do que editoriais. Simples notícia como esta como ainda hoje V. Ex.^a lê. Abro o jornal e verifico: "Esso descobre petróleo na bacia de Santos". Primeira página.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex.^a me permite?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Por favor.

Quando vou ler a notícia — pela minha passagem na PETROBRAS, eu tinha alguma experiência no assunto — verifico que se trata de quê? De um horizonte petrolífero não comercial, cujo poço, ainda que fosse surgente, se-

ria subcomercial, e que pode proporcionar, amanhã, grandes resultados para nós, mas também pode ficar como ficou o médio Amazonas até hoje.

De modo que esse escândalo que se produz, no meu entender, tem uma finalidade: a de que estavam algumas pessoas interessadas em provar que tão pronto se furasse na Plataforma Continental, as sete irmãs, através de qualquer delas, uma delas seria capaz de imediatamente abarrotar o Brasil de óleo, o que seria então a confissão do nosso fracasso, o que ainda assim não seria verdadeiro, dependeria de muitas circunstâncias. Eu, por exemplo, depois que vi que era fato consumado o contrato de risco, ainda lutei e fui vencido, mais uma vez, no princípio de que eu não deveria concordar com o contrato de risco na Plataforma, por que não fazer contrato de risco no Continente, por que se tínhamos chegado à Plataforma por nossos meios, se tínhamos chegado à conclusão, pela PETROBRAS, que tínhamos petróleo, por que entregar, exatamente nessa hora, a um associado privilegiado aquilo que resultou de sete anos de trabalho?

Então, nesse ponto, veja V. Ex.^a, não estou vendo, até aqui, onde os contratos de risco possam ter afetado o monopólio. A PETROBRAS continua com a lavra e a pesquisa inteiramente atributos dela, prerrogativas dela pelo monopólio. O monopólio não foi atingido. Agora, o Governo de São Paulo pretende perfurar, e a PETROBRAS, diante de uma pressão que é já não mais apenas de interesses estrangeiros, acaba cedendo para fazer a contratação com o Instituto Técnico de São Paulo, e pretende, agora, perfurar o Estado de São Paulo. Aí, é que encontro uma perspectiva mais séria, porque nenhum de nós vai desejar que o Estado de São Paulo, através do seu Governador e do Instituto de Pesquisa, não ache petróleo. Será excelente que se ache petróleo. Mas é preciso verificar que as perfurações feitas lá, ao contrário do que se diz, não foram em pequeno número e todas elas estão correlacionadas ao resultado de seus poços secos. Todas. A geologia está levantada.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Eu estou aguardando, Ex.^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouço V. Ex.^a

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex.^a sabe que da discussão nasce a luz, e eu estou preocupado para que tenhamos, aqui, finalmente, uma concordância total. A nossa tese, a tese defendida pelo MDB, hoje, à tarde, é que o contrato de risco foi a primeira coisa que se fez contra o monopólio estatal e, como infelizmente prevíamos, a seguir, viriam as pressões maiores para que esse monopólio fosse, de uma vez por todas, encerrado. E é por isso que, naquela ocasião, éramos veementemente contra o contrato de risco. Colegas de V. Ex.^a dizem que esse contrato de risco não tem nada a ver com a quebra de que aquilo era o primeiro passo contra o monopólio. V. Ex.^a estava contra. Não sabemos por que razão. É isto que gostaria que V. Ex.^a esclarecesse. que aquilo era o primeiro passo contra o monopólio. V. Ex.^a estava contra. Não sabemos por que razão. É isto que gostaria que V. Ex.^a esclarecesse.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Contra o quê?

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Contra os contratos de risco. Nós éramos porque achávamos, como achamos, que os contratos de risco são um grave passo contra o monopólio. V. Ex.^a não acha isso, mas, ao mesmo tempo, era contra o contrato de risco. Como estamos buscando uma posição comum para que defendamos a grande empresa contra essa campanha que todos estamos reconhecendo, gostaríamos que V. Ex.^a fosse mais explícito.

(O Presidente faz soar a campanha)

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, V. Ex.^a há de me permitir, neste momento, que eu tenha mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Eu solicitaria ao nobre Líder que não desse mais apartes, se possível, para concluir.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Diante deste último, dado com a luz vermelha, se V. Ex.^a me impede de prosseguir, darei uma triste impressão, que não é a minha, de que fugiria ao desafio que o nobre Senador por Sergipe, mais uma vez, faz, com sutileza. Não há nenhuma dificuldade de explicação do fato. Ao contrário. S. Ex.^a vai me permitir, mais uma vez, expor o meu pensamento e, até aqui, ele não foi mudado.

Mas, alguma coisa me feriu o ouvido. V. Ex.^a disse assim: nós fomos veementemente contrários, nós, nós, nós. Este nós é um plural que me dá impressão de um plural muito amplo. Eu faço, assim, um esforço de memória para lembrar, há 4 anos, nestas duas bancadas, estou procurando esses nós, n, o, s, com tanta ênfase contrários ao contrato de risco: lembro-me de Roberto Saturnino, lembro-me de Marcos Freire, lembro-me de aparte dado pelo Senador Gilvan Rocha, mas não me lembro de uma campanha dirigida pelo MDB neste sentido. Quando falei duas vezes, nesta Casa, não fui sequer apertado para que se me desse, pela Oposição, um apoio que, naquela ocasião me

era muito importante. Agora não. Agora estou encontrando, na nova banca-
da do MDB, uma posição mais nítida neste sentido, bem mais nítida, e a mi-
nha posição contrária ao contrato de risco, já expliquei antes, é apenas um de-
sejo de S. Ex^a de tentar me apresentar como contraditório. Não, não há con-
tradição nenhuma. Sou contra o contrato de risco, não porque eu achasse que
ele era vital contra o monopólio do petróleo, porque houve as técnicas a que o
Senador por Goiás se referiu, as técnicas hábeis, de fazer com que fosse um
contrato de serviço, cujo risco fosse pago. Então, automaticamente, o contra-
to de serviço não feria a Lei nº 2.004. Está longe de se provar que fere. Que ela
podia ser a cabeça de ponte para coisas piores, sim, e era daí uma das razões
que eu admitia, mas o contrato em si não, mas o contrato de risco substan-
cialmente para mim era o que eu disse ainda há pouco, era entregar a Plata-
forma Continental, onde nós tínhamos feito investimentos vultosos, onde a
nossa técnica, inclusive a estrangeira, alugada — porque técnica se aluga —
onde esta técnica tinha descoberto petróleo no Nordeste brasileiro e tinha-se
descoberto gás, na proximidade do Porto do Amapá, e fomos agora entregar
a sócios privilegiados, que iam pagar uma quantia pequena pelas informações
geológicas e, depois, então, se achassem petróleo, iriam ser de algum modo,
associados a nós.

De maneira que isso é que eu salientava inclusive ao nobre Senador Luiz
Cavalcante, na ocasião aqui falava com o apoio de pessoas de bancadas diver-
sas, quando eu mostrava que era um absurdo esperar que um contrato de ris-
co resolvesse o problema do balanço de pagamento, em quatro anos. Era a
primeira condição pela qual eu me batia contrariamente; a segunda é achar
exatamente, que o monopólio não mostrou-se frustrado não mostrou-se fa-
lhado, não houve erro, através do qual se possa cobrar da PETROBRÁS a
sua incapacidade, absolutamente.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Muito bem!

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — E temos apenas
condições de responder, agora, objetivamente, ao Senador Henrique Santillo,
de que depósito grandes esperanças em pessoas que conheci, na PE-
TROBRÁS, com o mesmo ponto de vista que eu defendi, entre elas por exem-
plo, o Dr. Walter Campos, que hoje é o Diretor de Produção, que foi o pri-
meiro geólogo brasileiro que assumiu a responsabilidade da nacionalização
da pesquisa na Amazônia; esse homem está lá, hoje, na qualidade de Diretor
da PETROBRÁS, e diretor exatamente nesse campo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Eu me associo a V. Ex^a, nessa
homenagem ao Dr. Walter Campos, inclusive tendo lido o depoimento que
ele fez, há poucos dias, na Câmara dos Deputados, afirmando justamente isto,
que a PETROBRÁS está em condições de explorar o petróleo brasileiro,
no solo e na plataforma.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Dito isso, quero
dizer ao nobre Senador Henrique Santillo que, sendo para mim o seu discurso
tão importante, e estando eu inscrito, amanhã, para falar à Casa, irei pedir o
discurso de V. Ex^a, hoje, para sobre ele, amanhã, fazer uma exposição
mais ampla. Naturalmente, estaremos, como eu disse, em acordo em muitas
coisas, estaremos em desacordo em alguns labéus, que V. Ex^a lança sobre o
Governo, algumas conotações sobre o modelo econômico, que chamaríamos
de extrovertido e, V. Ex^a chama de dependente e colonizado, e saber até onde
devemos colocar a PETROBRÁS como parte disso ou fora disso.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um ligeiro aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Com todo o pra-
zer.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Quero fazer somente uma inda-
gação. Já que V. Ex^a vai falar, amanhã e provavelmente não pode responder
hoje, faço a seguinte indagação ao Líder do Governo: por que a PE-
TROBRÁS está atuando com uma inibição tão grande em favor do PROÁL-
COOL?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Então, amanhã di-
rei a V. Ex^a se existe essa inibição, se é uma questão de timidez, e que pode ser
corrigida, ou se, ao contrário, o que se passa é que dentro de um modelo neo-
capitalista, isto, sim — não temos o modelo socialista, com que sonham al-
guns companheiros do partido de V. Ex^a e talvez até do meu — então, repito,
como não temos o modelo dessa natureza, é evidente que, nesta hora, a pres-
são de empresas privadas brasileiras faz com que a PETROBRÁS saia do
campo do monopólio do álcool, e exatamente aí sob o fundamento equivocada-
do, de que ela não deu conta do recado no campo do petróleo, e não teria di-
reito de ter o monopólio do álcool. Isso talvez explica o que V. Ex^a chama de
inibição, mas seria uma diretriz de governo, caracterizando que o álcool pode

ser desenvolvido por empresas privadas, sem a necessidade de um monopólio
estatal. Já o monopólio estatal no campo do petróleo, eu acho, com tudo que
se escreve hoje contra a PETROBRÁS, a História do Brasil, provavelmente,
seria muito pior do que é hoje, se não tivéssemos tido a Lei nº 2.004, votada
naquela época.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre
Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurs-
so. Sem revisão do orador.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fazendo eco às queixas e aos protestos que se erguem no meu Estado,
Espírito Santo, contra a política que o IBC vem imprimindo aos negócios do
café, realiza-se, nos dias 20 e 21 do corrente, amanhã e depois, no norte do
Estado, no Município de Colatina, o III Seminário de Café do Norte Capixa-
ba. Ali se reunirão, Sr. Presidente, as cooperativas agrárias de cafeicultores
do Estado do Espírito Santo, os sindicatos, as autoridades estaduais da Secre-
taria de Agricultura, da EMATER, os prefeitos municipais do norte de todo
o Estado, e, além do mais, os produtores de café de todo o Espírito Santo,
que vão discutir, numa assembléia que reunirá, naturalmente, os interessados
na política do café, todos os problemas que afligem o café capixaba.

Convocado pelo Presidente da Cooperativa Agrária de Colatina, Nahum
da Silva Soeiro, que tem tido, através dos últimos anos, uma atuação marcante
em defesa do café do nosso Estado, e secretariado por Eduardo Glasar, que
é um dos membros credenciados junto ao IBC, o III Seminário do Café do
meu Estado, Sr. Presidente, vai denunciar à Nação a política injusta que o
IBC imprime ao café capixaba, trazendo a intranquilidade e a insegurança à-
queles que vivem produzindo café no meu Estado.

Tenho dito, aqui, reiteradas vezes, Sr. Presidente, que o produtor de café
do meu Estado é um sacrificado, e que só permanece à frente de sua lavoura e
de sua cultura agrícola em virtude de tendências de família, porque o sacrifi-
cio a que ele é jogado, num terreno íngreme e impróprio, numa climatologia
adversa, com um índice de produtividade pequeno, e com um preço, Sr. Presi-
dente, que é um roubo ao trabalhador capixaba, ele não tinha razão nenhuma
de continuar produtor de café.

Há dias, o nobre Senador José Richa, traçando ali, da tribuna, um perfil
dessa política cafeeira brasileira, denunciou que sobre cada saca de café o Go-
verno arrecada 60% de confisco cambial; mais da metade do valor da saca o
Governo retira do produtor de café, que com os 15% de ICM perfazem 75%,
sendo 2,5%, Sr. Presidente, de FUNRURAL. Portanto, estão aí 77% sobre a
saca do café, sobre o preço do café. No nosso Estado, como o preço de café é
baixo, é café 7.7.8, o confisco monta mais de 75% do valor da saca de café.
Então, Sr. Presidente, o confisco é muito maior, os impostos são maiores do
que o valor com que se vende a saca de café produzido com tanto sacrifício.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Dou o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — V. Ex^a tem toda razão quando analisa
essa verdadeira ganância fiscal do Governo. É essa ganância exatamente que
está matando uma verdadeira galinha dos ovos de ouro que sempre foi o café.
Veja V. Ex^a que, ao longo de todo este século, e tem sido ao longo de toda a
História do Brasil, nenhum produto garante à Nação brasileira uma certa es-
tabilidade em termos de obtenção de divisas como tem sido o café. Pode V.
Ex^a analisar qualquer outro produto de exportação e V. Ex^a há de perceber
determinados ciclos. Passamos aqui por ciclos de borracha, por ciclos de mi-
nério, por ciclos disso e daquilo e agora estamos, inclusive, passando, duran-
te estes últimos 15 anos, por um pequeno ciclo de exportação de produtos
manufaturados, mas percebe V. Ex^a, ao longo de toda a História Econômica
do Brasil, nenhum produto foi tão estável como o café foi como obtendedor de
divisas. Então, numa política suicida como esta, sobretudo como vem sendo
seguida nestes últimos 15 anos, onde o orçamento monetário é baseado exata-
mente em quanto o café pode dar ao Governo em dólares, não tem havido ne-
nhuma preocupação em formular uma política econômica para o café que
possa conciliar os interesses nacionais com os interesses de quem produz, e se
os interesses dos produtores continuarem como estão a ser sacrificados, é evi-
dente que eles vão mudar de profissão, vão mudar de ramo. É isto o que está
acontecendo. V. Ex^a, então, analisa perfeitamente bem, a ganância vai tão
longe que chega ao ponto de V. Ex^a estar aí dizendo, com muita autoridade,
que chega a mais de 75%. Portanto, três quartos do preço-ouro do produto fi-
cam para as mãos do Governo, que não arca com nenhum risco de produção,
que não arca com ônus de produção, não tem despesa de produção nenhuma,

o produtor é quem absorve inteiramente os insumos cada vez mais elevados, o equipamento agrícola, os implementos cada vez mais caros e ainda arca com o risco do mau tempo, para que o Governo seja o sócio majoritário na hora da colheita. Ora, essa voragem fiscal não tem qualificativos. Um produto que sofre tamanho confisco como sofre o café, sofre, na realidade, do que chamo de roubo oficializado. Não encontro nenhum termo para qualificar essa ganância do Governo, porque tudo aquilo que é apropriado de outro sem uma lei ou quem ousa tirar de alguém aquilo que não lhe pertence está cometendo um furto, um roubo. Ora, sobre o confisco cambial, tive oportunidade de dizer desta tribuna que não há lei nenhuma que autorize o Governo a cobrar, portanto, é uma apropriação indébita. Quando a apropriação indébita é de parte de um particular é estelionato ou sei lá o nome, não sou jurista, mas quando se trata de apropriação indébita feita pelo próprio Governo, não posso qualificar de outra coisa senão de um roubo oficializado. E, o que é pior, um roubo contra o qual o lesado não tem nenhuma defesa porque não adianta, como V. Ex^a tão bem está fazendo, advertir o Governo, como nós temos feito, como toda a Oposição tem feito, como todos os produtores têm feito. Não adianta prevenir o Governo; o Governo, simplesmente, a *manu militari*, impõe as condições e, então, só está restando a quem cuida desse setor da atividade econômica brasileira, tão rentável para o País, o caminho da mudança de profissão, porque só os masoquistas é que conseguem, eternamente, serem explorados e continuar gostando da exploração. Ninguém tem vocação para masoquista e o que está acontecendo no meu Estado, e acredito que também no de V. Ex^a, como no Estado de São Paulo e em todos os demais, é uma verdadeira corrida para fora desse setor. E aí eu quero ver onde é que o Governo brasileiro vai buscar outro produto tão certo quanto o café para obter as divisas lá fora de que o País tanto necessita.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A Presidência alerta ao nobre Senador Dirceu Cardoso que S. Ex^a dispõe apenas de 4 minutos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Moacyr Dalla (ARENA — ES) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Moacyr Dalla (ARENA — ES) — Eminentíssimo Senador Dirceu Cardoso, em primeiro lugar quero congratular-me com V. Ex^a pelo registro magnífico do Simpósio do Café na minha cidade de Colatina. Efetivamente é o segundo, surtiu efeito o primeiro. V. Ex^a me disse, hoje, que talvez fosse participar daquele Simpósio e é nosso propósito, também, participar do mesmo. Sou, Ex^a, produtor de café, mas não estou de acordo, com excelsa vênua do Senador José Richa, e tive oportunidade de ouvir a sua magnífica e brilhante explanação, em discurso pronunciado neste sodalício, com a afirmativa de S. Ex^a de que efetivamente há um roubo por parte do Governo Federal com relação ao confisco cambial. É uma taxa, concordo com S. Ex^a em número, gênero e grau, exorbitante. Há, efetivamente, uma ação governamental procurando tirar daqueles que, no amanho da terra, diuturnamente, derrubam a mata, plantam o café, colhem e carregam o café nas costas, secam, pilam e levam-no para o comerciante e, talvez, não tenham, efetivamente, o retorno do seu trabalho em termo de lucros. Mas, até se configurar a ação governamental de confiscar muito, eu concordo, é demais, qualificá-la de roubo, V. Ex^a eminente Senador José Richa, há de me permitir que discordo de V. Ex^a. Mas é mister, é necessário que naquele conclave, de que eu vou fazer o possível de participar, também lembremos de uma outra face discriminatória do Governo, esta talvez seja tão importante quanto o confisco cambial, Sr. Senador. É que os cafés produzidos pelo Espírito Santo, pela zona fria do Estado de Minas Gerais, têm uma cotação inferior aos mesmos cafés produzidos no Ceará. Essa discriminação do cafeicultor do Paraná, com o cafeicultor do Espírito Santo nós não concordamos porque, segundo o preceito constitucional, para o mesmo trabalho, para a mesma jornada de serviço devem ser atribuídas as mesmas remunerações. E por que se lá no Espírito Santo se produz o mesmo café que se produz no Paraná, os nossos preços são menores? Que V. Ex^a leve, com os meus aplausos, o entusiasmo da sua inteligência e diga aos meus amigos do Município de Colatina e de toda aquela periferia, São Gabriel da Palha, Ancas, e todo o Norte do Estado, a quantos acorrerem ao chamamento daquele Simpósio, que como V. Ex^a, como o eminente Senador José Richa, nós estamos aqui a defender o cafeicultor, o produtor. Não leve, Sr. Senador, nenhuma restrição com relação à nossa posição de Vice-Líder do Governo. Leve a certeza de que aqui estamos representando aqueles que efetivamente têm as mãos calejadas. E eu já disse, nesta Casa, que para defender o produtor rural nós estamos na vanguarda, nós estamos na trincheira de frente. Receba V. Ex^a a manifestação do meu apreço, a sinceridade dos meus pro-

pósitos de juntos procurarmos, com o Senador José Richa, minorar o sofrimento do produtor de café deste País.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Presidente, diante dos apartes tão substanciais e tão objetivos vou encerrar meu pronunciamento, porque o tempo está esgotado e não quero invadir a hora da outra Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — E, lamentavelmente, devemos respeitar o Regimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Perfeitamente, mas estou satisfeito, porque a minha comunicação visou, exatamente, esses objetivos. Logrei dois apartes, que foram fundamentais para o desenvolvimento do meu discurso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dezenas de pessoas, dirigindo carros de sua propriedade, foram no último sábado, por determinação de comando, feito pela Polícia Militar, obrigados a estacionar no Cine Karim, onde tiveram que apresentar documentos e receber a intimação verbal, para comparecer na segunda-feira seguinte (17 do corrente) no Quartel do Primeiro Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, em virtude do carro estar com volante ou rodas que não fossem originais.

Essa "batida" que, segundo informações que procuramos colher no CONTRAN, não tem amparo legal, obrigou todos aqueles motoristas a perder horas de serviço na segunda-feira para se apresentarem na Polícia Militar, onde foram advertidos da necessidade de substituir aqueles equipamentos.

Diante da surpresa que nos causaram as reclamações que recebemos, principalmente por não entendermos como se pode proibir o uso de um assessorio cuja fabricação é permitida, é que procuramos junto ao CONTRAN saber de pessoa autorizada se realmente havia por parte daquele órgão específico alguma resolução ou outro ato que desse respaldo à blitz realizada pela Polícia Militar.

Diante da negativa, cumpre-nos deplorar que na Capital da República, sede do Governo Federal, se pratiquem atos dessa ordem, submetendo pessoas, que aproveitam o fim de semana para dar um passeio com a família, a ficar ilhados num estacionamento e receber uma ordem verbal para, na segunda-feira seguinte, comparecer num Quartel da Polícia Militar, sem que os responsáveis por esse ato tivessem qualquer cobertura legal.

Ao denunciar esse fato, apelo ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal no sentido de não permitir que tal fato se repita, exatamente por parte daqueles que são responsáveis pelo cumprimento das leis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (ARENA — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais uma vez, venho a esta Tribuna para pedir a transcrição nos Anais desta Casa de Editorial do *Jornal do Brasil*, no caso o do dia 16 de setembro último.

O título do artigo é "Partidos de Proveta" e nele o editorialista, em poucas palavras, analisa, perfeitamente, o problema da reforma partidária, considerando que tudo que se tinha que falar e se ouvir a respeito já foi dito e ouvido.

O editorial, comenta com sabedoria os fatos contraditórios referentes à pesquisa quanto ao partido único do Governo. Comenta, também, com absoluta precisão a questão de haver ou não haver eleição em 1980, defendendo, como era natural, a tese de que deveria haver a eleição em 1980, pois, seria a mesma, uma forma de ampliar a abertura, consolidar os Partidos, dar-lhes autenticidade e legitimidade.

Antes de transcrever o pensamento do *Jornal do Brasil* de 16 do corrente, desejaria opinar no sentido dos Srs. Líderes da Câmara e do Senado, determinarem num dia a ser combinado, uma votação secreta, e é sempre bom votar, dirimir dúvidas quanto à pesquisa do partido único, confirmando, aliás, sugestão já feita, pelo nobre Deputado Airon Rios, da ARENA de Pernambuco. A apuração dessa votação seria a última palavra quanto ao assunto partido único.

Segue, Sr. Presidente, Srs. Senadores a leitura do Editorial "Partidos de Proveta", a fim de constar dos Anais desta Casa e, portanto da história política do Brasil.

Jornal do Brasil, 16 de setembro de 1979.

PARTIDOS DE PROVETA

Tudo que poderia ser dito e ouvido a respeito da reforma partidária — sem provocar indignação — esgotou-se agora. Uma pesquisa direta feita pela reportagem do *Jornal do Brasil* revela a mistificação montada para oficializar a estranha idéia de um Partido Único do Governo. A Arena falou por 62% de sua bancada e manifestou uma preferência maciça — 82% — contrária a esse desconfortável monopólio majoritário. Partido Único, mesmo de Governo, não tem qualquer coisa a ver com democracia.

O inconformismo com essa manobra deveria servir de lição aos cientistas de gabinete empenhados em aplicar aos futuros Partidos o mesmo artificialismo que inviabilizou o bipartidarismo. A realidade está mostrando que tem muito mais soluções a oferecer do que esses políticos de laboratório. O Ministro Petrônio Portella e o Senador José Sarney devem encerrar essa lamentável experiência com matéria e exige absoluta seriedade.

Partidos políticos não são, nem podem ser, criaturas do Governo, de sindicatos ou de qualquer parcela da sociedade. Precisam ser organizações nascidas da vontade dos cidadãos para atender a toda a sociedade, sem qualquer distinção de classe.

Só há um meio legítimo e democrático de testar a representatividade de qualquer Partido político: através de eleições. O Governo — ou algumas figuras políticas em nome dele — está dando mais importância à demolição dos atuais Partidos, em proveito próprio e mesquinho, do que à criação de outros que representem, com mais autenticidade, as aspirações e idéias brasileiras. Antes de cuidar de Partidos, seria mais adequado que o Governo se identificasse com as eleições. Temos eleições municipais marcadas para 1980 e eleições representativas, federais e estaduais, previstas para 1982. E a expectativa, reforçada pela promessa presidencial, de restabelecimento das eleições diretas para os governadores dos Estados.

Mais do que qualquer planejamento político, eleições podem organizar as correntes de opinião, renovar a vida política, reforçar o processo de abertura e ampliar a confiança. Submetidos às urnas, os Partidos que tivessem representatividade suficiente estariam legitimados. E os que não conseguissem fazer-se representar teriam o direito de esperar nova oportunidade eleitoral. Dois anos depois, em 1982, a fisionomia representativa nacional e estadual poderia ser definida pelas eleições: os Partidos com real capacidade de mobilização e representação teriam conquistado o seu lugar definitivo.

O artificialismo dessa manipulação partidária entediou o eleitor e irritou os próprios políticos. Por que o Governo faz do MDB o seu alvo, quando o problema é o bipartidarismo? A facilidade de organização para novas correntes de opinião levaria de roldão o bipartidarismo que ninguém quer. Não é possível, porém, acreditar no êxito de uma abertura política que, na reformulação partidária, contempla objetivos conflitantes. Ou bem quer acabar com o bipartidarismo, por falta de autenticidade, ou não quer. Favorecer o pluripartidarismo mas impedir a aliança de partidos é um jogo de mau gosto. E desrespeito pelo eleitorado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um dos rebanhos suínos mais selecionados do País, com o permanente aperfeiçoamento da espécie, seja pela importação de matrizes ou do sêmen, encontra-se no Estado de Santa Catarina. Por isso mesmo, tudo quanto diz respeito ao problema da inseminação artificial interessa ao suinocultor catarinense, como àqueles municípios onde assume importância econômica a criação de porcos.

É o que também ocorre com as comunas dedicadas à criação de bovinos. Tal é o caso de Joaçaba, cuja Câmara de Vereadores, em reunião plenária realizada no dia cinco do corrente, pela unanimidade dos seus membros, deliberou colocar-se ao lado da EMBRAIA — Empresa Brasileira de Inseminação Artificial S/A, no seu plano de implantar, na região, uma Estação destinada àquela finalidade.

Aprovada a proposição, traçou-se um plano de cooperação, através de contatos inclusive nos meios oficiais, visando à eliminação de entraves buro-

cráticos, ressaltado, desde logo, o apoio que vem emprestando à EMBRAIA o Governo Estadual.

Com o seu projeto de viabilidade econômica aprovado pelo PROCAP, merecendo toda a credibilidade o empreendimento, que tem à frente o Sr. Ronaldo Pereira da Cunha, com mestrado na Universidade de Berlim, e cuja esposa, Dra. Anne Rose Fischer é PHD por aquela universidade, com uma tese sobre inseminação artificial, merece o empreendimento todo o nosso apoio. O sogro do Sr. Reinaldo Cunha é o principal diretor da Besamungs-station Herberdingem E.V., Estação de Inseminação Artificial do Estado de Baden-Württemberg, que realizou convênio com a EMBRAIA, para proporcionar cursos de aperfeiçoamento para brasileiros, com despesas pagas em grande parte por aquela Estação, além da remessa gratuita de cinquenta mil doses de sêmen bovino das raças Fleckvieh, Holandesa Preto e Branco e Holandesa Vermelho e Branco, provindas de animais da mais alta linhagem como um primeiro passo para a cooperação mais estreita com os pecuaristas catarinenses.

Um dos primeiros passos da Câmara de Vereadores de Joaçaba, depois de encetar a campanha de ajuda à EMBRAIA, foi apoiar pedido de autorização ao Ministro da Agricultura para que a empresa possa receber esse sêmen sem ônus de qualquer natureza. E que, feita a proposta, este ano, ninguém sabe por que razão o Ministério da Agricultura, através de seus órgãos competentes, indeferiu o pleito.

A decisão denegatória se baseou em que a EMBRAIA solicitava a dispensa de apresentação de parecer zootécnico, o que não é verdade, pois apenas se solicitava parecer favorável, como em qualquer requerimento, solicitando-se, ademais, a isenção da incidência, no Brasil, de doze cruzeiros por dose de sêmen doado pela Alemanha.

O indeferimento resultou de decisão do Sr. Walmoré Müller Lacort, coordenador substituto, sob a alegação, dentre outras, de que "A demanda do sêmen no Estado de Santa Catarina é de aproximadamente seis mil doses por ano". Ora, tal limitação não decorre de nenhum preceito legal conhecido. Quanto à outra alegação, de que "há no Brasil mais de um milhão de doses ociosas" não se esclarece qual a qualidade e o valor genético de tais doses.

A alegação final de que outras empresas brasileiras "têm trabalhado tão somente com vinte por cento de sua capacidade total" não é válida em si mesma, desde que tal limitação pode decorrer da má qualidade do produto, certo que a EMBRAIA trabalhará com cem por cento da sua capacidade, fazendo todo o esforço possível para que, finalmente, a superioridade da inseminação artificial possa triunfar no Brasil, como ocorre há décadas nos países mais desenvolvidos do mundo.

Diante disso, Sr. Presidente, esperamos que o Ministério da Agricultura mande reconsiderar o despacho dado no processo M.A. — 01/4619/79, autorizando o recebimento daquela doação sem qualquer outra formalidade nem pagamento de taxas, como um primeiro passo na cooperação que se espera do Governo Federal para a melhoria do rebanho bovino catarinense.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O extraordinário desenvolvimento das telecomunicações em nosso País é tarefa que distingue e enaltece a ação administrativa dos Governos Revolucionários.

Especialmente, a partir de 1967, o Brasil soube acionar o projeto de construção e operação do sistema de telecomunicações com eficiência e rapidez. Dessa ação resultou um notável esforço de integração. A cada dia, o Ministério das Comunicações, a EMBRATEL a TELEBRÁS e suas subsidiárias nos Estados avançam no sentido de cobrir todo o território brasileiro com uma rede telefônica capaz.

Esse desempenho, um setor vital para a economia do País, tem provocado uma salutar corrente de aspirações dentre aquelas comunidades ainda não atendidas pela rede nacional de telecomunicações.

Este é bem o caso da Cidade de Itaporanga D'Adjuda, em meu Estado de Sergipe. O povo itaporanguense estabeleceu como uma das metas prioritárias, para o desenvolvimento do município, a instalação de serviços telefônicos.

O Presidente do Diretório Regional do meu Partido, a ARENA, ex-Governador e ex-Deputado Federal Arnaldo Rollemberg Garcez enviou-me carta datada de 14 do corrente, abordando o assunto e me encaminhando cópia de memorial que a comunidade dirigiu ao Presidente da TELERGIPE, General Franz Ludwig Rode, solicitando a instalação de sistema telefônico em Itaporanga.

O que se pretende é a inclusão de Itaporanga D'Ajuda no plano de expansão do sistema telefônico que interliga as cidades do interior do Estado, ora em execução pela TELERGIPE.

O documento refere também pedido dirigido à Prefeitura Municipal para que coloque à disposição da TELERGIPE o espaço físico necessário à instalação do Posto de Serviço e da central telefônica. Estou certo de que a ação do Prefeito de Itaporanga D'Ajuda, Emanuel Sobral, será no sentido do pleno atendimento dessa solicitação.

É-me grato, pois, nesta hora, atender o apelo do povo de Itaporanga, fazendo desta tribuna solicitação aos Excelentíssimos Srs. Ministro das Comunicações, Haroldo Correia de Mattos, Governador de Sergipe, Augusto Franco, Presidente da TELEBRÁS, General José Antônio de Alencastro e Silva e Presidente da TELERGIPE, General Franz Ludwig Rode, para que, com brevidade possível e nos termos do abaixo-assinado e da carta que integro a este meu pronunciamento, seja Itaporanga D'Ajuda atendida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Aracaju (SE), 14 de setembro de 1979

Caro Lourival,

O bem-estar do povo sergipano é meta que todos nós, políticos da terra, almejamos conseguir, correspondendo às esperanças daqueles que nos distinguiram com o voto de confiança em nossas atribuições de representá-los junto às esferas governamentais.

Assim sendo, na condição de Presidente da ARENA em nosso Estado, e convicto de que o amigo comunga com esse meu pensamento, como valoroso e autêntico político que é, venho solicitar a sua sempre inestimável colaboração para o que exponho a seguir.

A cidade de Itaporanga D'Ajuda, terra-berço da qual muito me orgulho, está carecendo de serviços telefônicos, recurso tecnológico hoje comum entre os meios de comunicação, sendo quase inadmissível a sua inexistência em locais tão perto de metrópoles mais adiantadas. Muitas pessoas naquela cidade estão vivamente interessadas na instalação de um sistema telefônico, o que garante um resultado compensatório para a TELERGIPE, tendo sido enviado pleito neste sentido àquela Empresa.

Tendo entrado nesta luta, venho concitar o eminente amigo e Senador a batalhar conosco pela justa aspiração do povo Itaporanguense, verificando junto ao Senhor Ministro das Comunicações a viabilidade junto à TELERGIPE da inclusão daquele Município no plano de expansão do sistema telefônico que interliga as cidades interioranas do nosso Estado.

Certo de que o amigo não ficará alheio a tão justo pleito, despeço-me aguardando seu breve pronunciamento.

Com os mais sinceros agradecimentos, envia-lhe um abraço o amigo e correligionário. — **Arnaldo Rollemberg Garcez.**

Ilmo Sr.
General Franz Ludwig Rode
DD. Presidente da TELERGIPE
Aracaju — Sergipe

Senhor Presidente,

Em vista das dificuldades econômicas por que passa a Nação nos tempos atuais, o telefone é peça importante para toda a comunidade. A cidade de Itaporanga D'Ajuda, que no passado já contou com este meio de comunicação, hoje se ressentida da existência de uma Central Telefônica, como acontece em outras cidades de nosso Estado. Por este motivo, vimos pelo presente, apelar para a TELERGIPE, no sentido de estudar o assunto, visando atender esta cidade, mesmo que tenha que ser instalado um sistema mais modesto, conforme foi aventado pelo Diretor Técnico dessa Empresa, quando da visita de Vossa Senhoria a esta cidade. Tivemos conhecimento, através de Vossa Senhoria, no sentido de ser cedido por parte da Prefeitura Municipal, uma sala com as devidas instalações sanitárias e com área capaz de atender ao PS, bem como à própria Central Telefônica e local para as baterias. Conforme foi sugerido por Vossa Senhoria, foi feito um levantamento das pessoas que estão interessadas em adquirir um telefone, no valor de até Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) em até 24 prestações mensais e cuja relação segue em anexo. Certo da atenção que a TELERGIPE dará a esta pretensão, subscrevemo-nos atenciosamente.

(Seguem-se 59 assinaturas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Lê o seguinte discurso.) —

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O autoritarismo, o arbítrio e a centralização não resolveram e nem poderão resolver os verdadeiros problemas do País. Hoje, só os cegos e os interessados não vêem isso. A grande aspiração nacional é a, retomada do caminho democrático.

O próprio Governo reconhece esse fato e declara, pela voz do futuro Presidente, que vai instaurar a democracia "nem que seja à força". Mas, o que tem valido as promessas do Governo? 1966, 1970, 1974 e 1978 tivemos a palavra e o compromisso oficial de realização de eleições diretas, ao menos para os Governos dos Estados. Quatro promessas não cumpridas, como demonstramos documentadamente, num dos capítulos do livro "A Luta Pelas Eleições Diretas" (Ed. Brasiliense, 1978). Os fatos mostram que, em virtude de pressões, pretextos ou falsos princípios, a democracia não chegará ao País como concessão espontânea dos detentores do Poder. O povo brasileiro é que a está conquistando, pela atuação dos diversos setores da sociedade civil, tais como lideranças locais, lideranças políticas, trabalhistas, intelectuais, professores, estudantes, jornalistas, artistas, comunidade científica, comunidades religiosas etc.

Mas, o instrumento político dessa luta vem sendo incontestavelmente o MDB. Apesar de suas deficiências e limitações e das dificuldades que tem enfrentado, o Partido da Oposição, vem crescendo em autoridade e força em virtude de sua fidelidade à luta pela democracia e da perseverança no combate ao arbítrio, à injusta distribuição da renda, à corrupção e à desnacionalização de nossa economia. Basta lembrar que, depois de eleger apenas 4 senadores em 1970, elegeu 16 em 1974 e conta com 25, em 1979. A mesma proporção se verifica na Câmara dos Deputados. E nas últimas eleições majoritárias, apesar da Lei Falcão, dos Biônicos e da pressão oficial em todos os níveis, obteve quase 5 milhões de votos acima da votação do Partido do Governo.

Reconhecendo esses fatos, muitos representantes de setores sociais e lideranças políticas dispõem-se hoje a ingressar no MDB e fortalecer a sua luta. Mas, parece haver uma pedra no caminho. São as diferenças doutrinárias ou ideológicas, representadas pela social democracia, socialismo democrático, trabalhismo, democracia cristã e outros.

Ideologia Democrática

Mas, a questão nos parece mal colocada. O problema do Brasil, hoje, não é esse. Corremos o risco de discutir o acessório e esquecer o principal. Nosso problema número um chama-se "democracia". É a substituição do autoritarismo e do arbítrio pelo regime democrático. É preciso que nos unamos na luta pela democracia, começando por defini-la em termos objetivos, concretos e atuais.

Em nome da Delegação Brasileira, tivemos a oportunidade de apresentar à recente reunião do Parlamento Latino-Americano com o Parlamento Europeu proposição fixando algumas linhas que possam caracterizar qualquer regime democrático:

1. Eleições livres e realmente representativas em todos os níveis. O que supõe evidentemente a liberdade de Partidos.
2. Existência e independência do Parlamento e do Judiciário.
3. Liberdade de imprensa e demais meios de comunicação.
4. Liberdade sindical e direitos inerentes a essa prerrogativa.
5. Distribuição equitativa dos bens sociais, incluindo os bens materiais, a educação, a saúde, a cultura, o lazer.
6. Descentralização do Poder, com reconhecimento da autonomia dos Estados e Municípios e da competência específica dos demais organismos sociais.
7. Participação de todos os setores da comunidade nas decisões de interesse comum.

Esses pontos nada têm de utópicos. Pelo contrário, são os objetivos concretos a definir para uma ação eficiente. Em torno deles pode e deve travar-se a luta pela instauração no País de um regime democrático que não seja apenas formal e representativo, mas que alcance realmente todas as dimensões essenciais de uma democracia moderna: pluralista, social, econômica e cultural.

O importante é acreditar no homem e acreditar no povo. É ele que vai escolher os seus caminhos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cunha Lima.

O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na sessão do dia 29 de maio do corrente, ocupei a Tribuna desta Casa para denunciar ao Senado e às autoridades do Executivo, a situação de instabilidade e desespero que envolvia diretamente cerca de 6.000 habitantes da minha cidade, Campina Grande, funcionários e dependentes, ligados à fábrica de fogões "Wallig Nordeste S.A. Indústria e Comércio".

A maior unidade fabril do Distrito Industrial de Campina Grande e uma das maiores fábricas do Nordeste, estava com suas atividades paralisadas e os seus empregados com os salários atrasados.

Na mesma data, Sr. Presidente, expedi através do telex, mensagens de apelo em favor daqueles paraibanos, aos Exm^{os} Srs. Ministros do Trabalho, da Fazenda, da Previdência Social, da Indústria e Comércio; aos Presidentes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e ao Superintendente da SUDENE.

De algumas dessas autoridades, recebi resposta e a promessa de que iriam desenvolver gestões objetivando o equacionamento dos problemas da fábrica Wallig.

Não posso afirmar se as providências foram adotadas no sentido real da solução do problema. É verdade que apareceram em Campina alguns assessores de Ministérios, alguns representantes de instituições governamentais, mas ao que tudo indica nada de prático aconteceu.

Pelo contrário, os problemas se agravaram. Vale acentuar que uma indústria como a Wallig, geradora de divisas ao tempo de sua vida normal, contribuindo igualmente com impostos, taxas e outras contribuições para a União, o Estado e o Município, além de empregar no auge de sua dinâmica operacional cerca de 2.000 operários, é de relevante importância para um Estado pobre, deficitário e problemático como a Paraíba.

Além de sua significação isolada, a Wallig era o principal sustentáculo de várias pequenas empresas campinenses que lhe forneciam peças e implementos e alimentava com suas cargas constantes, várias transportadoras e autônomos paraibanos.

Ora, Senhor Presidente, se para qualquer Unidade da Federação é importante o funcionamento de uma indústria que abriga duas mil pessoas em seus quadros funcionais, pode aquilatar V. Ex^a o que significa para um Estado como a Paraíba, numa região como o Nordeste, a existência e o desenvolvimento de uma empresa desse porte.

Pois bem, nada foi feito em termos objetivos para solucionar a crise da Wallig Nordeste. Crise que teve origem em atitudes governamentais que obrigaram o grupo Wallig a encampar a fábrica Cosmopolita, de São Paulo, cujas dificuldades eram de tal monta que não foram absorvidas pelos empresários gaúchos e terminaram criando uma situação de total desequilíbrio para a unidade instalada em Campina Grande.

Para que se tenha uma idéia, basta afirmar que as dívidas com o BNDE, maior credor do Grupo, estão em redor de 800 milhões de cruzeiros e deste total, apenas pouco mais de 100 milhões são de responsabilidade direta da fábrica paraibana.

Apesar disso, as penalidades e os problemas envolveram de modo absoluto a Wallig de Campina Grande, numa comprovação real do que têm afirmado empresários e técnicos nordestinos: o Nordeste, mesmo com sua economia combatida tem sido sugado injusta e criminosamente em função do desenvolvimento de outras Regiões do País.

Afirmar há cerca de um mês, em discurso nesta Casa, precisamente no dia 14 de agosto passado, o que reafirmo agora: ou o Governo e a Nação encaram os problemas do Nordeste com realismo e urgência, ou dentro de alguns anos este País será abalado por uma convulsão social sem precedentes na sua história e de resultados imprevisíveis.

As procrastinações, as dubiedades, as promessas não cumpridas se repetem diariamente em detrimento do Nordeste, apesar dos reclamos constantes dos parlamentares da Oposição e já agora, de um ensaio de rebeldia por parte dos políticos nordestinos integrantes do partido oficial, que começam a ficar encabulados e apreensivos com o apoio incondicional que dão ao Governo, sem que a Região receba a atenção que, além das razões de justiça e de interesse nacionais, encontrariam respaldo em mezinhas normas de sabedoria política.

O que me traz à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é a notícia alarmante e grave que acabo de receber da minha terra: após marchas e contra-marchas, a direção da Wallig tomou uma decisão altamente danosa aos interesses dos operários campinenses e na economia paraibana. Ontem, por determinação do Sr. Lauro de Araújo Simões, alto dirigente do grupo Wallig, o advogado da empresa em Campina Grande encaminhou à Justiça trabalhista a rescisão coletiva do contrato de trabalho com 753 dos seus empregados.

Escaparam apenas os funcionários que têm mandato no Sindicato dos Metalúrgicos, alguns vigilantes e poucos integrantes do quadro administrativo.

Se a empresa tivesse cumprido normalmente os mandamentos das leis trabalhistas, o problema ainda seria muito grande, face ao desemprego em massa instaurado numa cidade já carente de ocupação para o seu povo, como é Campina Grande.

Mas o pior, Srs. Senadores, é que tudo está sendo feito à margem da Lei.

A Wallig não pagou os salários atrasados. Não pagou Aviso Prévio. Não quitou férias completas da maioria do pessoal nem as complementares. Não pagou o 13º salário proporcional. Não recolheu os 10% sobre o FGTS como estatui o artigo 22 do Regulamento daquele instituto e além disso, segundo estou informado, está com o Fundo de Garantia atrasado desde 1975 e o INPS também com vários meses sem recolher.

O Governo, por sua vez, depois de prometer o pagamento do salário-desemprego, faltou com a palavra e aumentou o desespero e a descrença dos sofrendores operários da Wallig Nordeste.

E o cúmulo, Sr. Presidente que além da carga insuportável dos problemas trazidos pela inflação incontrolável, pelo arrocho salarial e pela falta de liberdades, o operariado de minha terra seja esbulhado de maneira tão injusta, para não dizer criminosa.

Não é possível, Sr. Presidente, que os Ministros do Trabalho, da Previdência Social, da Indústria e Comércio e outras autoridades federais que têm responsabilidade na solução desse problema, assistam de braços cruzados à crise que se agrava em Campina Grande e na Paraíba, mas exatamente nos lares de 753 operários brasileiros, que a esta altura estão abandonados à própria sorte, dependendo muitos deles da caridade pública e de providências louváveis mas paliativas como ocorreu sexta-feira passada, quando a Prefeitura de Campina Grande e o Governo do Estado conjugaram esforços para fornecer gêneros alimentícios para matar a fome dos operários e dos seus dependentes.

Os trabalhadores de minha terra não querem esmolas, Sr. Presidente. Os operários campinenses querem trabalhar; querem sustentar os seus filhos com o produto honesto do seu labor diário.

Que o Governo federal determine urgentes providências para a regularização dos problemas da Wallig Nordeste, é o apelo angustiado que faço nesta tarde, em nome dos trabalhadores de Campina Grande, mas também em nome do bom senso e da Justiça.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 27, de 1978, e 16, de 1979.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 1979, do Senador Itamar Franco, que altera o art. 135 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Ao Projeto de Resolução nº 57, de 1979, que altera o art. 135 do Regimento Interno do Senado Federal.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Acrescenta parágrafo único ao art. 135 do Regimento Interno.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. O art. 135 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 135.
Parágrafo único. Os Deputados Federais poderão assistir às reuniões secretas, que não tratem de matéria da exclusiva competência do Senado Federal."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Tendo em vista que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite a presença dos Senhores Senadores em reuniões secretas de suas Comissões, esta emenda visa a adotar o princípio de reciprocidade que sempre nor-

teou os trabalhos das duas Casas Legislativas, ao tempo em que preserva a competência constitucional exclusiva do Senado Federal.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1979. — **Jarbas Passarinho.**

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1978 (nº 141/78, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Exce-

lentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1977, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 532, de 1979, da Comissão — de Finanças.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1979 (nº 15/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar — GEPLACEA, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 524 a 526, de 1979, das Comissões

— de Relações Exteriores;
— de Agricultura; e
— de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 26 minutos.)

ATA DA 160ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1979 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA — PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES.

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quércia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 181/79 (nº 329/29, na origem), de 19 do corrente, referente aos Decretos Legislativos nºs 50 e 51, de 1979.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 468/79, de 19 do corrente, comunicando a aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1977 (nº 2.497, de 1976, na Casa de origem), que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 19-9-79).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1978 (nº 141/78, na Câmara dos Deputados), que aprova

as contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1977, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 532, de 1979, da Comissão — de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1978 (Nº 141-A/78, na Câmara dos Deputados)

Aprova as contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1977.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovadas as contas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1977, de acordo com os artigos 44, inciso VIII, e 81 inciso XX, da Constituição Federal, com ressalvas aos valores lançados à conta "Despesas Impugnadas", pendentes de ulterior verificação pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Os diversos responsáveis da Administração Direta e Indireta que não apresentaram ao Tribunal de Contas da União os balanços anuais referentes ao exercício de 1977, no prazo estabelecido pelo Decreto nº 80. 421, de 28 de setembro de 1977, ficam sujeitos às penalidades previstas no artigo 53, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, e Resoluções daquele Tribunal.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União tomará as providências cabíveis para a aplicação das sanções a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1979 (nº 15/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar — GEPLACEA, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 524 a 526, de 1979, das Comissões:

— de Relações Exteriores;
— de Agricultura, e
— de Economia.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1979

(Nº 15/79, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto dos Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar — GEPLACEA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto dos Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar, concluído em Cáli, Colômbia, a 12 de março de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1977 (nº 1.302/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 3º do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio, tendo

PARECERES, sob nºs 464 e 465, de 1979, das Comissões:

- de **Legislação Social**, contrário; e
- de **Finanças**, favorável.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1978 (nº 2.100/76, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra d do parágrafo 5º do artigo 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, tendo

PARECERES, sob nºs 505 a 507, de 1979, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, favorável, no mérito;
- de **Economia**, contrário; e
- de **Finanças**, contrário.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1979, de autoria da Comissão Diretora, que acrescenta parágrafo ao artigo 383, da Resolução nº 58, de 1972 (Regulamento Administrativo do Senado Federal, tendo

PARECER, sob nº 474, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 329, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Presidente da República, João Baptista de Figueiredo, no Clube Monte Líbano e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no dia 13 de setembro de 1979.

— 6 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 331, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1978, de sua autoria, que introduz alteração no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

— 7 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1978, de sua autoria, que dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de produção de energia elétrica, e dá outras providências.

— 8 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 289, de 1979, do Senador Aloysio Chaves, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1979, de sua autoria, que especifica as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho, trata do exercício do direito de greve, e dá outras providências.

— 9 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1979, do Senador Franco Montoro, que altera o § 2º do art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) modificada pelo art. 17 do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966 — determina que os benefícios concedidos pelo INPS serão reajustados na base do reajustamento do salário mínimo, tendo.

PARECER, sob nº 221, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Srs. Senadores Cunha Lima, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 18-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inúmeros problemas dificultam, no momento, o desenvolvimento equilibrado do nosso País. Há uma crise, e todos a sentem, manifestada na expansão exagerada dos preços e nos déficits das transações com o exterior. Agora mesmo, depois de admitir uma taxa de inflação em torno dos 55 por cento, para 1979, a Fundação Getúlio Vargas, por intermédio do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional, já estima que dificilmente no ano seguinte, ou seja, 1980, possa o índice geral de preços ser inferior a 45 por cento. Em dois anos, aritmeticamente, uma inflação de 100 por cento.

Além disso, aí estão os problemas do balanço de pagamentos com o exterior, com o déficit comercial, até 1984, podendo atingir 40 bilhões de serviços e o pagamento de amortizações da dívida externa somando aproximadamente 14 bilhões de dólares. Este valor representa tanto quanto o total das exportações brasileiras previstas para 1979. Quer dizer, só resta um recurso — ampliar a dívida externa.

É evidente que as repercussões internas são amplas e profundas. O desagradável quadro de desigualdades sociais que ostentamos tenderia, portanto, a se tornar ainda mais dramático.

Dentro deste quadro está a educação brasileira.

Somente entendemos educação como prioridade, pois é difícil, muito difícil, compulsar dados oficiais que indiquem ter havido, entre 1970 a 1976, um aumento do número de crianças sem escola, na faixa dos 7 a 14 anos de idade.

Mas esta é a realidade verificada pela Fundação IBGE, e exposta no estudo *Indicadores Sociais da Educação*, preparado para o órgão técnico específico da atividade no Senado Federal.

Está na página 20, do tomo III, do Projeto Educação, editado recentemente pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, que o País apresentava, "em fins de 1976, mais de 7 milhões de crianças de 7-14 anos sem acesso à escolarização, em contraste a 5,9 milhões de não-escolarizados em 1970". Um crescimento portanto de 1 milhão e 100 mil crianças fora da escola. Um potencial a mais, rumo à delinquência.

Não cabe aqui observar ter sido fixada a obrigatoriedade da matrícula dos 7 aos 14 anos pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, pois o dado relevante, que demonstra a perversidade do modelo brasileiro de crescimento econômico, é este aumento de 18 por cento no número de crianças sem escola, na faixa etária considerada ideal para a iniciação do aprendizado.

Somente na medida em que a educação seja admitida como prioridade será possível atacar estes problemas estruturais de escolarização tardia, repetência, evasão escolar, etc.

Bem sabemos, Sr. Presidente, que o problema da educação está intimamente relacionado à desigual distribuição da renda na sociedade brasileira. Os mais pobres, que nem mesmo ganham o suficiente para viver, de um lado, *deixam de compreender educação como necessidade e*, de um outro, na medida em que faltam as condições financeiras para tanto, transferem para outra oportunidade a matrícula dos filhos, oportunidade esta que na maioria das vezes não chega.

Portanto, a prioridade para a educação fundamental deve ser estabelecida dentro de mudanças no perfil de distribuição de rendas. Isto porque, segundo o estudo dos técnicos do IBGE para a Comissão de Educação e Cultura do Senado, "aos dependentes de família com até dois salários mínimos mensais corresponde apenas uma escolaridade inicial, enquanto a oportunidade efetiva de ensino superior só se mostra ponderável para estudantes cujas famílias percebam acima de cinco salários mínimos".

Esta é uma constatação feita a partir da realidade do nosso País. Tanto é mais verdadeira quando se sabe que até mesmo a Lei 5.692, de 1971, que objetivava implicitamente deter a avalanche rumo ao ensino superior, dando formação profissional ao jovem, foi *reinterpretada*. Ao invés da predominância da formação especial no ensino do segundo grau, como dispunha a Lei 5.692, ocorreu em 1975 um *amaciamento* desta, por intermédio das denominadas habilitações básicas que significam uma concessão ao sistema anterior.

A preparação do estudante para o trabalho, pela sua qualificação, cedeu em parte a uma das linhas de tendência histórica do nosso País, qual seja, a de reconhecer na formação superior um mecanismo capaz de livrar o seu possuidor de tarefas mais pesadas, que exijam esforço.

No entanto, a nosso ver, a Lei 5.692, de 1971, ao colocar como um dos seus objetivos a "qualificação para o trabalho", acertou em cheio, pois que ainda agora, em especial no âmbito da pequena e da média empresa de capital brasileiro, *há carência de mão-de-obra especializada*.

Aí está um dos graves problemas pelos quais atravessa o Brasil: o endividamento externo, a inflação, com os salários reduzidos surgindo, entre outras razões, pela falta de qualificação do trabalhador brasileiro, em razão da carência de qualificação técnica de nível médio neste País.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Ex^a é interrompido nesta altura em que fala do problema da educação de menores. É, realmente, um dos mais graves problemas que o Brasil enfrenta. Quando percorremos — e ainda ontem eu o fazia — as nossas cidades do interior e verificamos a quantidade de menores sem escola, ou em escolas de qualificação a pior possível; quando percorremos os subúrbios das nossas grandes cidades, das grandes capitais brasileiras e verificamos também a imensa legião de crianças que não frequentam escolas ou frequentam escolas de qualificação inferior, sentimos que este é um problema que deveria ter, sim, a prioridade número um no Brasil. A seguir, V. Ex^a passava a falar da necessidade de um ensino qualificado. Houve um exemplo de ensino qualificado criado pelos industriais brasileiros, com as escolas do SENAI. Mas a sua dimensão é tão pequena diante das necessidades do País, tão pequena, Sr. Senador, que o Governo deveria olhar ali o que já se fez e procurar ampliar o estilo e o tipo de escolas como aquelas. Esta é, realmente, outra das grandes necessidades do nosso País. Todas as vezes que aqui nesta Casa advertimos o Governo para esse ponto, estamos fazendo um trabalho do mais alto patriotismo. Nada melhor para que um povo tenha, realmente, possibilidade de crescer, de falar em desenvolvimento, de educar a sua nação de crianças.

Quando visitei a China, verifiquei que aquele país que acabava de sair de um século continuado de invasões e de guerras tinha como preocupação número um a educação da criança. A educação primária, mais bem qualificada, e educação qualificada no sentido profissional. Verifiquei que isto mesmo se faz em vários países socialistas que visitei, e não se pode deixar de admirar o que se faz nesse sentido nos velhos países como a França, a Inglaterra, a Suíça, que são padrões. Na Suíça, visitava um parente que ali se encontra há um ano fazendo estudos, e era surpreendido quando ele mostrava-me carta recebida do Governo daquele país advertindo que seu filho menor alcançava a idade de frequentar a escola.

Enquanto nós não nos atermos a esse problema, com todo o vigor, não estamos caminhando. Houve um esforço, um exemplo que precisava ser continuado e bem melhorado que foi o MOBIL, que atingiu crianças e velhos

pelo interior do Brasil, mas isto não é o bastante. Enquanto não olharmos para a nossa infância, enquanto não olharmos para a educação da criança, não estaremos sendo bons brasileiros, bons patriotas, Sr. Senador.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Gabriel Hermes, estou profundamente grato por essa belíssima contribuição que oferece ao nosso pronunciamento desta tarde, mais um dentre tantos que temos feito aqui, no sentido de sensibilizar o Governo Federal, a própria elite brasileira, a fim de que desperte para a necessidade de se drenar mais recursos para a educação, para o ensino técnico de nível médio, para a profissionalização.

Nós hoje estamos com problemas seriíssimos neste País. Precisamos aumentar as nossas exportações, precisamos oferecer melhores rendimentos aos nossos trabalhadores.

Mas como vamos conseguir aumentar as nossas exportações, alcançar preços competitivos, se não desenvolvermos uma tecnologia, em nosso País, se não habilitamos os brasileiros a que produzam mais, através de melhores índices de produtividade?

Como vamos remunerar melhor os nossos trabalhadores, se não lhes damos melhores condições para que produzam mais e alcancem maior produtividade?

Como vamos combater a inflação se não olhamos também para esse aspecto?

V. Ex^a falou bem, que temos o SENAI, o SENAC, produto mais de ação dos empresários brasileiros. Mas a rede, quer do SENAI, quer do SENAC, é reduzida, atende a uma parcela muito diminuta de jovens brasileiros. É preciso ampliarmos essa rede, ampliarmos o ensino profissionalizante neste País, ampliarmos o ensino técnico, para a grande decolagem. Se não atacarmos esse setor, vai ser muito difícil o Brasil alcançar um estágio de país desenvolvido. Porque o grande problema nosso está exatamente nos baixos índices de produtividade. E por quê? Porque o brasileiro, apesar de ordeiro, de inteligente, de ter um grande grau de assimilação, não recebe a instrução, o ensinamento, para poder desenvolver essas potencialidades.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço, com grande satisfação, a intervenção do nobre Senador Jarbas Passarinho, que criou a lei para proteger o ensino profissionalizante, para se dar expansão a esse setor fundamental, lei que, infelizmente, está nos arquivos do Ministério da Educação e Cultura.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Ex^a sabe a admiração que tenho pela sua defesa desse aspecto da educação brasileira. Já aqui ao chegar ao Senado e ter contato com V. Ex^a, por mais de uma vez tivemos oportunidade de discutir essa matéria, assim como outras em que V. Ex^a, com grande desassombro, defende às vezes contra o ponto de vista que parece mais favorável para o populismo. Eu apenas gostaria de prestar um esclarecimento, mais motivado no aparte do Senador Gabriel Hermes a V. Ex^a. O SENAI e o SENAC plantaram, na América Latina, uma semente que passou a frutificar e, depois, a ser copiada no resto deste Continente. Deu na Colômbia, por exemplo, o SENAR. E, às vezes, nós nos surpreendíamos, lá no Ministério, verificando que a citação era mais do organismo colombiano do que do brasileiro, que foi o que lhe deu origem. Mas o SENAI — e me desculpe o Senador Gabriel Hermes — foi objeto de uma articulação, ao meu tempo, com o Ministério da Educação e Cultura, e que reputo tenha sido a melhor solução, porque o SENAI perdia tempo com o ensino formal e, ao mesmo tempo, utilizava as suas oficinas, com certo grau de subutilização, para o ensino profissionalizante. Fizemos um acordo. Passamos a assumir a responsabilidade pelo ensino sistemático formal, e as oficinas do SENAI passaram a trabalhar *full time*, em turmas sucessivas, que eram treinadas naquela área. Então, a articulação entre o Governo e SENAI, pelo menos até o ano de 1974 — 15 de março, quando deixei o Ministério — reputo que tinha chegado a um ponto ótimo. Relativamente à profissionalização a nível médio, também é preciso atentar para um fato importante. Nós tínhamos mais de 75% do contingente de estudantes de 2º grau sendo profissionalizados, porque muito mais importante que o SENAI, para isso, são as escolas técnicas federais.

A rede das escolas técnicas federais, inclusive na terra de V. Ex^a — que V. Ex^a conhece bem — chegaram a ter um equipamento que foi iniciado pelo nosso nobre colega Tarso Dutra, que eu fiz apenas acompanhar e prosseguir nesse mesmo rumo, que era melhor do que o equipamento de muitas escolas de Engenharia. As escolas normais, que mereceram, ainda há pouco, o aparte de V. Ex^a ao discurso do nobre Senador Nelson Carneiro, as escolas industriais, os colégios industriais, os colégios agrícolas, o conjunto, portanto, de

área terminalista profissionalizante representava mais de 75% do contingente total de alunos do 2º grau. Infelizmente, como disse V. Exª, a lei não foi perseguida no sentido de colimar os seus objetivos com o rigor que deveria ser. Ouço que o Ministro Eduardo Portella tem o maior interesse em retomar esse assunto, que não é fácil. Realmente, reconheço que não é fácil, porque teríamos de ampliar o número de horas no ensino de 2º grau, para poder proporcionar uma profissionalização correta e não um simulacro de profissionalização. E isso, não raro, conspira contra os interesses imediatistas, que muitas vezes também são dos pais, não são nem dos alunos. De sorte que, na profissionalização, o problema esbarra fundamentalmente na questão de ampliar ou não o currículo, para poder, ao lado da formação formal, que permite ao aluno prosseguir no rumo da universidade, dar-lhe o conteúdo profissionalizante. E esta campanha que V. Exª não se cansa de fazer, e sempre com grande proficiência, merece de todos nós os mais completos aplausos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado a V. Exª

Mas, Senador Jarbas Passarinho, entendo que não temos um número maior de matrículas no ensino técnico de nível médio, em razão, especialmente, da falta de escolas.

Veja V. Exª, que, até 1962/63, era uma dificuldade extraordinária nós conseguirmos preparar um processo para se estabelecer uma escola de nível superior, para qualquer cidade de 100, 150 ou 200 mil habitantes.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — E hoje, é o contrário; hoje, nos acusamos de ter abastardado o ensino para interiorizarmos o ensino superior.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois bem, a partir de 64 — e para V. Exª ver como sou honesto e sincero,...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Pois é!

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — ... houve um crescimento nessa área, um crescimento que até pode ser excessivo, nos últimos anos, mas que houve.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Em certos setores.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com todos os defeitos, acho que essas faculdades espalhadas pelo Brasil estão trazendo resultados, pelo menos se nos basearmos pelos resultados que estamos obtendo em Santa Catarina. Pois bem, nós chegamos, hoje, a 1 milhão e 450 mil universitários; no ensino técnico de nível médio, é uma vergonha, não chegamos a 60 mil, na rede oficial.

Então, é o engenheiro que precisa de ter colaboradores e não os tem; é o engenheiro que vai exercer uma atividade que caberia a um elemento de nível médio.

É possível um País como o nosso querer ter a pretensão de produzir manufaturas para exportar, se não tem tecnologia, e, muito pior, se não tem mão-de-obra qualificada?

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas, V. Exª se refere à área industrial, setor secundário, não é?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — De fato, é irretorquível a colocação de V. Exª, e por essa razão e não mais por outra é que tanto nos batemos pela necessidade da profissionalização a nível médio, porque não entendíamos um contingente graduado de universitários que entre o engenheiro, por exemplo, e o operário não houvesse o nível médio qualificado. Mas, infelizmente, no Brasil, há uma inversão desses dados. Veja V. Exª o caso de medicina; nós tivemos, talvez, a virtude de não permitir a criação de nenhuma escola nova de medicina, a partir do ano de 1970. Pois bem, aqui, o nobre Senador Henrique Santillo, que é um médico ilustre e, também, diretor de hospital, haverá de concordar comigo que há uma inversão no quadro de paramédicos para médicos. E o quadro normal é três paramédicos em relação a um médico. Tínhamos precisamente o reverso. Por outro lado, havia uma grande dificuldade de como estimular a juventude brasileira para, entrando na universidade, seguir cursos de enfermagem de nível superior, porque todos queriam seguir apenas o curso de medicina. Se haviam de fazer quatro anos de enfermagem, faziam os seis anos de medicina. Isso era uma deformação de um processo educativo nosso, que primeiro serviu à Portugal, quando fomos colônia, e depois serviu ao status de classe dominante, e, então, aparecem as profissões chamadas prestigiosas. E entre as profissões prestigiosas estavam, apenas, a engenharia, a medicina, o direito, e mais tarde é que começou a haver uma ramificação maior de profissões desejáveis, como odontologia, as

químicas em geral e as técnicas que apareceram. Hoje, infelizmente, temos 50 cursos de nível superior, mas com essa agravante a que V. Exª se referiu; em alguns deles, a correlação entre o que está sendo formado em 3º grau e o que está sendo formado em 2º grau aumentará o fosso atual.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito. Temos exemplos, aí. A Alemanha conseguiu, depois da guerra, essa grande reabilitação econômica; é um país que hoje produz e vende a preços inferiores no mercado americano, não só porque tem a tecnologia, mas porque tem uma mão de obra intermediária qualificada grande, abundante. É o caso do Japão e de outros países. É interessante que no Brasil, agora, o Governo está preocupado novamente em se socorrer da poupança externa, para subsidiar vários setores industriais, mas se esquece de alocar recursos para a educação, para nós prepararmos, habilitarmos o brasileiro para ele poder, ele mesmo, explorar as suas potencialidades, suas notáveis riquezas naturais. Temos muito discutido, tenho ouvido, escutado com atenção os representantes do Nordeste e do Norte; eles discutem que precisamos disso e daquilo para o Nordeste, porque há a seca, mas, raramente, ouço um representante do Nordeste pedir por escolas, e acho, com todo respeito à representação honrada do Nordeste, que o seu grande problema é a carência de escolas, de ensino, de educação naquela região. Tenho percorrido o Nordeste, tenho pesquisado, e cheguei à conclusão de que o nordestino é um homem ordeiro, trabalhador, inteligente, que tem uma capacidade de assimilação notável. Tanto é que todo nordestino que vem para o sul via de regra se projeta, fica rico; no setor político, torna-se grande líder. É porque o nordestino é homem capaz, mas faltam a ele escolas para explorar o seu próprio potencial.

Por que esse desnível do centro-sul para com o Nordeste? Nós, do sul, tivemos o grande privilégio de receber a cultura germânica, a cultura italiana, a cultura polonesa, a cultura européia que nós, de origem portuguesa, fomos assimilando e fomos ultrapassando. Essa é a grande diferença. O grande desnível reside, particularmente, na cultura. Entendo que enquanto o Governo Federal não realizar uma revolução educacional no Nordeste, essa região não irá realizar a sua grande decolagem. É uma região que tem riquezas naturais, tem um povo bom, mas precisa habilitar esse povo para poder explorar as suas próprias riquezas.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Nobre Senador Evelásio Vieira, o problema é muito mais profundo. O Governo Revolucionário modificou, a partir de 1967, a filosofia tributária. Até 1966, a União arrecadava o equivalente a 60% da receita nacional; com a modificação da filosofia tributária, a União passou a arrecadar 80% dessa receita. Cresceu a arrecadação da União o equivalente a duas vezes da própria economia nacional, enquanto os estados e municípios, infelizmente, dado a esse paradoxo, não cresceram o equivalente as suas economias. Daí veio o empobrecimento vertical de todos os estados produtores de matéria-prima deste País. O problema do Nordeste é muito mais agudo, porque é um problema de fome; ninguém com a barriga vazia tem condições de se educar, o que busca é a alimentação. O salário do Nordeste é 1.544,00 cruzeiros, o que não corresponde, nem de longe, às necessidades mínimas daqueles que, trabalhando precisam comer, precisam se alimentar. O drama deste País é que o Governo sempre procura resolver o problema no varejo, mas no atacado não atinge as necessidades reais do povo. Veja bem V. Exª; os estados estão aí, semanalmente, em Brasília, porque os seus governadores não têm mais condições de pagar os seus funcionários. Um soldado de polícia no meu Estado ganha Cr\$ 1.125,00. Nós estamos voltando à Idade Média, porque quem pode, hoje, no Nordeste, está contratando a sua polícia pessoal, está contratando a sua segurança pessoal porque a polícia não tem condições, com esse salário, de atender mais nada, de responder por mais nada. Como é que se vai falar em educação? O problema é a fome que grassa nos lares daqueles que, trabalhando, vivem a cada dia mais sofridos. É um problema que eu tenho levantado desde de que cheguei aqui, a esta Casa. O Governo precisa compreender que quem trabalha precisa ter o direito, de trabalhando, viver, pelo menos, as suas custas, às custas do seu suor, o que não é possível, porque o capital neste País tem direito a tudo, e o trabalho não tem direito a nada.

Ou nós encontramos uma maneira de disciplinar esse capital, que não é nem nosso, é apátrida, que nos explora e nos corrompe, ou não sei para onde seremos arrastados. Pedir, desta tribuna, tão-somente, os meios para que os que trabalham possam viver, e precisam viver, às suas custas. Está havendo a desagregação da família brasileira. Por que está sendo desagregada a família

brasileira? Porque o dono de uma casa só tem autoridade moral para mandar no seu lar se ele tiver condições de atender as mínimas necessidades daquela casa. Na hora em que falta o dinheiro para pagar o aluguel, na hora em que falta o dinheiro para comprar a roupa do filho ou o alimento, ele começa a perder a sua autoridade moral dentro do seu lar. Daí vem a prostituição da família nacional, não por inclinação, mas por necessidade. Sinceramente, lamento que V. Exª queira nos condenar, a nós do Nordeste, dizendo que não nos voltamos para os problemas mais sérios do País. O problema mais sério do País, nobre Senador, é a fome, a fome nos lares daqueles que, trabalhando, vivem mal. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Um instante, nobre Senador — ouvirei, com prazer, V. Exª, tão logo responda ao aparte do nobre Senador Agenor Maria.

Nobre Senador Agenor Maria, volto a reafirmar: tenho ouvido muito pouco a representação do Nordeste, no sentido de pedir, de reivindicar, em matéria educacional — em pedir escolas de qualquer nível. E, vou dizer a V. Exª: o maior problema, não é do Nordeste apenas, mas de qualquer povo, é o que respeita à educação. Está aí o Japão que importa minério, importa carvão, transforma esse minério em bens úteis e vende nos próprios países produtores desse minério a preços inferiores, porque tem mão-de-obra qualificada, tem habilitação para transformar essas riquezas naturais, essas matérias-primas, em bens úteis. É fundamental a qualquer povo a instrução, a cultura a educação. Todos os problemas que V. Exª enumerou decorrem do baixo nível de educação da maioria dos brasileiros.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, pelo amor de Deus não diga isto. Neste País, o governo autoriza tirar a gordura do leite.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Este é outro problema.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Não é outro problema, isto é sério. O leite, com 2% de gordura, não é suficiente para uma criança poder se educar. E por que tiram a gordura do leite? Para preservar interesses financeiros. E por que tiram a gordura do Leite? Porque o capital, neste País, está acima de tudo, até da própria saúde. Eu trouxe aqui, para o Senado, V. Exª sabe disso, um nutricionista. Trouxe o homem para falar sobre o problema da gordura do leite. E o que foi que ele disse? As crianças de zero dia de nascidas até um ano não podem tomar leite com menos de 6% de gordura, porque com menos de 6% de gordura esse leite vai encher a barriga, mas não alimenta. Resultado: o leite baixou o teor de gordura para servir a interesses escusos. É essa criança que cresce para a vida, ela não tem condições, nobre Senador, de se educar porque ela não tem célula, não tem molécula, a não ser células e moléculas atrofiadas pelo capitalismo que, realmente, não tem sentido de continuar matando o nosso povo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Exª está certo nas suas críticas, mas não se ajustam no ponto que estamos a discutir. Este é um outro aspecto, Senador, este é um outro problema. Problema, inclusive porque no Nordeste, segundo depoimentos que ouço dos políticos do Nordeste, geralmente ganha eleições quem tem dinheiro, geralmente ganha porque compra o voto. Por quê? Porque o seu povo, na maioria, não é politizado. E por quê? Porque o nível de cultura é muito baixo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Exª me permite?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — O fundamental para o nosso País, especialmente para o Nordeste, é educar o povo, dar a ele cultura, dar a ele instrução, habilitá-lo...

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Tem é que acabar com a fome, encher a barriga do povo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Mas educá-lo, também.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É claro.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu vou ouvir o Senador Henrique Santillo, em seguida V. Exª, Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Senador Evelásio Vieira o meu aparte visaria apenas dizer o seguinte: que eu precisaria, realmente, concordar com o ilustre Senador Agenor Maria, porque o que ele está dizendo é

que o problema educacional não pode ser setorizado, quer dizer, ele não pode ser visto, olhado, analisado como um setor estanque. Na verdade, ele faz parte de um contexto de problemas econômicos, sociais, culturais, em todos os sentidos que envolvem a Nação brasileira, no momento, e todos os países do terceiro mundo. Quando ele diz, por exemplo, a respeito do capital monopolista internacional, sugando as riquezas dos países do terceiro mundo, relacionando com o problema educacional, creio que ele está dizendo uma coisa acertadíssima...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — E vou falar isto no meu pronunciamento.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Exª está abordando no texto do seu discurso, do seu pronunciamento brilhante, a necessidade do ensino profissional. Tenho a impressão de que ele não vai discordar disso, não está discordando disso. Na verdade, o País precisaria se armar, se organizar, no sentido de oferecer aos seus filhos uma instrução profissional que capacitasse a todos os brasileiros aumentarem a sua produtividade e muitos e muitos deles participarem até mesmo da criação de uma tecnologia própria, ou pelo menos, de absorção verdadeira de tecnologia internacional. Isto não está ocorrendo. E por que não está ocorrendo? Não é apenas porque não existem escolas profissionais, é porque não existem escolas profissionais e porque existe um desenvolvimento desumano, perverso, sugador e que não permite a absorção dessa tecnologia pelos países do Terceiro Mundo. Então, há uma relação com os problemas econômicos, de um modo geral, e com os sociais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Concordamos.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — É evidente que a causa da miséria do Nordeste não se deve apenas à falta de educação de seu povo, quer dizer, pelo baixo nível educacional de sua gente. Na verdade, por que não perguntar: não deverá ser o baixo nível educacional de sua gente uma consequência da miséria a que foi levado aquele povo?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Não tenho nada a acrescentar, concordo inteiramente com V. Exª e a manifestação de V. Exª está no núcleo de nosso pronunciamento desta tarde.

Ouç o nobre Senador Moacyr Dalla.

O Sr. Moacyr Dalla (ARENA — ES) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Exª espanca com muita sabedoria e inteligência a questão da falta de reclamo por parte da Bancada do Nordeste de escolas para a região nordestina. Somos admiradores do eminente Senador Agenor Maria. Aqui vimos S. Exª espancar, bater mesmo, nos dois lados, quando fala em miséria no Nordeste. Mas é mister, é necessário, é imperativo que se lembre uma afirmativa, e V. Exª a lembrou com autoridade, quando disse que, só através da escola poderemos proporcionar melhores dias para as nossas populações terem vitória prática na luta pela vida. Acho que a infra-estrutura tão reclamada por muitos deve ser baseada, fincada, exclusivamente, primordialmente na escola. Sem escola, não adianta reclamar custo de vida, não adianta reclamar a fome, porque, sem educação, o povo não tem capacidade de procurar melhores dias. Era o que tinha a dizer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado a V. Exª Ouço o nobre Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador, estava ouvindo o aparte do nobre Senador Agenor Maria, contristado porque estava me lembrando, logo a seguir, com o aparte do nosso querido colega de Goiás, aquela história de quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, porque nós poderíamos chegar nesta situação; se somos miseráveis é porque não nos educamos, se não somos educados é porque somos miseráveis. Não, Senador, o problema tem de ser colocado realmente no ponto que V. Exª colocou. O problema educacional é realmente à parte. Eu tenho exemplo pelos municípios do meu Estado, eu tenho exemplo até pela minha própria pessoa. Eu tive a oportunidade de receber a educação que não receberam muitos dos meus amigos do município onde eu nasci. Queria apenas acentuar, a V. Exª, para não tomar muito tempo, que o problema realmente interessa a todos nós. A verdade é que, até 1964, nós gastávamos, do nosso orçamento da República, 2% apenas em educação. A partir de 1964, e até chegar a 1977 ainda é muito pouco, mas dobramos para 4%, ou um pouco mais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Mas já chegamos a 11% e caímos para 5%, atualmente.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Veja V. Exª que avançamos e tivemos uma descida, então temos que gritar para que tenhamos mais recursos à educação. E não tenha dúvida, nobre Senador, que a tese de V. Exª é

perfeitamente certa, o problema é educar. Nas empresas das quais participo, de umas como sócio, de outras como dirigente direto, aqueles moços de nível médio alcançam mais depressa melhores salários, melhores condições e muitos deles até estou perdendo, precisamente, porque continuam a estudar e vão disputar, às vezes, fora das empresas, lugares melhores, que eu mesmo estimo, porque sinto que eles têm direito de avançar e ganhar melhor remuneração. E o homem educado é o homem que progride, é o homem educado o homem realmente mais útil a sua família, ao seu e ao nosso País.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Gabriel Hermes, vou fazer um registro não com o intuito de autopromoção mas, apenas para repetir aquilo que significa a instrução, a educação.

Eu era prefeito da cidade de Blumenau e um cabo eleitoral me procurou para que eu lhe conseguisse "uma boca" com salário mínimo, que ele estava satisfeito. Eu lhe disse: Por que você não vai buscar uma outra oportunidade? A Prefeitura não possui vagas. Ao que ele disse: eu não sei fazer nada, tenho 35 anos, tenho vontade de trabalhar, preciso trabalhar para alimentar minha família mas não sei fazer nada. Respondi-lhe, então: você vai ao bairro tal, que lá a prefeitura mantém um curso de profissionalização, onde você aprenderá a ser eletricitista ou encanador e vai ganhar muito mais do que isso.

Oito meses depois, encontrei esse cidadão em uma reunião do meu Partido e perguntei a ele: Como vai? Respondeu-me: Estou satisfeito. Fiz o curso de encanador e estou ganhando 6 mil cruzeiros em média por mês; já comprei uma Lambretta e vou comprar um automóvel.

Por quê? Porque ele adquiriu conhecimento profissional. Ele não foi trabalhar pelo salário mínimo que, na época, era de 1.200 cruzeiros; foi ganhar 6 mil cruzeiros.

É fundamental a educação e a cultura para o desenvolvimento de qualquer povo.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Tenho a prova disso, Sr. Senador. Nas escolas do SENAI, do qual sou um dos dirigentes, do meu Estado, quantos filhos de operários meus e de trabalhadores meus que, com o que adquirem de conhecimentos, passam à frente de seus pais!

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito. Ouço, agora, o nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller (ARENA — MT) — É a primeira vez que tenho a honra de apartear-lo...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado. É muita honra para mim.

O Sr. Gastão Müller (ARENA — MT) — ... e, para minha satisfação, já havia notado em outros discursos de V. Ex^a, que nós falamos a mesma língua. Eu, quando estagiário da Escola Superior de Guerra em 1977 e como Deputado Federal, defendi a tese, o trabalho do ano, que se chama lá TE, sobre o tema Educação e Ensino. E o ponto nevrálgico do meu trabalho foi o ensino profissionalizante, porque acho que nele está a chave de todo o segredo da Educação. É por isso — como V. Ex^a disse muito bem — que no Sul do Brasil, que teve uma origem de educação européia, o desenvolvimento foi mais rápido do que no Nordeste, onde não houve essa oportunidade, a não ser naquele pequeno período da Invasão Holandesa. Estou com V. Ex^a Em 1º lugar, Education, no sentido global da palavra, como dizem os americanos. Educação em 1º lugar. Segundo, um fato curioso que talvez V. Ex^a não tenha notado: extinguiu-se, com a criação do Ministério do Trabalho e das leis sociais, o ensino profissionalizante artesanal. Antigamente, o menino que não queria estudar, a senhora genitora levava-o para o alfaiate. Se o menino dizia: eu quero ser alfaiate, ele ia para lá aprender a ser alfaiate, dali saía um belo alfaiate. Mas vieram as leis sociais, vieram os fiscais do Ministério do Trabalho obrigando a tirar carteira, obrigando a ter um salário determinado, de acordo com a idade, e extinguiu-se então o ensino profissionalizante, que eu chamaria de artesanal, e não foi coberta a área totalmente pelo ensino profissionalizante e estatal. De modo que eu estou de pleno acordo com V. Ex^a E para terminar, é de se notar o seguinte: no Brasil, para uma boa família de status social elevado não fica bem ter o seu filho mecânico, com curso no ensino profissionalizante. É preferível que ele seja um engratado funcionário público, de salário quase que mínimo, do que ser um bom mecânico, ou um bom consertador de televisão, um mecânico eletrônico. Uma vez eu ouvi o Senador Jarbas Passarinho numa conferência na ADESG, aqui em Brasília, antes de fazer a ESG, dizer que nós temos no Brasil duas escolas, uma para o nosso filho e outra para o filho dos outros. De modo que não seria bom tom para

uma família de certo status ter o seu filho mecânico, etc. Por quê? Porque esse é um trabalho manual, é um trabalho de escravo. De modo que eu queria apartear-lo, com muita honra, para dizer que V. Ex^a tem plena razão: educação e educação profissionalizante são fatores vitais, ou, a educação, globalmente, é um fator vital para o desenvolvimento não só do Brasil, mas de qualquer povo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado a V. Ex^a, pela bela contribuição que presta, e ouço o Senador Agenor Maria e na sequência o Senador Henrique Santillo.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Na verdade, todo mundo que é da ARENA, está apartear V. Ex^a para dizer que V. Ex^a tem razão. Mas, ninguém está tirando a razão de V. Ex^a Não estou contra o ensino de maneira alguma.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — O que eu fiz ver é que, no meu modo de pensar, a barriga está acima da educação, porque o menino com fome, desnutrido, subalimentado, não tem condições de educar-se. Porque, na realidade, qual é a percepção de uma criança subnutrida? Não sou contra o que V. Ex^a está dizendo, o problema é que estou fazendo ver V. Ex^a o que acontece no Nordeste, há séculos, primeiro, através da exploração da cana de açúcar, depois, através da situação do algodão fibroso, depois, através da situação do próprio Centro-Sul que sempre explorou o Nordeste. O nosso homem é desnutrido, é subalimentado, então, é preciso nutrir este homem que trabalha e que produz. Porque ele, nutrido, tem condições de se educar. Não sou contra a educação, absolutamente. Não sou contra o discurso de V. Ex^a, O que eu fiz ver a V. Ex^a, é que minha luta, nesta Casa, tem sido no sentido de dar a este homem que trabalha, o direito dele trabalhando poder viver às suas próprias custas, e pelas suas próprias custas, criar amor pelo labor. Infelizmente, o que vem acontecendo é que este homem, por ganhar um salário de miséria, ele está perdendo o interesse pelo trabalho. O tipo de educação que o consumismo está dando ao nosso País, chegou a um ponto de a empregada, no Brasil, ser um negócio sério. Ninguém, no Nordeste, quer ser mais empregada, porque, por incrível que pareça, tem vergonha de ser doméstica. Que tipo de educação é esta que a menina-moça tem vergonha de ser doméstica, e, por necessidade, prevarica e se prostitui? Que tipo de educação é esta que a menina-moça, tendo condições de trabalhar e viver às suas custas, e por um sentimento de pudor não se emprega? Eu sou contra isto Senador, e a minha luta nesta Casa tem sido no sentido de fazer com que o Governo entenda que as três classes podem conviver: o pequeno, o médio, o grande, com toda a dignidade. O que não é possível é continuarmos num País, onde as distorções se amontoam a cada dia, em detrimento da própria nacionalidade e da própria segurança nacional. Eu me parabeno pelo discurso de V. Ex^a, mas quero dizer a V. Ex^a o seguinte: entre a educação e a fome eu fico a favor daqueles que, estando com fome, precisam encher a barriga. Eu não vou ficar com a educação porque ele, subnutrido, não vai ter percepção de se educar, de aprender, de sentir. Senador, me perdoe, mas eu fico ao lado daqueles que, trabalhando, precisam se alimentar e viver com alguma dignidade. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu compreendo perfeitamente a posição de V. Ex^a

Ouço o Senador Henrique Santillo para dar sequência ao meu pronunciamento.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Pelo aparte dado pelo nobre Senador Gabriel Hermes, que não se encontra agora em plenário, ficou parecendo que nós estávamos contra a educação; na verdade não é isso. Sabemos perfeitamente que educação é toda a base, é tão básico que nós estamos lutando aqui — eu já fiz pronunciamento, o Senador Agenor Maria já fez, V. Ex^a também...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É básico para nós aqui no Senado, mas para o Governo não.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Eu também da tribuna já solicitei que o ensino fosse todo oficializado, no sentido de que o Governo, quer da União, quer do Estado, quer dos municípios pudesse arcar com toda a responsabilidade, como na Alemanha Ocidental, citada por V. Ex^a Se bem que no caso de alguns países europeus, sobretudo a Alemanha Ocidental não pode ser comparado fielmente com o caso brasileiro ou com o caso dos países do Terceiro mundo, por vários motivos, entre outros, porque a demanda lá é menor. A demanda na Alemanha Ocidental, hoje, é bem menor, a proporção de jovens é relativamente pequena...

A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 26, de 1979 (CN), que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO, (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1979.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Humberto Lucena, Roberto Saturnino, Franco Montoro e Deputados Bonifácio de Andrada, Maluly Netto, Nilson Gibson, Osmar Leitão, Alceu Collares, Edgard Amorim, Benedito Marcílio, Jorge Vianna e Jorge Cury, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 26, de 1979 (CN), que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Aloysio Chaves, Dinarte Mariz, Alberto Silva, Almir Pinto, Eunice Michiles, Mauro Benevides e Deputados Adhemar Ghisi e Carlos Chiarelli.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Franco Montoro, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Franco Montoro convida os Senhores Senador Humberto Lucena e Deputado Bonifácio de Andrada para funcionarem como escrutinadores.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Alceu Collares	12 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Adhemar Ghisi	12 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputados Alceu Collares e Adhemar Ghisi.

Antes de passar a Presidência, o Senhor Senador Franco Montoro tece considerações sobre a importância do Projeto e parabeniza o Senhor Deputado Alceu Collares pela sua eleição, formulando-lhe, ainda, votos de sucesso no desempenho do novo cargo.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Alceu Collares agradece em nome do Senhor Deputado Adhemar Ghisi e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador José Lins para relatar a matéria.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Maluly Netto, que elogia a figura do Senhor Deputado Alceu Collares, ressaltando, mais uma vez, a divulgação que o Projeto ora em apreciação, terá nas classes trabalhadoras em todo o Brasil.

Após agradecer às palavras do Senhor Deputado Maluly Netto, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Humberto Lucena que comunica que irá apresentar requerimento de convocação ao Senhor Ministro do Trabalho e demais Ministros, Líderes Sindicais nas áreas concernentes às suas atribuições.

Não havendo quem queira usar da palavra, o Senhor Presidente convoca nova reunião para o dia dezoito de setembro de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Helena Isnard Sarres de Almeida, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da reunião, e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 74, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à Deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.689, de 30 de julho de 1979, que "concede isenção de impostos relativamente a selos, peças filatélicas e material de uso filatélico vendidos no recinto das Exposições vinculadas à "Brasília 79", e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1979

Aos treze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presen-

tes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Benedito Canelas, Lenoir Vargas, Luiz Cavalcante, Lomanto Junior, Raimundo Parente, Murilo Badaró, Benedito Ferreira, Aloysio Chaves, Gastão Müller e Deputados Honorato Vianna e Alberto Hoffmann, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 74, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.689, de 30 de julho de 1979, que "concede isenção de impostos relativamente a selos, peças filatélicas e material de uso filatélico vendidos no recinto das exposições vinculadas à "Brasília 79", e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Moacir Lopes, Ossian Araripe, Hydekkel Freitas, Ruy Silva, Rômulo Galvão, Cláudio Philomeno, Arnaldo Schmitt, Antônio Florêncio, Isaac Newton e Senador Lourival Baptista.

Havendo número regimental são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Alberto Hoffmann, Vice-Presidente no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofício da Liderança da ARENA no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Benedito Canelas, Raimundo Parente e Aloysio Chaves, para integrarem a Comissão em substituição aos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Affonso Camargo, João Calmon e Jorge Kalume, anteriormente designados.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que emite parecer favorável à Mensagem nº 74, de 1979 (CN), nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Nadir Ferreira da Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 74, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.689, de 30 de julho de 1979, que "concede isenção de impostos relativamente a selos, peças filatélicas e material de uso filatélico vendidos no recinto das exposições vinculadas à "Brasília 79", e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1979.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Affonso Camargo, Lourival Baptista, Lomanto Júnior, João Calmon, Murilo Badaró, Jorge Kalume e Deputados Moacir Lopes, Honorato Viana, Arnaldo Schmitt, Antônio Florêncio, Alberto Hoffman, e Isaac Newton, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 74, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.689, de 30 de julho de 1979, que "concede isenção de impostos relativamente a selos, peças filatélicas e material de uso filatélico vendidos no recinto das exposições vinculadas à "Brasília 79", e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Luiz Cavalcante, Benedito Ferreira, Gastão Müller e Deputados Ossian Araripe, Hydekkel Freitas, Ruy Silva, Rômulo Galvão, Cláudio Philomeno.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Honorato Viana para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Deputado Moacir Lopes	11 votos
Deputado Antônio Florêncio	01 voto

Para Vice-Presidente

Deputado Alberto Hoffmann 10 votos

Deputado Isaac Newton 02 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputados Moacir Lopes e Alberto Hoffmann.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Moacir Lopes agradece em nome do Senhor Deputado Alberto Hoffmann e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Murilo Badaró para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Nadir Ferreira da Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA**Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 18, de 1979 (CN), que "autoriza a doação, pela Superintendência da Amazônia — SUDAM, de área de terreno que menciona, situada no Município de Marabá, no Estado do Pará, e dá outras providências".****2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1979**

Às dezessete horas do dia doze de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 18, de 1979 (CN), que "autoriza a doação, pela Superintendência da Amazônia — SUDAM, de área de terreno que menciona, situada no Município de Marabá, no Estado do Pará, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Raimundo Parente, Eunice Michiles, Alberto Silva, Gabriel Hermes, José Guimard, Gastão Müller e Evandro Carreira e os Deputados Jorge Arbage, Sebastião Andrade, Milton Brandão e Antônio Amaral.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Agenor Maria, Mauro Benevides e Humberto Lucena e os Deputados Vivaldo Frota, Henrique Brito, Jader Barbalho, Lúcia Viveiros, João Menezes, Nêlio Lobato e Antônio Pontes.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Antônio Amaral, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, propondo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. Comunica, ainda, o recebimento do ofício da Liderança da ARENA do Senado Federal, propondo as substituições dos Senadores Jorge Kalume e Bernardino Viana, pelos Senadores José Guimard e Gastão Müller, para integrarem a Comissão.

Prosseguindo, o Senhor Deputado Antônio Amaral, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, concede a palavra ao Relator da Matéria, Senador Aloysio Chaves, que emite o seu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 1979 (CN).

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 72, de 1979 (CN), do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.688, de 26 de julho de 1979, que "limita o benefício previsto no art. 9º do Decreto-lei nº 1.351, de 24 de outubro de 1974".****2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1979**

Às dezessete horas do dia treze de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 72, de 1979 (CN), submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.688, de 26 de julho de 1979, que "limita o benefício previsto no artigo 9º do Decreto-lei nº 1.351, de 24 de outubro de 1974", presentes os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Affonso Camargo, Lomanto Júnior, Mendes Canale, Lourival Baptista, José Lins, Luiz Cavalcante, Gastão Müller, Benedito Ferreira e Almir Pinto e os Deputados João Alberto, Henrique Turner, Daso Coimbra e Telmo José Kirst.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello e os Deputados Bezerra de Melo, Vingt Rosado, Cláudio

Philomeno, Antônio Mazurek, Arnaldo Schmitt, Antônio Florêncio e Pedro Carolo.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Lomanto Júnior, propondo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. Comunica, ainda, o recebimento do ofício da Liderança da ARENA do Senado Federal, propondo as substituições dos Senhores Senadores Jorge Kalume, Jutahy Magalhães e Bernardino Viana, pelos Senhores Senadores Vicente Vuolo, Lourival Baptista e Gastão Müller, para integrarem a Comissão Mista.

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Lomanto Júnior, concede a palavra ao Senhor Deputado Daso Coimbra, Relator da Matéria, que emite o seu parecer aprovando o Decreto-lei nº 1.688, de 26 de julho de 1979, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Colocada em discussão e votação, é a Mensagem nº 72, de 1979 (CN), aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA**Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 77, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.690, de 1º de agosto de 1979, que "altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.631, de 2 de agosto de 1978, que dispõe sobre a incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes, e dá outras providências".****2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1979.**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Luiz Cavalcanti, José Lins, Aderbal Jurema, Passos Pôrto, Gabriel Hermes, José Sarney e Deputados João Albertto, Celso Carvalho, Wildy Vianna, Adroaldo Campos e Adriano Valente, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 7, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.690, de 1º de agosto de 1979, que "altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.631, de 2 de agosto de 1978, que dispõe sobre a incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Tarso Dutra, Moacyr Dalla, Jutahy Magalhães e Deputados Angelo Magalhães, Vivaldo Frota, Vieira da Silva, Christovam Chiaradia, Joaquim Coutinho e Antônio Florêncio.

Havendo número regimental são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Luiz Cavalcanti, Vice-Presidente no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator Deputado Celso Carvalho, que emite parecer favorável à Mensagem nº 77, de 1979 (CN), nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Nadir Ferreira da Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA**Do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de lei nº 22, de 1979-CN, "que dispõe sobre receitas do fundo do Exército".****2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1979**

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e nove, às dez horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, Luiz Cavalcante, Murilo Badaró, Raimundo Parente, Gastão Müller, Lomanto Júnior, Alberto Silva, Cunha Lima, Roberto Saturnino e Deputados Odulfo Domingues, Paulo Studart e Erasmo Dias, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer

sobre o Projeto de Lei nº 22, de 1979-CN, que "Dispõe sobre receitas do Fundo do Exército".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Agenor Maria e Tancredo Neves e Deputados Ítalo Conti, Carlos Augusto, Túlio Barcelos, Pedro Ivo, Florim Coutinho, Ney Ferreira, Joel Ferreira e Geraldo Fleming.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Erasmo Dias, Vice-Presidente no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Senador Jorge Kalume, que emite parecer favorável ao Projeto na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 5, de 1979, que "Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 1979

Às dezesseis horas do dia seis de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 5, de 1979, que "Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia, presentes os Senhores Senadores Arnon de Mello, Alberto Silva, Almir Pinto, Mendes Canale, Affonso Camargo, Dirceu Cardoso, Henrique Santillo e Roberto Saturnino e os Deputados Carlos Santana, Belmiro Teixeira, Adauto Bezerra, Antônio Mariz e Horácio Ortiz.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Raimundo Parente e Itamar Franco e os Deputados Hugo Rodrigues da Cunha, Jairo Magalhães, Antônio Zacharias, Rubem Dourado, Freitas Diniz e Nélcio Lobato.

Havendo número regimental, de acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Dirceu Cardoso, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente eventual esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, é convidado para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Mendes Canale.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Henrique Santillo	12 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Alberto Silva	12 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Senadores Henrique Santillo e Alberto Silva.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Henrique Santillo agradece em seu nome e no do Senhor Senador Alberto Silva, a honra com que foram distinguidos e, designa o Senhor Deputado Carlos Santana para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA); REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1979

Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e nove, às nove horas e trinta minutos, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira (Presidente), Affonso Camargo, Vicente Vuolo, Leite Chaves, Evandro Carreira e Lázaro Barboza, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Pedro Pedrossian e Orestes Quêrcia.

Constantes da pauta, são apreciadas as seguintes matérias:

Pelo Senador Affonso Camargo:

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1979, que "inclui representante do Ministério da Indústria e do Comércio no Conselho Nacional de Trânsito". Aprovado; e

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1978, que "faculta aos assinantes dos serviços de telefonia a exclusão do respectivo telefone dos sistemas Discagem Direta à Distância —DDD— e Discagem Direta Internacional —DDI". Foi concedida vista ao Senador Vicente Vuolo.

Pelo Senador Vicente Vuolo, em virtude da ausência do Senador Pedro Pedrossian (Relator):

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1979, que "altera o artigo 5º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969. Rejeitado. A Presidência designa o Senador Lázaro Barboza para relatar o vencido.

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1979, que "dispõe sobre a padronização e o uso de embalagens destinadas ao acondicionamento de cargas na carroçaria de veículos automotor, e dá outras providências". Rejeitado. Fica designado o Senador Evandro Carreira para relatar o vencido.

Pelo Senador Benedito Ferreira, que passa a Presidência ao Senador Vicente Vuolo, é apresentado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1979, que "dispõe sobre a exploração do transporte rodoviário de cargas e determina outras providências". Aprovado.

Em seguida, o Senador Lázaro Barboza, solicita seja enviado um Ofício à Rede Ferroviária Nacional, protestando contra a paralisação das obras da ponte entre Ouvidor (Goiás) e Celso Bueno (Minas).

Pelo Senador Affonso Camargo, é também solicitada a elaboração de um Ofício ao CONTRAN, pedindo providências no sentido de ser enviada à Comissão de Transportes a situação do Novo Código Nacional do Trânsito. A Presidência acata as solicitações feitas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Leila Leivas Ferro Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA**Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves

José Lins

Aderbal Jurema

Iamanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA**Líder**

Paulo Brassard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quéricia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hippert

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelasio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares

1. Passos Pôrto
2. Benedito Canelas
3. Pedro Pedrossian
4. Jose Lins

Suplentes**ARENA**

1. Jutahy Magalhães
2. Affonso Camargo
3. João Calmon

MDB

1. Evelasio Vieira
2. Leite Chaves
3. Jose Richa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. Jose Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

Suplentes**ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carneira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. Jose Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaró
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes**ARENA**

1. Lencir Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lázaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brassard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

1. Jessé Freire
2. Jose Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. Benedito Ferreira

Suplentes**ARENA**

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. Jose Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes**ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 1. João Calmon | 1. José Lins |
| 2. Tarso Dutra | 2. Arnon de Mello |
| 3. Jutahy Magalhães | 3. Jorge Kalume |
| 4. Aloysio Chaves | 4. Pedro Pedrossian |
| 5. Aderbal Jurema | |
| 6. Eunice Michiles | |

MDB

- | | |
|--------------------|------------------|
| 1. Adalberto Sena | 1. Marcos Freire |
| 2. Evelasio Vieira | 2. Gilvan Rocha |
| 3. Franco Montoro | |

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima

Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Raimundo Parente | 1. Saldanha Derzi |
| 2. Arnon de Mello | 2. Henrique de La Rocque |
| 3. Lomanto Júnior | 3. Jessé Freire |
| 4. Affonso Camargo | 4. José Sarney |
| 5. Vicente Vuolo | 5. Milton Cabral |
| 6. Alberto Silva | 6. José Guimard |
| 7. Amaral Furlan | |
| 8. Jorge Kalume | |
| 9. Jutahy Magalhães | |
| 10. Mendes Canale | |

MDB

- | | |
|----------------------|-------------------|
| 1. Cunha Lima | 1. Paulo Brossard |
| 2. Tancredo Neves | 2. Marcos Freire |
| 3. Roberto Saturnino | 3. Lázaro Barboza |
| 4. Amaral Peixoto | 4. José Richa |
| 5. Pedro Simon | |
| 6. Mauro Benevides | |
| 7. Teotônio Vilela | |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvidio Nunes

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Lenoir Vargas | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Helvidio Nunes | 2. Raimundo Parente |
| 3. Jessé Freire | 3. Eunice Michiles |
| 4. Moacyr Dalla | 4. Benedito Canelas |
| 5. Henrique de La Rocque | |
| 6. Aloysio Chaves | |

MDB

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto

1. Nelson Carneiro
2. Marcos Freire

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|--------------------|---------------------|
| 1. Luiz Cavalcante | 1. Affonso Camargo |
| 2. Milton Cabral | 2. João Calmon |
| 3. Alberto Silva | 3. Jutahy Magalhães |
| 4. Arnon de Mello | |

MDB

- | | |
|----------------------|----------------------|
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Gilvan Rocha |
| 2. Itamar Franco | 2. Roberto Saturnino |
| 3. Henrique Santillo | |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1. Tarso Dutra | 1. João Calmon |
| 2. Saldanha Derzi | 2. Murilo Badaró |
| 3. Mendes Canale | 3. José Sarney |

MDB

- | | |
|-------------------|---------------|
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Hugo Ramos |
| 2. Adalberto Sena | |

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Tarso Dutra | 1. Aloysio Chaves |
| 2. Bernardina Viana | 2. Pedro Pedrossian |
| 3. Saldanha Derzi | 3. Henrique de La Rocque |
| 4. Lomanto Júnior | 4. José Guimard |
| 5. Mendes Canale | 5. Luiz Cavalcante |
| 6. Aderbal Jurema | 6. |
| 7. Almir Pinto | |
| 8. Lenoir Vargas | |
| 9. José Sarney | |

MDB

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco | 3. Leite Chaves |
| 4. José Richa | |
| 5. Amaral Peixoto | |
| 6. Tancredo Neves | |

Assistente: Cândido Hippertt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha

Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1. Lomanto Júnior | 1. Saldanha Derzi |
| 2. Almir Pinto | 2. Jorge Kalume |
| 3. Alberto Silva | 3. Benedito Canelas |
| 4. José Guimard | |

MDB

- | | |
|----------------------|-------------------|
| 1. Gilvan Rocha | 1. José Richa |
| 2. Henrique Santillo | 2. Adalberto Sena |
| 3. Jaison Barreto | |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume

Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Jorge Kalume | 1. Raimundo Parente |
| 2. Luiz Cavalcante | 2. Amaral Furlan |
| 3. Murilo Badaró | 3. José Guimard |
| 4. Benedito Ferreira | |

MDB

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Mauro Benevides | 1. Cunha Lima |
| 2. Agenor Maria | 2. Jaison Barreto |
| 3. Hugo Ramos | |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira

Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares

Suplentes

ARENA

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Raimundo Parente | 1. Affonso Camargo |
| 2. Henrique de La Rocque | 2. Pedro Pedrossian |
| 3. Bernardina Viana | 3. Aderbal Jurema |
| 4. Alberto Silva | |

MDB
 1. Evandro Carreira
 2. Humberto Lucena
 3. Lazaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares
 1. Benedito Ferreira
 2. Vicente Vuolo
 3. Pedro Pedrossian
 4. Affonso Camargo

Suplentes
 1. Passos Pôrto
 2. Lomanto Junior
 3. Alberto Silva

ARENA

MDB

1. Evandro Carreira
 2. Lazaro Barbosa
 3. Orestes Quercia

1. Leite Chaves
 2. Agenor Maria

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
 E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
 Local: Anexo II — Térreo
 Telefone: 225-8505 — Ramal 303
 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF.

EDIÇÃO: 1976

2 tomos

Preço:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

SUPLEMENTO: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00